



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PABLO MELQUISEDEQUE SOUZA E SILVA

**CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO EM SOLÂNEA-PB**

**João Pessoa – PB
Agosto 2013**

PABLO MELQUISEDEQUE SOUZA E SILVA

**CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO EM SOLÂNEA-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino
Moreira

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Emília de
Rodat Fernandes Moreira

João Pessoa – PB
Agosto 2013

S586c *Silva, Pablo Melquisedeque Souza e.*
 Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido
 em Solânea-PB / Pablo Melquisedeque Souza e Silva.-- João
 Pessoa, 2013.
 180f. : il.
 Orientador: Ivan Targino Moreira
 Coorientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
 1. Geografia humana. 2. Agroecologia. 3. Organização
 camponesa - Solânea-PB. 4. Resistência camponesa.

UFPB/BC

CDU: 911.3(043)

“Campesinato, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em Solânea - PB”

por


Pablo Melquisedeque Souza e Silva


Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

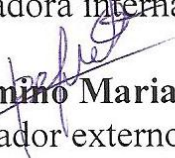
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**
Orientador


Profª Drª **Emília de Rodat Fernandes Moreira**
Co-orientadora


Profª Drª **Maria Franco Garcia**
Examinadora interna


Prof. Dr. **Belarmino Mariano Neto**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2013

AGRADECIMENTO

Acredito que na jornada da vida, por mais que tenhamos projetos individuais, em algum momento ele se torna coletivo. A pesquisa apresentada foi concretizada de maneira individual, ela leva meu nome, meu suor, meu trabalho, minhas dificuldades e reflexões por isso é “minha”, contudo ela foi idealizada, construída e posta em prática por desejos, sonhos e vontades coletivas, por isso ela é “nossa”. E por ser *minha e nossa* ao mesmo tempo, não posso esquecer-me de honrar aos que fazem parte desta *nossa* realização.

Por isso agradeço...

Ao Deus, trino, a Este seja dado Honra, Glória e Louvor. Pude e posso sentir o Seu agir em minha vida e com certeza Ele se fez presente neste projeto, que nasceu pequeno, aos meus olhos, e hoje tem o seu valor. No meio acadêmico, em que na maioria dos casos, professar sua fé em DEUS chega ser piegas, eu repito, persisto e insisto “*Olhando firmemente para Jesus autor da minha fé (...) prossigo para o alvo da soberana vocação*”. Eu só sou o que eu sou, porque o EU SOU me fez e me faz como Eu sou. Posso não ser o melhor, mas faço o melhor que posso. Por que posso todas as coisas naquele que me fortalece. Amo-te e agradeço-te Senhor.

Aos meus pais, meus professores e mestres, Edson da Costa e Silva e Maria das Neves Souza e Silva, um muito obrigado é pouco aos que briosamente batalharam e cuja história de vida é honrosa. Vocês sempre serão meu exemplo. Recordo-me do dia em que estava as margens da BR-101, na cidade de Goianinha-RN, voltando do meu trabalho em Tibau do Sul-RN, esperando um transporte para volta ao aconchego do lar (em João Pessoa) e a demora me fez lembrar da labuta dos meus pais, também professores, sobretudo da minha mãe que se formou em Geografia, em Goiana-PE, e a vi muitas vezes pegando carona na mesma BR-101 em busca da sua formação. Pude ainda no período desta pesquisa, me colocar no lugar da minha mãe em 1/3 da sua batalha diária, devido à cirurgia do tumor na tireoide. Cheguei à conclusão que: se quase enlouqueço com 1/3 da jornada da minha mãe, imagine a jornada toda. Meu pai, meu herói. Amo vocês. Obrigado. Já que falo de família, agradeço os meus irmãos, Daniel, Edson Jr e Hulda pelos aperreios e momentos de alegria que compartilhamos.

Aos meus orientadores. Ivan Targino, homem que em sua sabedoria reúne a seriedade e um humor peculiar. Ivan vai desde a dureza de um sereno e responsável orientador às singelas gargalhadas de um bom amigo. Obrigado por sua orientação coerente e, sobretudo, por sua amizade. Emília Moreira, mulher que em seu caráter materno, nutre aos que estão junto dela. Nutre com seus conhecimentos tanto na vida acadêmica, como a partir do seu exemplo de vida. Tenho o prazer de tê-la como orientadora e amiga. Obrigado por acreditar em mim. Meus orientadores meu MUITO OBRIGADO.

A Juliana Nascimento ~~da~~ (Souza e) Silva, minha namorada, que foi uma auxiliadora durante a pesquisa, fez transcrição, ajudou a formatar e teve que aturar meus aperreios. Obrigado pela dedicação, cuidado e carinho para comigo. Seu apoio foi muito importante, um suporte, durante esta pesquisa. Muito obrigado meu amor. (Esse agradecimento se estende a sua mãe, D. Lucia e família).

Aos professores que avaliaram e/ou indicaram caminhos para a pesquisa. Anieres acompanhou desde o processo de seleção do PPGG, agradeço os conselhos e o exemplo que és. Belarmino, que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar dificuldades, hoje partilhamos alegrias. Maria Franco, minha professora no primeiro período da graduação, que avaliou esta pesquisa e tem me ensinado durante a carreira acadêmica. Aos professores Marco, Bartolomeu, Barroso, Dadá, Josias, Pedro e Eduardo Viana que ajudaram durante as disciplinas no PPGG e nos corredores do DGEOC. A secretária do PPGG, Sônia, sempre solicita, ajudando e fazendo os encaminhamentos, obrigado.

Aos meus amigos/parceiros que iniciaram essa pesquisa, ainda como artigo para a disciplina Geografia Regional da Paraíba. Agradeço ao Fred, ao Gibson, ao Raphael e ao Nazareno. Vocês que participaram dos trabalhos de campo, organização dos dados, de alguns debates, de muitas risadas, brincadeiras e aventuras. Sintam-se participantes desta vitória. Muito Obrigado

A todos os membros do GETEC (Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato) que dividiram seus conhecimentos e sempre que possível contribuíram com minha formação, agradeço a vocês Lidiane, Elton, Silvana, Aurea, Jossandra, Manuel, Josias, Nielson, Diego, Zinho, Noemi, Leandro, Jocéia.... enfim, a todos do GETEC, meu sincero muito obrigado.

A todos os colegas do PPGG (Ana Neri, Sidnei, Leandro, Petrucio, Raquel, Ygor, Karol, Diego...são mais de 30). Em especial, Thereza, Niedja e Manuel que colaboraram com seus conhecimentos cartográficos para os mapas desta pesquisa. Além de Thiago, Luanna e Cleityane, que não são do PPGG, mas por lá circularam.

Aos “agentes/atores agroecológicos” que foram prestativos e atenciosos comigo nesta pesquisa. Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea por terem aberto as portas, em especial a Maria do Céu. A ONGIFA, em especial a Socorro e a Zui. A coordenação da AS-PTA, em especial a Roberval e a Cleibson. Ao professor Fillipe Marini (UFPB- Bananeiras), obrigado pelos esclarecimentos, muito importantes para as reflexões desta pesquisa. Aos camponeses que me receberam de portas abertas e com sabedoria impar cujos ensinamentos ficaram marcados, em especial, ao Luiz Souza e D. Eliete, D. Irene, Seu Daniel, D. Terezinha, Seu Quinzin, Maria Izabel (Santa).

Aos irmãos/amigos da JNI, Os Nazarenos, Resgate, Kiryus. Aos que escutaram muito: hoje não posso porque estou trabalhando na minha dissertação, muito obrigado pelas orações, força, apoio e torcida nesta empreitada.

Enfim, agradeço aos que leem este trabalho.

MUITO OBRIGADO!!!

*Aos que fizeram esta pesquisa acontecer,
Aos agricultores camponeses de Solânea ...*

PABLO MELQUISEDEQUE SOUZA E SILVA

**CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO EM SOLÂNEA-PB**

*O sabiá do sertão faz coisa que me comove
Passa três meses cantando e sem cantar passa nove
Como que tá despertado pra só cantar quando chove*

*Pra viver no semiárido tem que coragem e firmeza
Que a seca é um fenômeno que vem com toda certeza
E devemos respeitar o poder da natureza*

(Luiz Souza – Camponês – Solânea/PB – Sítio Salgado dos Souza)

*...Sabendo que a tribulação produz perseverança,
E a perseverança a experiência, e a experiência a esperança;
E a esperança não desaponta, porquanto o amor de Deus está derramado em nossos
corações...*

Romanos 5: 3-5

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal estudar a organização da produção camponesa no município de Solânea-PB, com destaque para o papel da agroecologia e da convivência com o semiárido no processo de sua reprodução. Para sua realização foram utilizados dados secundários que tiveram o IBGE, INCRA, Polo Sindical da Borborema e AS-PTA como fonte. Os dados primários foram levantados nos trabalhos de campo, que foram divididos em vários momentos. Com roteiros estruturados e/ou semiestruturados, foram entrevistados 70 camponeses responsáveis por estabelecimentos agropecuários e chefes de família, além de líderes do STR, da AS-PTA, do Polo Sindical da Borborema, da ONGIFA, entre outros. Durante a pesquisa, foram registrados eventos e ações de formação e mobilização realizadas pelos agentes que promovem a agroecologia e o campesinato em Solânea e no Agreste paraibano. A trajetória desta pesquisa proporcionou verificar o campesinato do município de Solânea, sua forma de organização, seus parceiros, o uso da agroecologia e as estratégias de convivência com o semiárido. Agentes como a AS-PTA, ONGIFA, ASA, Polo Sindical da Borborema, UFPB, dentre outros que têm atuado de forma centrada na família e na produção camponesa por um viés agroecológico, apresentam-se como de importância fundamental para a resistência, a permanência e a recriação do território camponês. Através da disseminação das práticas agroecológicas, da integração dos camponeses em redes de solidariedade, da prestação de cursos de formação técnica e cidadã, estes organismos têm obtido importantes resultados na retenção do homem no campo, na proteção ao meio ambiente, na convivência com o semiárido e na consolidação do território de Esperança em Solânea. A análise efetuada permite afirmar que há uma forma de produção camponesa no município de Solânea, formada historicamente, e que ela tem resistido e se ampliado numa perspectiva agroecológica.

Palavras-chave: Organização camponesa. Resistência camponesa. Papel dos agentes externos. Solânea

ABSTRACT

This research focuses primarily study the organization of peasant production in the city of Solânea-PB, especially the role of agroecology and coexistence with the semiarid in the process of reproduction. For its realization we used secondary data that had the IBGE, INCRA, Polo Sindical da Borborema and AS-PTA as a source. Primary data were collected during field work, which were divided into several times. With scripts structured and / or semi-structured, were interviewed 70 farmers responsible for agricultural establishments and householders, and leaders of the STR, AS-PTA, the Polo Sindical da Borborema of ONGIFA, among others. During the research, were recorded events and training activities and mobilization performed by agents that promote agroecology and the peasantry in Solânea and Agreste paraibano. The trajectory of this research provided to verify the peasantry of the city of Solânea, its organization, its partners, the use of agro-ecology and strategies for coexistence with the semiarid. Agents such as AS-PTA, ONGIFA, ASA, Polo Sindical da Borborema, UFPB, among others who have worked so centered on family and peasant production by agroecological bias, presented as crucial for the strength, the permanence and recreation planning peasant. Through the dissemination of agroecological practices, integration of peasants in solidarity networks, the provision of technical training courses and citizen, these organisms have obtained important results in the retention of the man in the field, protecting the environment, in coexistence with the semiarid and consolidating the territory of Hope in Solânea. The analysis performed allows us to affirm that there is a form of peasant production in the city of Solânea, historically formed, and that she has endured and expanded agroecological perspective

Keywords: Organization peasant. Peasant resistance. Role of external agents. Solânea

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Curimataú Chegando a chuva	24
Figura 2 -	Brejo de Solânea 1	24
Figura 3 -	Vista da transição Brejo/Agreste de Solânea	24
Figura 4 -	Curimataú na estiagem	24
Figura 5 -	Divisão Morfoclimática de Solânea	52
Figura 6 -	Solânea: Policultura alimentar produzida em unidade de produção Camponesa	83
Figura 7 -	Atividade pecuária praticada em pequena unidade de produção de base familiar	84
Figura 8 -	Um dos ônibus que faz o transporte de Bananeiras até Solânea	89
Figura 9 -	Estacionamento dos alternativos na feira de Solânea	90
Figura 10 -	Transporte a pé e de bicicleta	90
Figura 11 -	Casa feitas de alvenaria no Assentamento São Francisco III	93
Figura 12 -	Sede da Associação de Moradores do Assentamento São Francisco III	94
Figura 13 -	Pintura-retrato de Margarida Maria Alves	112
Figura 14 -	Pintura-retrato da Irmã Dorothy Stang	112
Figura 15 -	Mística sobre a luta das mulheres	113
Figura 16 -	Peça “Zefinha vai casar”	113
Figura 17 -	Repentista versando sobre as mulheres	113
Figura 18 -	Feira Agroecológica durante a Marcha	113
Figura 19 -	Cantando música oficial da marcha	114
Figura 20 -	Depoimentos contra violência	114
Figura 21 -	Saída da Marcha	114
Figura 22 -	Amostra de projetos	114
Figura 23 -	Feira Agroecológica de Solânea	122
Figura 24 -	Reunião da Pós-Feira Agroecológica de Solânea.....	123
Figura 25 -	“Criança morta” (Candido Portinari).....	126
Figura 26 -	Os retirantes, de Cândido Portinari.....	129
Figura 27 -	Família de Luiz Souza e Eliete Pereira	129
Figura 28 -	Curimataú de Solânea em 2009	129
Figura 29 -	Curimataú de Solânea em 2013	129
Figura 30 -	Utilização de cerca viva	130
Figura 31 -	Utilização de Barragem subterrânea	132

Figura 32 - Cisterna de placa 1.....	135
Figura 33 - Cisterna de placa 2.....	135
Figura 34 - Cisterna Calçadão parte 1.....	136
Figura 35 - Cisterna Calçadão parte 2.....	136
Figura 36 - Tanque de pedra 1	136
Figura 37 - Tanque de pedra 2	136
Figura 38 - Tanque de pedra 3	136
Figura 39 - Uso de garrafa Pet para umedecer o solo	138
Figura 40 - Canteiro econômico.....	139
Figura 41 - Mandala	140
Figura 42 - Plantio consorciado	141
Figura 43 - Fogão ecológico	142
Figura 44 - Plantas ornamentais e plantas medicinais	143
Figura 45 - Banco de sementes do Assentamento São Francisco III	144
Figura 46 - Silo	147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e no Estado da Paraíba e no Brasil	51
Mapa 2 - Solos de Solânea	53
Mapa 3 - Hidrografia de Solânea	54
Mapa 4 - Distribuição pluviométrica em Solânea	55
Mapa 5 - Zoneamento Ambiental da área de atuação do Polo Sindical da Borborema	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nº de Entrevistas por área de distribuição	25
Gráfico 2 - Pluviometria anual de Solânea (2002-2013)	54
Gráfico 3 - Solânea e Casserengue: Área dos estabelecimentos – 1996/2006 ...	68
Gráfico 4 - Solânea - Idade dos dirigentes dos estabelecimentos	70
Gráfico 5 - Solânea – Área (em percentual) das principais culturas temporárias 2001 – 2011.....	72
Gráfico 6 - Solânea – Área (percentual) das principais culturas permanentes ...	73
Gráfico 7 - Escolaridade dos chefes de família entrevistados – 2009	79
Gráfico 8 - Proprietários entrevistados segundo a forma de aquisição das terras	81

Gráfico 9 -	Tempo que vive na propriedade	82
Gráfico 10 -	Produção agrícola dos entrevistados	83
Gráfico 11 -	Distribuição do trabalho familiar durante os meses do ano	85
Gráfico 12 -	Distribuição do trabalho contratado durante os meses do ano	85
Gráfico 13 -	Fontes de renda	86
Gráfico 14 -	Solânea: Destino da produção agrícola	88
Gráfico 15 -	Metodologia adotada pela AS-PTA	107
Gráfico 16 -	Cooperação com Tempo	137
Gráfico 17 -	Cooperação com dinheiro	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Características do Brejo de Solânea segundo os agricultores	56
Quadro 2 -	Características do Agreste de Solânea segundo os agricultores	56
Quadro 3 -	Características do Curimataú de Solânea segundo os agricultores	57
Quadro 4 -	Solânea: Percepção dos pequenos agricultores a respeito da organização produtiva municipal, segundo as regiões fisiográficas ...	63
Quadro 5 -	Solânea: Trajetória da produção e da inovação na unidade camponesa	64
Quadro 6 -	Diagnósticos realizados no Polo Sindical da Borborema	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Solânea: Distribuição dos estabelecimentos segundo os grupos de área da amostra e do censo agropecuário	26
Tabela 2 -	Solânea: Evolução dos principais rebanhos (1974 ; 2010)	60
Tabela 3 -	Solânea - Estrutura Fundiária – 1996	65
Tabela 4 -	Solânea - Estrutura Fundiária – 2006	66
Tabela 5 -	Solânea – Número e área de estabelecimentos agrícola (1996 / 2006)	67
Tabela 6 -	Solânea e Casserengue: Estrutura fundiária conjunta -2006	67
Tabela 7 -	Solânea: Condição do produtor (2006)	69
Tabela 8 -	Nível de escolaridade da pessoa que dirige o estabelecimento	71
Tabela 9 -	Número de estabelecimentos dirigidos por mulheres – Solânea – 2006	71
Tabela 10 -	Solânea: Distribuição das famílias camponesas segundo o número de filhos – 2009	78
Tabela 11 -	Solânea: Formas de acesso à terra por parte dos camponeses – 2009.	80
Tabela 12 -	Produção na barragem subterrânea de Seu Zé de Pedro, em 2005	134
Tabela 13 -	Solânea: Diversidade de sementes de feijão e de fava	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba
ASA – Articulação do Semiárido
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DGEOC – Departamento de Geociência
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG - PB – Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba
FRS – Fundo Rotativo Solidário
GAPA – Gestão de Água para Produção de Alimentos
GETEC – Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG – Organização Não-Governamental
ONGIFA – Organização Não Governamental de Integração da Família
P1MC – Programa um Milhão de Cisternas

PA – Projeto de Assentamento

PAM – Produção Agrícola Municipal

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades

PPGCAG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINGA – Simpósio Nacional de Geografia Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhados Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CAMPESINATO E A AGROECOLOGIA: uma união possível.....	29
2.1.	O debate sobre o Território na Geografia Agrária.....	30
2.2.	Sobre o conceito de Campesinato e Agroecologia.....	36
3	PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO DE SOLÂNEA	49
3.1.	O MUNICÍPIO DE SOLÂNEA: ASPECTOS LOCACIONAIS E NATURAIS	50
3.2.	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE SOLÂNEA	57
3.3.	A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO AGRÁRIO DE SOLÂNEA.....	65
3.3.1.	O perfil da estrutura fundiária de Solânea	65
3.3.2.	A condição dos produtores rurais	69
3.3.3.	A produção agropecuária recente de Solânea	72
3.3.4.	A importância da agricultura camponesa de base familiar	74
4	CAMPESINATO SOLANENSE: As formas de organização da produção	76
4.1.	A UNIDADE DE CONSUMO CAMPONESA	77
4.2.	A UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA	80
4.2.1.	As formas de acesso à terra	80
4.2.2.	A composição da produção agropecuária das unidades camponesas..	82
4.2.3.	A organização do trabalho	84
4.2.4.	A geração da renda	86
4.3.	A ARTICULAÇÃO COM O MERCADO E A FEIRA LIVRE DE SOLÂNEA.....	87
4.4.	O ESTADO E A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO: O ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III	91
5	ORGANIZAÇÕES E PARCEIROS POR UMA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM SOLÂNEA	97
5.1.	A AS-PTA.....	98
5.1.1.	AS-PTA na Paraíba.....	100
5.1.2.	Plano de trabalho da AS-PTA e parceiros	104
5.2.	PARCEIROS E AGENTES DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTRATÉGIAS E ATUAÇÃO	118

6	A AGROECOLOGIA E A CONVIVÊNCIA DA UNIDADE CAMPONESA COM O SEMIÁRIDO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA	125
6.1.	DO COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	126
6.2.	EXPERIÊNCIAS DE TECNOLOGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O A SECA	130
6.2.1.	Utilização de cercas vivas	130
6.2.2.	Formas diversificadas de armazenamento e melhor aproveitamento da água	132
6.2.3.	Formas alternativas de irrigação	138
6.2.3.1.	<i>O umedecimento do solo com o uso de garrafas peti</i>	138
6.2.3.2.	<i>Canteiro econômico</i>	139
6.2.3.3.	<i>Sistema mandala de irrigação.....</i>	139
6.2.4.	O manejo das plantas e árvores	140
6.2.5.	Fogão ecológico	142
6.2.6.	Uso das plantas medicinais e ornamentais	143
6.2.7.	Armazenamento	143
6.2.7.1.	<i>O banco de semente</i>	144
6.2.7.2.	<i>Silos trincheiras.....</i>	147
6.2.3	Construção de um Território de Esperança	149
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXOS.....	169
	Anexo 1 – Candeeiro – Multirão e a atuação da ONGIFA.....	170
	Anexo 2 – Luiz Souza e Dona Eliete – Compartilhando experiências..	174
	Anexo 3 – Candeeiro – Dona Irene e as plantas medicinais.....	177

Solânea - PB

Curimataú

1 INTRODUÇÃO

Brejo

Agreste

1 Introdução

O debate sobre a questão agrária no Brasil acha-se diretamente relacionado à origem da propriedade privada e do latifúndio, os quais têm suas raízes atreladas ao regime de sesmarias e à Lei de Terras de 1850. Segundo Moreira e Targino (1997, p. 35), “a distribuição de terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado que adquiriu a propriedade da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade de terra no Brasil e na Paraíba”. Já a lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras, estabeleceu a base jurídica para a consolidação da propriedade privada ao proibir o acesso à terra por outro meio que não fosse a compra. Desse modo a agricultura camponesa desenvolveu-se a partir de então, no interior da grande propriedade ou em lugares mais afastados, pouco acessíveis ou em terras de qualidade inferior (MOREIRA e TARGINO, 1997; SILVA, 2010).

Na segunda metade do século XX, a agricultura brasileira passou por profundas modificações no padrão tecnológico responsáveis por transformações significativas nas relações sociais. Esse processo foi denominado por Silva (1985) de “modernização conservadora” uma vez que se pautava em mudanças na base técnica da produção sem alterar o sistema de apropriação da terra.

Para justificar a modernização agrícola apregoava-se que a agricultura organizada com base em uma estrutura herdada do período colonial se constituía como um *obstáculo* ao processo de formação de um capitalismo industrial no país, fazendo-se necessário, portanto modificá-la (SILVA, 1985). Acreditavam os defensores dessa tese que o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países subdesenvolvidos seria o meio de superar os baixos padrões de vida neles vigentes e obter resultados semelhantes aos países considerados desenvolvidos.

Disseminado pelos países ditos desenvolvidos, o capitalismo industrial serviria para os países subdesenvolvidos como meio de superar os baixos padrões de vida e conseguir resultados semelhantes aos países considerados desenvolvidos. Para tanto se fazia necessária a superação do *obstáculo* constituído pela agricultura arcaica praticada nesses países.

Com base nesses pressupostos foram criadas a partir de 1960, no Brasil, políticas públicas voltadas à disseminação de “pacotes tecnológicos” para a introdução de tecnologias agroquímicas e mecânicas e novas práticas produtivas na agropecuária.

Estes pacotes tecnológicos foram implantados “através do crédito subsidiado, associado com recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados no âmbito do ensino técnico e universitário” (SAUER e TUBINO, 2004, p. 134) e da oferta de assistência técnica, usando grandes somas de recursos financeiros a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando importantes investimentos em máquinas e insumos (fertilizantes, inseticidas, sementes etc.). Foi assim que se processou no país a modernização agrícola também chamada de “modernização conservadora”, como já foi mencionado, e de “revolução verde”.

Se de um lado esse modelo de desenvolvimento agropecuário foi responsável pelo aumento da produção e da produtividade, particularmente dos produtos voltados para a exportação, pela articulação da agricultura com a indústria à jusante e à montante do processo produtivo (SILVA, 1985), pela implementação de processos e técnicas modernos no setor primário da economia, de outro, ele contribuiu para acentuar a concentração fundiária, para aumentar a desigualdade de renda no setor agrário, para agravar as condições de vida da população rural, pela expulsão de “um grande efetivo de trabalhadores do campo promovendo o aumento da migração para as grandes cidades e para vilarejos rurais, ‘favelizando’ tanto a cidade como o campo” (SOUZA e SILVA, FREIRE e TARGINO, 2012, p.2) e para a transformação das relações sociais de produção na medida em que possibilitou a expansão do assalariamento em detrimento das relações de trabalho camponesas.

Segundo Andrade:

O que se observa muitas vezes é que a modernização e o uso de uma tecnologia mais eficiente provocam mais a degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população (ANDRADE, 1994, p.151).

Não se pode deixar de lado os impactos ambientais promovidos pela modernização da agricultura. Tais impactos suscitaram um amplo debate, entre os anos de 1970 e 1980, sobre a relação existente entre o modelo agropecuário convencional e o manejo inteligente dos recursos naturais através da agroecologia.

Os impactos socioambientais da modernização trouxeram à cena política os atores sociais mais prejudicados: pequenos proprietários, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores sem terra e camponeses (DIAS 2006, *apud* CARVALHO 2008).

Enquanto parte do espaço agrário nacional, o espaço agrário do município de Solânea, embora submetido à lógica do processo dominante, apresenta especificidades próprias. Por se tratar de um município do Agreste Paraibano, o processo histórico de ocupação do seu espaço agrário esteve relacionado desde os primórdios à policultura alimentar, à pecuária e à atividade algodoeira a partir da segunda metade do século XIX. A agricultura camponesa esteve presente em Solânea desde o início da ocupação do seu território pelo colonizador, apresentando fases de expansão e de retração a depender da expansão e da retração das lavouras comerciais a exemplo do sisal e do algodão.

Este trabalho, como o título já indica, busca visualizar/debater o campesinato e o uso da agroecologia, além da convivência com o semiárido no município de Solânea, na Paraíba. Entendemos que a intersecção *campesinato*, *agroecologia* e a *convivência com o semiárido* **constroem**, ou podem **construir** território(s). Mas que território(s)? Território camponês? Território agroecológico? Território das secas? Ao longo do trabalho pretendemos encontrar, ou indicar, que território nos saltou aos olhos quando nos deparamos com o modo como se conforma/comporta o campesinato em Solânea.

Em suma, esta pesquisa tem como foco principal estudar a organização da produção camponesa no município de Solânea-PB, com destaque para o papel da agroecologia e da convivência com o semiárido no processo de sua reprodução.

Considerando que a agricultura camponesa se reproduz num território submetido à lógica do capital, mas nem sempre reproduz a sua lógica, nos questionamos: que território é este de domínio da agricultura camponesa em Solânea? De que forma se organiza o espaço agrário desse município e qual a importância dessa produção camponesa na sua conformação? Quem são os camponeses de Solânea e como eles organizam sua produção e o trabalho? Qual a importância das redes e articulações que fazem uso da agroecologia na persistência/permanência e recriação camponesa no município?

A fim de tentar alcançar o objetivo desta pesquisa e responder os questionamentos, procuramos:

a) aprofundar a discussão sobre campesinato, território, território de esperança, agroecologia e convivência com o semiárido; b) caracterizar o espaço agrário do município de Solânea, buscando destacar a importância da agricultura camponesa e sua dinâmica atual; c) Avaliar os impactos da inserção da agricultura camponesa de Solânea em projetos alternativos de desenvolvimento agroecológico; d) identificar e resgatar o histórico da atuação das redes e articulações de ONG's, Sindicato dos Trabalhadores

Rurais, e dos Movimentos Sociais que têm como carro-chefe o trabalho com os camponeses e a agroecologia no município.

Esta pesquisa não surgiu do nada, ela tem uma jornada, um processo de construção que precisa ser contada. Nossa caminhada na geografia se deu na escola fundamental onde sempre me interessei e me debrucei sobre a matéria e os temas abordados pela geografia, inclusive, enquanto ainda cursava o ensino médio, já percorria dos corredores do Departamento de Geociências da UFPB para fazer pesquisas. Por duas vezes fiz pesquisas e entrevistas com professores da UFPB, uma com o professor Paulo Rosa e outra com a professora Maria de Fátima Rodrigues. Ambos os professores nos acolheram e nos deram atenção, conduzindo e mostrando os laboratórios, que acabaram por ampliar o desejo de trilhar os caminhos da geografia. Ao passar a etapa do vestibular, pudemos de fato firmar melhor os passos na ciência geográfica.

Durante o curso, as disciplinas foram trazendo à tona alguns temas. Contudo o nosso primeiro contato com a temática que temos trabalhado, se deu a partir de um trabalho proposto pela professora Emília Moreira na disciplina Geografia da Paraíba, sobre as alternativas de produção agropecuária desenvolvidas pelos camponeses do município de Solânea. Este trabalho teve uma série de desdobramentos, pois originou artigos que foram apresentados em diversos eventos científicos, dentre eles o II Seminário Luso Brasileiro Caboverdiano (SEMILUSO), o XV Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), o IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e do V Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA).

A apresentação do trabalho no ENG chamou a atenção de uma estudante de pós-graduação da UNB, Éricka Sales Ferreira, orientanda da professora Vera Salazar da Universidade Federal de Uberlândia, que buscava desenvolver seu projeto de mestrado sobre capital social e após conhecer através do nosso estudo a realidade agrária e agrícola do município de Solânea o escolheu como objeto de sua pesquisa de campo¹. A partir desse contato surgiu uma parceria que nos levou a trabalhar na pesquisa de campo da mestranda, aumentando assim o nosso contato com a realidade do município e o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a temática do campesinato.

¹ A dissertação defendida por Éricka Sales denomina-se “A agricultura familiar no município de Solânea (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial”.

Posteriormente tivemos a oportunidade de participar do GETEC (Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato) como bolsista do PIVIC/UFPB/CNPq com o projeto “Alternativa de desenvolvimento territorial rural: a contribuição da AS-PTA para a agricultura camponesa em Solânea-PB” sob a orientação da professora Emilia Moreira, o que me deu mais motivação para continuar nesta linha de pesquisa e me estimulou a abordá-la na monografia de graduação intitulada “Espaço agrário e a Agricultura camponesa em Solânea-PB”. Enfim, depois de alguns anos pesquisando o tema, recebendo críticas e elogios nos eventos em que apresentei os resultados das pesquisas realizadas, percebi a riqueza do debate e a importância de dar continuidade a esses estudos no âmbito de uma pós-graduação.

Ressalto a importância dos colegas de turma, ainda da graduação assim como os da pós-graduação e do GETEC para o desenvolvimento desta pesquisa. Parte da pesquisa de campo foi realizada com a participação de colegas da graduação, inclusive, um dos trabalhos de campo mais significativo para a pesquisa foi feita montado numa moto sem freio, juntamente com Nazareno Serafim, para percorrer as comunidades e Sítios de Solânea “com a cara e a coragem”, mais cara do que coragem. Os colegas, sobretudo do GETEC, em muito contribuíram através dos debates formais e informais, indicação de leitura, escrita de artigos dentre outros auxílios.

Para a realização deste trabalho foram adotados alguns procedimentos metodológicos, que subsidiaram a execução do mesmo. Elegemos o materialismo histórico e dialético como método de interpretação, tendo em vista que, a partir dele, poderemos melhor visualizar a relação do campesinato e da agroecologia na organização do espaço agrário, seus conflitos e contradições. “Esse método de interpretação da realidade desenvolveu-se a partir das formulações originais de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo denominado – à revelia do desejo de Marx – de ‘Marxismo’.” (MORAES e COSTA, 1984, p. 35)

Este estudo se baseia na relação dialética entre o sujeito e o objeto. Segundo Konder (2003, p.8), a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Para tanto, uma série de procedimentos e técnicas de investigação foram adotadas, quais sejam:

a) levantamento bibliográfico: A sua realização se deu com base em uma pesquisa bibliográfica em torno da temática buscando suporte não só na Geografia como

também na Economia, na Agronomia, na Sociologia e em outras ciências, em autores que enfocassem: a) território, com base em Santos (1980; 1994), Saquet (2007; 2010), Moraes (1990) Souza (1995), Costa (1997), Oliveira (1999), Moreira e Targino (1997; 2007), Raffestin (1980), Silva, Fernandes e Valenciano (2003); b) campesinato tendo como suporte autores como Guzmán e Molina (2005), Bottomore (2001), Paulino e Almeida (2010), Bombardi (2001), Chayanov (1981), Oliveira (1997), Martins (1995) e; c) referente à agroecologia tomamos como base Guzmán e Molina (2005), Moreira (2003), Altieri (2004), Guzmán (2001), Petersen e Silveira (2007), Mariano Neto (2006), Caporal e Costabeber (2004), Palerm (1980), Carvalho, C. (2008) e Carvalho, H. (2009).

Este levantamento foi realizado junto às bibliotecas central e setoriais da Universidade Federal da Paraíba, bem como através da internet nas páginas dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e ciências afins que publicam monografias, dissertações e teses referentes ao tema da pesquisa e no banco de teses da CAPES entre outros. As leituras e fichamentos das obras e dos textos selecionados auxiliaram na ampliação do conhecimento sobre questões conceituais e teóricas básicas, que envolvem o estudo versando sobre território e território de esperança; camponês e campesinato; paradigma agroecológico, questão agrária e convivência com o semiárido.

b) **pesquisa de campo:** Nosso contato com este tema surgiu a partir de um trabalho proposto pela professora Emilia Moreira na disciplina Geografia da Paraíba, sobre as alternativas de produção agropecuária desenvolvidas pelos camponeses do município de Solânea. Esse primeiro trabalho teve continuidade quando da nossa participação como bolsista do PIVIC/UFPB/CNPq e como auxiliar na pesquisa “Território, desenvolvimento rural e práticas agrícolas sustentáveis em áreas com risco de desertificação no Brasil, Portugal e Cabo Verde”². A partir desses estudos elaboramos nossa monografia de graduação intitulada “Espaço agrário e a agricultura camponesa em Solânea-PB”. A pesquisa de mestrado agora apresentada dá continuidade aos trabalhos anteriores, aprofundando-os.

Ao longo dos últimos seis anos foram realizados vários trabalhos de campo. Cada um com objetivos e formas diferenciadas de estudo, abrangendo significativamente a extensão do município de Solânea, permitindo visualizar paisagens

² Pesquisa desenvolvida entre 2009 e 2011 sob a coordenação de Professora Emilia Moreira, com o apoio do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais - CPLP) do CNPq.

diversas (Figura 1, 2, 3 e 4) do Brejo, Agreste e Curimataú deste município, em períodos climáticos diferentes.

Fig. 1 – Curimataú Chegando a chuva



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2009

Fig. 2 – Brejo de Solânea 1



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2009

Fig.3 Vista da transição Brejo/Agreste de Solânea



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2009

Fig. 4 – Curimataú na estiagem



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

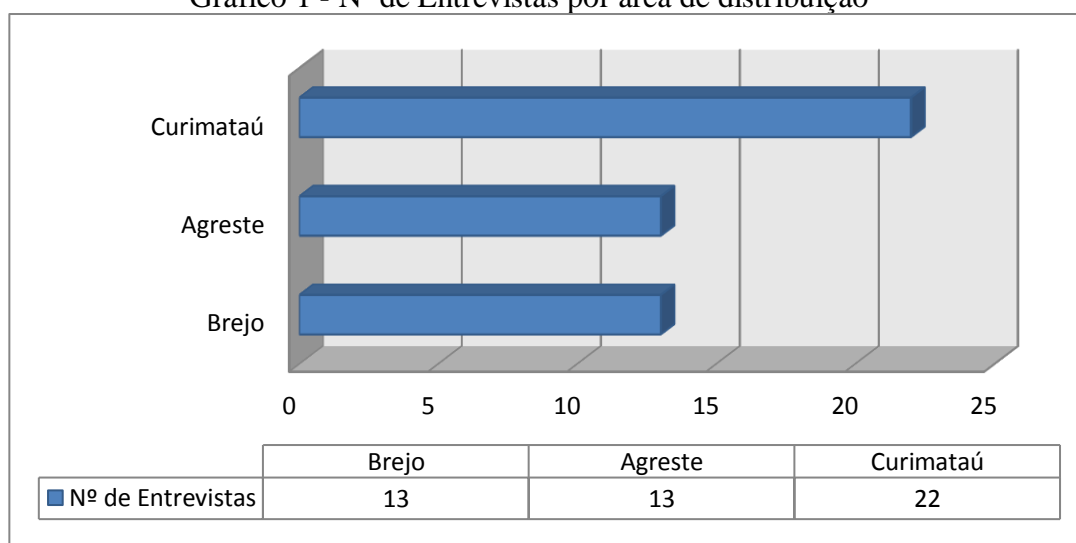
Em novembro de 2007, teve início a pesquisa voluntária, ainda na perspectiva de elaborarmos nosso primeiro artigo, fruto do debate na disciplina Geografia Regional da Paraíba. Primeiramente, tivemos o contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Prefeitura. Com representantes destes realizamos entrevistas não estruturadas a fim de termos um panorama institucional da realidade de Solânea. Além destes, realizamos três entrevistas estruturadas e uma não estruturada com camponeses. Instigados pelos resultados e desdobramento da pesquisa, em 2008, para concluirmos o artigo, realizamos mais cinco entrevistas estruturadas com camponeses, dentre eles o então presidente do STR.

Como já descrito anteriormente, a pesquisa foi ganhando profundidade e começamos a enxergar uma pesquisa mais consistente. Por isso, tentamos “cercar Solânea por todos os lados”. Em março de 2009, foi proposto um artigo relacionado com a disciplina Geografia Urbana, ministrada pela professora Doralice Sátiro, onde optamos por fazer um trabalho sobre a feira de Solânea. Neste, realizamos entrevistas

não estruturadas com os feirantes, consumidores, transportadores e com o administrador da feira de Solânea. Aproveitando a jornada até Solânea, na mesma semana, fomos até o assentamento São Francisco III, no qual fizemos uma reunião com 12 assentados que responderam a uma entrevista semiestruturada, onde nos foi narrada a história do assentamento e aplicamos questionários (5), com cerca de 10% dos representantes das famílias para fazermos o perfil deste assentamento.

Ainda em 2009, realizamos um novo trabalho de campo, quando foi aplicado outro questionário, elaborado pela mestrandia da UnB Éricka Sales. Nesta oportunidade, percorremos uma vasta área do município e aplicamos 48 questionários distribuídos pelas diferentes regiões morfoclimáticas de Solânea: 27% no Brejo, 27% no Agreste e 46% no Curimataú (veja Gráfico 1). Os sítios visitados durante a pesquisa foram: Chã de Solânea, Chã de Santa Teresa, Vidal, Sacos dos Campos, Salgado de Souza, Assentamento São Francisco III, Curimboque, Assentamento. Nossa Senhora Aparecida, Frágoso, Malhada, Matinha, Lagoa de Pedra, Camará, Areial, Lagoa de tanque, Lages, Goiana, Bom sucesso, Gruta de Santa Tereza e Fazenda Velha.

Gráfico 1 - Nº de Entrevistas por área de distribuição



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A distribuição dos 48 estabelecimentos visitados segundo os grupos de áreas está apresentada na Tabela 1. Comparando-se essa distribuição com a levantada pelo Censo de 2006, verifica-se que há aderência entre essas duas distribuições, o que confere certo grau de representatividade à amostra (veja Tabela 1), apesar da quantidade relativamente pequena da amostra (cerca de 2,5% do total dos estabelecimentos com até 100 hectares).

Tabela 1 – Solânea: Distribuição dos estabelecimentos segundo os grupos de área da amostra e do censo agropecuário

Grupos de área total (ha)	Amostra		Censo 2006	
	Nº. de Est	%	Nº. de Est	%
Menos de 5	27	56,3	1287	68,1
5 a menos de 10	10	20,8	261	13,8
10 a menos de 20	8	16,7	225	11,9
20 a menos de 50	1	2,1	96	5,1
50 a menos de 100	2	4,2	20	1,1
Total	48	100,0	1889	100,0

Fonte: Trabalho de campo – IBGE/ Censo agropecuário, 2006.

Elaboração: Pablo M. S. e Silva

Em 2010, os trabalhos de campo foram voltados para a observação da interação entre entidades que abordam a temática da nossa pesquisa e os camponeses. Registramos, na condição de pesquisador-observador-participante da Capacitação de Famílias em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA), realizada pela AS-PTA junto a agricultores que receberiam a *cisterna calçada* do programa *PI+2*, onde o importante do trabalho de campo foi perceber a fusão do conhecimento técnico com os valores dos camponeses, além dos laços de amizade criados entre ambas as partes. Ainda fazendo parte da programação da GAPA, acompanhamos a *I Marcha das Mulheres: Pela vida das mulheres e da agroecologia*, realizada pelo Polo Sindical da Borborema e seus parceiros, no município de Remígio.

A riqueza de momentos como este vão além da programação, da mística (religiosa), dos debates e ensinamentos, mas está também em ouvi-los no sentar à mesa para a refeição, em lavar a louça, em sair para uma lanchonete depois da programação, enfim, conviver e perceber seus problemas e virtudes que não ficam registradas nos gravadores, nas câmeras fotográficas e filmadoras (que às vezes pode maquiuar o sujeito), pois os sujeitos da pesquisa deixam de ser apenas números das planilhas e passam a ser histórias no enredo da pesquisa e do pesquisador. A observação participante aproxima o observador dos observados, e faz deste encontro um aprendizado mútuo como afirmam S. Schwartz e G. Schwartz (1955):

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social comum com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto. (S. SCHWARTS E G. SCHWARTS, 1955, p. 135. *Apud* CICOUREL, 1980, p 89)

No mesmo ano, visitamos a sede da AS-PTA/PB, situada no município de Esperança, com o objetivo de ouvir dos agricultores e da coordenação da ONG a sua história, os projetos desenvolvidos e as ações da ONG no Estado da Paraíba, bem como as formas de participação e integração dos camponeses e do Polo Sindical da Borborema, organização que trabalha em parceria com a AS-PTA. Buscamos também entender a importância dada à agroecologia pelos sujeitos envolvidos no processo de territorialização da mesma no município de Solânea.

Já em 2011 e 2012, nos aproximamos da nova gestão do STR, da ONGIFA (Organização Não Governamental de Integração da Família) (que ainda não havia entrado na pesquisada) com conversas e entrevistas ora informal e ora com um roteiro. Registramos e participamos como observador de eventos envolvendo a temática da pesquisa realizada em Solânea e em outros municípios, como por exemplo as Marchas das Mulheres e a I Jornada Produtiva.

Após a qualificação ainda fizemos dois trabalhos de campo observando, o programa de rádio do STR, a feira agroecológica, a zona rural do município e visitando/entrevistando camponeses, avaliados como agricultores-experimentadores e são referência da agroecologia solanense. Além de diálogos com o professor Fillipe Marini, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (PPGCAG - Agroecologia³) da UFPB – campus Bananeiras. Ele, além de conhecer a temática e a realidade local, acompanha e assessora a feira agroecológica de Solânea.

Para o registro destes trabalhos de campos, estivemos sempre munidos de câmera fotográfica, filmadora, gravador, bloco de anotações.

d) **Levantamento de dados secundários:** Foi realizado amplo levantamento de dados secundários junto ao site do IBGE, através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), particularmente os dados do Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal (PAM); colhemos dados da malha fundiária junto ao INCRA. Já a AS-PTA e o Polo Sindical Borborema, nos cederam documentos e mapas referentes a suas áreas de atuação. Os dados obtidos foram usados para a compreensão sobre a organização do espaço agrário e sobre a agricultura camponesa de Solânea.

Considerando a introdução, o trabalho está organizado em seis capítulos, além das considerações finais.

No capítulo 2, trazemos uma sucinta reflexão sobre os conceitos de território,

3 Mestrado em Agroecologia da UFPB- campus Bananeiras

campesinato e agroecologia, abordando o território como categoria geográfica de análise, discutindo o papel do campesinato no desenvolvimento capitalista em diferentes correntes teóricas clássicas e em alguns autores contemporâneos, e a agroecologia como um modelo alternativo ante a modernização da agricultura.

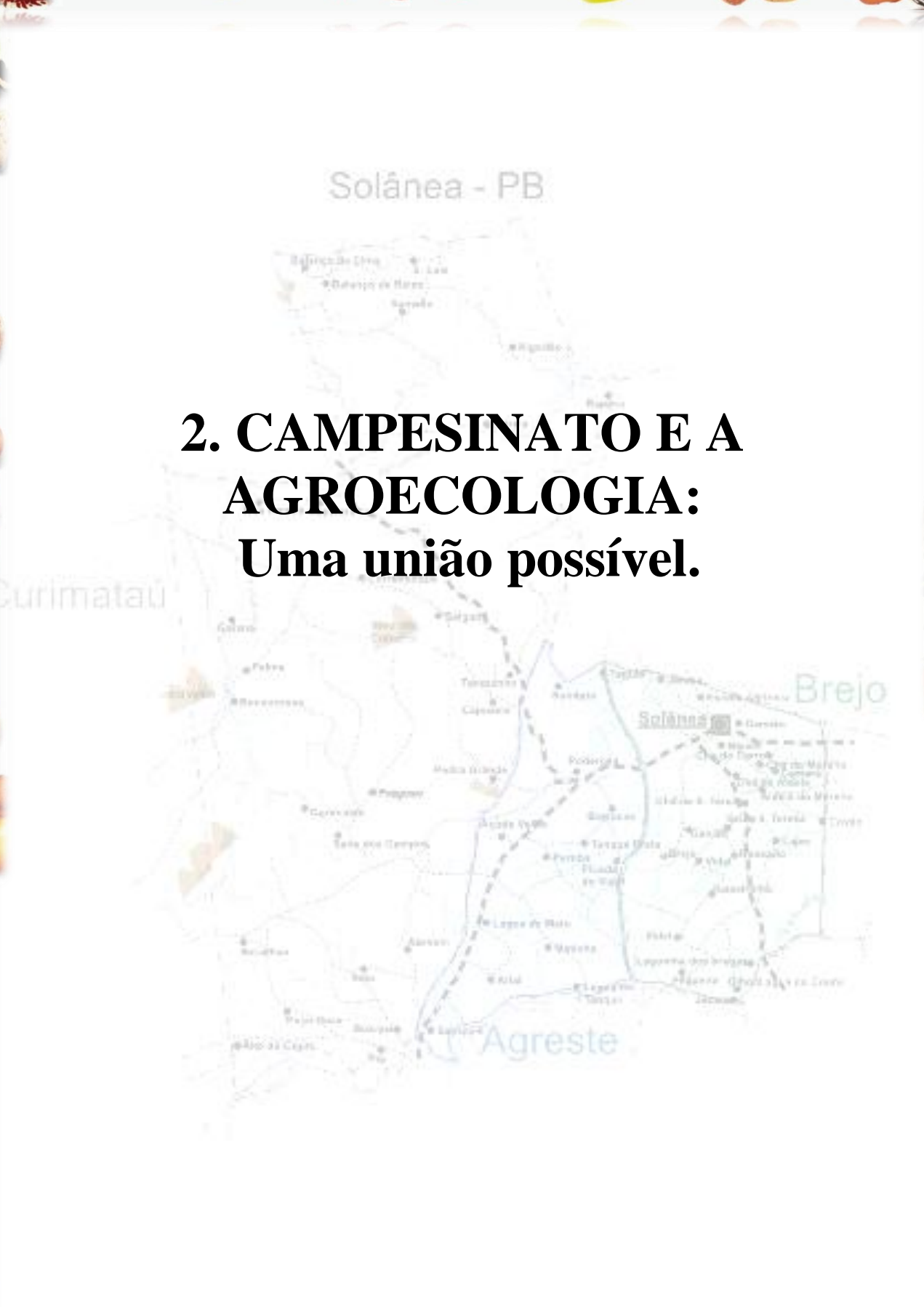
No capítulo 3, fazemos uma caracterização do espaço agrário de Solânea a partir da análise de dados secundários, procurando resgatar a história e o desenvolvimento do município e enfatizar o papel da produção camponesa na estrutura agrária municipal.

No capítulo 4, ao mostrar e analisar os dados colhidos *in loco*, caracterizamos a agricultura camponesa em Solânea a partir dos resultados dos trabalhos de campo. Descrevemos a feira convencional do município e narramos a história da luta pela terra do Assentamento São Francisco III, que desapropriou a Fazenda Poderosa, uma das maiores de Solânea.

No capítulo 5, estudamos a atuação das redes e organizações governamentais e não governamentais, procurando identificar o seu papel no fortalecimento da agroecologia em Solânea e sua importância para a agricultura camponesa (histórico e a atuação, importância da expansão da agroecologia e a importância para a formação dos camponeses).

No sexto e último capítulo, destacamos o papel da agroecologia e a ação camponesa para a convivência com o semiárido. Descrevemos as tecnologias alternativas através, principalmente da narrativa dos camponeses. A partir disso, dialogamos com o conceito de Território de Esperança, pois enxergamos nas ações agroecológicas de convivência com o semiárido a consolidação do caminho para a construção de um Território de Esperança.

Por fim, tecemos algumas considerações finais acerca dos vários processos tratados nesse trabalho, tentando compreender a importância das parcerias que objetivam a transição agroecológica, e as experiências de convivência com o semiárido da agricultura camponesa em Solânea.

A map of Solânea, Paraíba, showing its geographical location and surrounding areas. The map includes labels for neighboring municipalities like Brejo and Agreste, and various local landmarks and roads. The title 'Solânea - PB' is at the top. The map is framed by a decorative border of various beans and corn cobs.

2. CAMPESINATO E A AGROECOLOGIA: Uma união possível.

2. CAMPEsinato E A AGROECOLOGIA: uma união possível.

Entendemos o espaço geográfico, em consonância com Santos (1980), como sendo uma segunda natureza, natureza esta modificada a partir da materialização das relações dialéticas travadas com a sociedade, mediadas pelo trabalho humano. Para o autor esta segunda natureza é o objeto primordial para a geografia humana se debruçar⁴.

Nesta pesquisa, optamos por realizar nossa investigação a partir do estudo do território, compreendendo-o como um recorte espacial, uma fração do espaço socialmente produzido. Ou seja, o território como fruto das relações sociais que se dão ao longo do tempo em um determinado espaço. Pretendemos analisar o papel do campesinato, enquanto classe social, e o uso da agroecologia na formação do território.

2.1. O debate sobre o Território na Geografia Agrária

Sabemos que o debate sobre território é bastante antigo e até hoje não há um consenso com relação a sua definição, contudo teceremos algumas notas sobre este debate, buscando aplicá-lo na geografia agrária.

Gootman (1973, *apud* SAQUET, 2010), explica que o conceito de território já era objeto de debate desde o século XV, quando era relacionado a questões políticas, como a expansão dos territórios dos Estados a partir da dominação de alguns povos por aqueles que possuíam soberania territorial “como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza...” (SAQUET, 2010, p.27).

O território que inicialmente tinha como funções principais a garantia do abrigo e das oportunidades passa agora a ser visto como receptáculo de investimentos econômicos sendo experimentado para além de *habitat* do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente no decorrer dos sécs. XVII e XVIII (SAQUET, 2010, p. 28).

4 Segundo Saquet e Silva (2011), para Santos (1979), como o espaço é organizado socialmente, espaço e natureza são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma instância transformada, uma segunda natureza, conforme Marx a denominou. O espaço, dessa maneira, corresponde às transformações sociais feitas pelos homens.

Em meados do século XVIII, a geografia surge ligada aos interesses burgueses. Friedrich Ratzel foi um dos geógrafos pioneiros a trabalhar o conceito de território, considerando-o como algo indispensável à existência do Estado. Em sua concepção, o Estado não pode jamais ser pensado separadamente de seu território.

O fato de estes dois organismos (sociedade e Estado) estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. É certo, porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isso deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas em compensação a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade (RATZEL, 1914, apud MORAES, 1990 p. 73).

Porém, este conceito era percebido por Ratzel, tanto como ambiente e solo, um substrato natural da habitação do homem, assim como do Estado-Nação.

Para Ratzel o território é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob o domínio do Estado) (SAQUET, 2010, p. 31)

Ratzel avança na ideia de que a expansão do território levaria ao desenvolvimento da força e da solidez do Estado e na abordagem de que o homem está ligado ao solo. Do mesmo modo, para ele, as perdas territoriais representariam o princípio da decadência de uma Nação. Porém, sua proposta metodológica tinha um caráter institucional e burguês que claramente justificava e favorecia os interesses do Estado alemão.

A categoria geográfica do território ganha riqueza ao ampliar os horizontes com discussões que vão além da sua abordagem apenas como espaço político-administrativo. Na abordagem de Raffestin (1980), o território passa a existir com a apropriação do espaço pelo homem. Para ele, o espaço é anterior ao território, contudo o território passa a ser apropriado pelo homem, seja de forma concreta ou abstrata, quando através da apropriação e/ou do trabalho o homem passa a planejar, sobrepor, intervir sobre este espaço. Assim, revela relações de poder. Este espaço, na compreensão de Raffestin, passa a ser concebido como território.

A ideia de Raffestin sobre território é bem semelhante à ideia de Milton Santos sobre o espaço geográfico. Todavia o limite deste recorte territorial seria dado, em sua opinião, pelo exercício do poder, que pode ser de um indivíduo ou de uma coletividade de indivíduos, o que possibilita ao espaço geográfico conter inúmeros territórios. Assim, é preciso a compreensão de que o espaço é uma totalidade.

Para Souza (1995) “o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”, sendo este poder propriedade de um grupo, e não de um só indivíduo e existindo apenas enquanto este grupo se mantiver unido.

Em relação ao poder, Arendt afirma que:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece. (ARENDT, 1985,p.24 *apud* SOUZA, 1995 ,p.80).

Na concepção de Souza, *o poder* é, primeiramente, a característica fundamental que define o território, e o que definirá o seu perfil é, antes de tudo, a sua *dimensão política*, porém, apesar disso, deixa claro que fatores como a *cultura* (simbolismos, identidades, significados, etc.) e a *economia* também exercem influência sobre ele, já que também exercem certo poder sobre a sociedade, mas não na mesma proporção.

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) mas o verdadeiro *Leitmotiv* é os seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* (SOUZA, 1995, p 78-79)

Silva, Fernandes e Valenciano (2006) adotam o mesmo raciocínio, ao afirmarem que o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz

e o mantém a partir de uma forma de poder. Segundo eles, espaço e território são indissociáveis.

Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico.[...] São as relações sociais que transformam espaço em território e vice versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território intermitente. Da mesma forma que o território e o espaço são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (SILVA, FERNANDES e VALENCIANO, 2003, p. 26).

Numa tentativa de sistematização, Haesbaert , juntou as abordagens conceituais mais utilizadas em três vertentes por ele consideradas como básicas: a jurídico-política, a cultural(ista) e a econômica.

A abordagem jurídico-política, normalmente a mais difundida, focaliza o território “a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira” (COSTA, 1997, p. 33).

A cultural está relacionada à importância simbólica da terra para os que nela vivem, ou seja, a noção de identidade, a necessidade e a relação de um grupo para com a terra. O território é entendido neste caso, “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (COSTA, 1997, p. 39).

Já a abordagem econômica destaca a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (COSTA, 1997: 40).

Saquet (2010), aparentemente, simplifica as definições de Haesbaert. Segundo Saquet:

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (E-P-C)⁵, historicamente determinadas. (2010, p. 127)

De acordo com a argumentação de Dematteis (1970), o território é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (climas, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de

5 Econômico-Político-Cultural (E-P-C)

certas *relações territoriais (horizontais e verticais)* (SAQUET, 2010, p. 57). Para Giuseppe Dematteis

A materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território (DEMATTEIS 2010 p.8)

Para Oliveira, o território deve ser apreendido como:

Síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Segundo Oliveira (1999), o território é:

Um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica do território. Logo o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Logo, Oliveira (1999) entende que o território é construído a partir de um processo dialético, ou seja, baseado nas contradições e que ocorrem concomitantemente. Ou seja, “o processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Reafirmamos que este estudo se baseia na relação dialética, entendendo que ela “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER 2003, p.8).

Há, então, uma relação entre o que sociedade produz no território e o que o homem intervém na natureza a partir do trabalho. Santos (1994) afirma que:

O homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e o seu

entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza. (SANTOS, 1994, p. 88)

Milton Santos sugeriu a utilização de outro conceito, o de “território usado” que é entendido por ele como uma mediação entre o mundo e a sociedade local e nacional. Sobre esse conceito, Souza afirma:

Para ele o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, à cada instante. Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo *o espaço do acontecer solidário*. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico (SOUZA, 2005, p. 253).

Esta categoria miltoniana de território usado permite, segundo Nascimento (2008),

Identificar a conexão entre a atuação das organizações sociais e governos num determinado contexto espacial (nível empírico) uma vez que ele se constitui num *espaço enquanto relação*, mediado pela *prática sócio-espacial* ao longo do tempo histórico, uma abstração da realidade, aquilo que é factual na prática territorial, o campo concreto da intervenção (NASCIMENTO, 2008, p.2).

Segundo Moreira (2009, p.4), esta intervenção “é materializada pelos governos e atores sociais diversos os quais são, via de regra, ‘portadores de projetos’. Tais projetos, nem sempre convergentes, disputam estratégias de desenvolvimento em escalas espaciais quase sempre sobrepostas”. É nesse sentido que percebemos a atuação da ONG AS-PTA no município de Solânea. Esta é realizada numa parceria com a rede formada pelo Pólo Sindical da Borborema, que atua sobre o território através de uma estratégia de desenvolvimento que se contrapõe àquela estabelecida pelo modelo capitalista de desenvolvimento imposto ao campo e absorvido por significativa parcela dos agricultores camponeses através dos pacotes modernizantes.

Para entender o território usado pelos camponeses de Solânea assistidos pela AS-PTA consideramos também importante entender o papel do campesinato no desenvolvimento capitalista. Para tanto realizamos uma breve revisão da literatura sobre o conceito de campesinato. Pretendemos avançar sobre o debate referente ao território. Todavia, o faremos apenas após observar a conformação do *campesinato* solanense, via

agroecologia, frente à *convivência com o semiárido*. Ou seja, voltaremos a discutir o território no final do 5º capítulo.

2.2. Sobre o conceito de Campesinato e agroecologia

A pertinência do debate sobre a persistência e a relevância do campesinato é um debate importante na questão agrária, que está longe de ser concluído.

No que diz respeito ao debate sobre o papel do campesinato no desenvolvimento do modo de produção capitalista, Guzmán e Molina buscam suas origens a partir da recuperação da gênese do pensamento social agrário que se dá ao longo dos séculos XVIII e XIX, respondendo a

um processo de acumulação elaborado pelo legado das teorias evolucionistas provenientes da filosofia da história (de Giambattista Vico até George Hegel), do evolucionismo naturalista (Lamarck, Darwin e Malthus, entre outros) e do socialismo utópico (em sua ampla gama desde Pierre Joseph Proudhon a Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon) (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 17).

Uma das primeiras correntes de pensamento dentro dos estudos campesinos é o *narodnismo* russo ou *populismo* russo. Segundo Bottomore (2001):

Os *narodniks* e *populistas* russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar (BOTTOMORE, 2001, p. 42).

Os teóricos *narodinistas* (Aleksandr Herzen e Nicolai Chernychevski) apresentavam-se contra a ideia da extinção do campesinato difundida e defendida pelos marxistas, haja vista que entendem os camponeses como a única classe que poderia alavancar a revolução social saltando da etapa capitalista para alcançar o socialismo, evitando a desintegração do campesinato a partir do fortalecimento das formas de ação solidárias e coletivas dos camponeses. E é, justamente com base na ideia da ação solidária entre os camponeses dos *narodinistas*, aliada ao conhecimento de técnicos e intelectuais que surge o chamado *DRP* (Diagnóstico Rural Participativo) (GUZMÁN E MOLINA, 2005), modelo de ação participativa utilizado pela AS-PTA para diagnóstico e planejamento de suas ações, que aprofundaremos mais adiante.

Ou seja, os narodnistas russos entendiam que a Rússia poderia seguir outra via rumo ao socialismo, evitando a proletarização e a desorganização social das comunidades rurais provocadas pelo capitalismo, constituindo uma “ponte” direta entre o campesinato e o socialismo, por entender que o campesinato possuía elementos socialistas, como o coletivismo e a ética camponesa, os quais poderiam ser potencializados (PAULINO E ALMEIDA, 2010).

Alguns narodnistas russos conseguiram fazer uma aproximação do campesinato com o pensamento de Marx em seus estudos sobre a expansão capitalista e o campesinato na Rússia. Essa relação de Marx com os narodnistas gerou a corrente chamada de ‘narodnismo marxista’, tendo como principal pensador Teodor Shanin (GUZMÁN E MOLINA, 2005).

É necessário, como demonstrou Shanin (1983), reconhecer a virada narodnista que se operou no pensamento de Marx em seus últimos dez anos, quando começa a analisar o papel do campesinato no processo histórico e, inclusive, na opinião de alguns estudiosos, é possível destacar a aceitação de determinados elementos dos marcos teóricos esquematizados na orientação teórica do narodnismo como diversidade de vias para o socialismo e, possivelmente, a existência de uma via campesina (...) (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 41-42).

Paulino e Almeida (2010) apontam a partir do texto mimeografado de Alimonda (2006) o contato de Marx com os revolucionários e intelectuais do narodnismo russo a partir de 1870, destacando Nicolai Chernyshevski.

Uno de los trabajos de Chernyshevski leídos atentamente por Marx fue la ‘Crítica de los prejuicios filosóficos contra la propiedad comunal’. Allí, Chernyshevski propone precisamente que la forma tradicional de propiedad colectiva del campesinado ruso puede constituir la posibilidad de que Rusia construya a partir de ella una forma futura, socialista, sin pasar por el establecimiento de la propiedad privada (Alimonda, 2006, p. 18.).

Nikolai Danielson manteve contato, através de correspondências, com Marx desde 1868. Foi o contato com Danielson que forneceu informações a Marx sobre o movimento revolucionário russo e do histórico da formação da propriedade comunal russa, a MIR⁶. Tendo em vista a vivência de Danielson, Marx o reconhece como a pessoa qualificada para falar sobre a realidade russa. E seguindo os conselhos de Marx, Danielson escreve um artigo assumindo como princípio de explicação o caráter

6 Comuna agrária russa

periférico da economia russa no contexto internacional. (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Pode-se então definir o narodnismo russo como uma práxis política e intelectual que organiza estratégias de luta contra o capitalismo marcado pelas seguintes características:

1. Os sistemas de organização gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante as falsas fórmulas de participação democrática;
2. Sistemas de legalidades assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos;
3. Nas forças de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrária à natureza do capitalismo russo;
4. Era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade;
5. Os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral. (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 22-23).

A corrente chamada de anarquismo agrário tem como figuras-chave para o seu desenvolvimento Bakunin e Kropotkin. Segundo estes estudiosos, nas condições russas da segunda metade do século XIX, havia possibilidades “claras” para o desencadeamento de uma revolução social. Bakunin em sua teoria enxergava o campesinato como agente revolucionário. Ele via essa possibilidade a partir da situação das massas populares camponesas, pela condição extrema de miséria e dominação social em que viviam. Como citado acima, o narodnismo enxergou o atraso da chegada do capitalismo na Rússia como oportunidade de tirar proveito do progresso técnico-econômico dos países da Europa capitalista, para encurtar caminho para o socialismo. Em contraponto a essas ideias, Bakunin compreendeu o atraso russo, expresso em miséria e dominação social, como um fator desencadeante de uma revolução social, tendo como ideal o fim do Estado por entendê-lo como agente burguês.

Complementada com o pensamento de Kropotkin, a leitura de Bakunin, sobre o campesinato e a revolução, contextualizada pela práxis intelectual e política do populismo russo, permite definir a orientação teórica do anarquismo agrário como um populismo especificamente anarquista que não enxerga na Rússia as vantagens do atraso a partir da perspectiva de uma recondução do processo de avanço das forças produtivas, mas o desencanto, a miséria e como consequência o desespero do campesinato (GUZMÁN E MOLINA, 2005).

Em síntese o anarquismo agrário afirma que o campesinato é uma classe com potencial revolucionário, tendo em vista que:

1. O apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potenciar frente a elementos inibidores;
2. A estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um atraso que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao reter energia da natureza popular;
3. A condição subordinada a que se vê submetida (...);
- 4(...) Rompido tais preconceitos pela comunidade de interesses da classe trabalhadora, é possível desatar a autêntica rebeldia natural existente na estrutura social do campesinato (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 35-36).

O marxismo ortodoxo é outra corrente do pensamento campesino. Para os marxistas ortodoxos, o campesinato, apresenta-se como uma economia de transição, pois possui vestígios de um modo de produção anterior, no entanto com algumas características inerentes ao capitalismo, sendo, portanto, passivo de uma diferenciação que ocorreria internamente de forma que os camponeses médios e pobres se transformariam em proletários, pois perderiam o acesso aos seus meios de produção, enquanto os camponeses ricos tenderiam a tornarem-se pequenos capitalistas, extraíndo a mais-valia proveniente do trabalho de camponeses pobres e médios já metamorfoseados em proletários. (FREIRE, FRANÇA e SILVA, 2011)7.

Podemos definir o esquema teórico, do marxismo ortodoxo, que interpreta a evolução da estrutura agrária no processo histórico a partir de cinco características, sendo elas:

1. **Evolução unilinear:** as transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do processo como resultado, gerando polarização social na quais se produz em um processo acumulativo de formas de exploração social...;
2. **Sequência histórica:** tais formas de exploração se inserem em fases históricas de evolução das sociedades em que a reprodução das relações econômicas e sociais responde à lógica de funcionamento do desenvolvimento das forças produtivas...;
3. **Dissolução do campesinato:** a aparição do capitalismo, como modo de produção anterior ao socialista, determina a dissolução do campesinato...;
4. **Superioridade da grande empresa agrícola:** as grandes

7 O artigo, **O CAMPESINATO ENQUANTO CLASSE SOCIAL: algumas considerações sobre as estratégias de sua reprodução no Agreste da Paraíba**, foi construído a partir de reflexões teóricas-conceituais da disciplina Espaço e Campesinato, e de alguns trabalhos de campo realizados em áreas de Assentamento no Agreste Paraibano durante a disciplina. O mencionado artigo aborda as formas de produção camponesa, de resistência e de luta pela terra.

possibilidades de adaptação da grande exploração ao funcionamento da agricultura capitalista, como um ramo da indústria, dotam o latifúndio de uma potencial superioridade técnica que, por meio das vantagens das economias de escala, permitiriam o crescimento da sua composição orgânica do capital, avançando assim para a socialização da produção agrária; **5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração:** (...) a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarianização do campesinato e a polarização social no campo. (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 49-51).

Karl Marx, Karl Kautsky e Vladimir Ilich Ulianov (Lenin) foram os principais responsáveis pela formulação do contexto teórico das transformações produzidas na agricultura durante o desenvolvimento do capitalismo. Estando a eles atribuídas as afirmações sobre a dissolução e proletarianização do campesinato, assim como também da superioridade técnica da grande propriedade agrícola se comparada à pequena produção camponesa. Eles definem o fim do campesinato como uma necessidade para se alcançar a etapa capitalista de desenvolvimento da sociedade e as bases de uma revolução socialista.

Para Kautsky, as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo em um período de intensificação das relações campo-cidade se davam por meio da industrialização crescente. Para ele, a mudança do sistema feudal para o sistema capitalista apresentava progressos, tanto nas relações sociais, com o fim da servidão, assim como o aumento da produtividade, tão necessária para o período. Por isso, Kautsky, em sua obra, *A questão Agrária* (1986 [1899]) apresenta dados que evidenciam a superioridade produtivista do grande estabelecimento em relação ao pequeno (FREIRE, FRANÇA E SILVA, 2011).

Sobre as afirmações e debates feitos por Kautsky e Lenin acerca do campesinato no desenvolvimento capitalista, Correia afirma:

(...) as interpretações de Kautsky e Lênin sobre a desintegração do campesinato se encaixam nas orientações da corrente marxista ortodoxa que era a dominante no período histórico em que escreveram as suas famosas obras. Mas também não podemos ocultar a grande contribuição desses dois autores, tão sagazes para a época, que se aproximam das orientações do marxismo heterodoxo sobre a resistência camponesa no desenvolvimento do capitalismo. Kautsky foi longe, neste sentido, pois identificou a resistência camponesa ao lado da concentração da grande propriedade capitalista. De fato, o autor afirma que o modo de produção capitalista domina a sociedade atual, mas não significa que seja a única forma de produção existente, pois ao lado da grande exploração agrícola encontram-se ainda restos de modos de produção pré-capitalistas.(...) Ou seja, com a

subordinação da agricultura camponesa à indústria, o camponês se reduz à mera condição de um trabalhador disfarçado. Enquanto Lênin, da mesma forma que Kautsky, autodenominou marxista ortodoxo, porém, deixou brechas em suas análises sobre a resistência do campesinato. O que lhe rendeu críticas por parte do Partido da Social-Democracia que, a partir de 1907, acusou lhe de ter se transformado em um narodnista russo. Sobre isso, Shanin (1980) afirma que Lênin, desde 1907, “(...) passa a reconhecer certo exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, e, ainda que implicitamente, a aceitar a permanência de traços camponeses” (p. 55) (CORREIA, 2011, p. 66-67).

Kautsky e Lenin enxergavam a desintegração do campesinato, tendo em vista o avanço do capital sobre o campo. Todavia outra corrente de pensamento, com a qual concordamos, avalia e ressalta a permanência do campesinato. Dentre as correntes que debatem o campesinato e analisam sua relação com o capitalismo, destaca-se o marxismo heterodoxo, que tem como principal representante Rosa Luxemburgo. É atribuída a ela a compreensão das diferenças como parte constitutiva do metabolismo do capital, situação possível por meio do questionamento que fez à lógica evolucionista presente nas interpretações dos marxistas de seu tempo. Rosa Luxemburgo elaborou a teoria dos ‘espaços vazios do capitalismo’, abrindo a brecha capaz de explicar a recriação das relações não capitalistas, dentre elas o campesinato (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre os “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 48-49).

Em síntese, para Rosa Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa necessariamente a destruição do campesinato, tendo em vista que o papel do camponês neste processo é o de um trabalhador para o capital, por ser ele o responsável pela reprodução da mais-valia capitalista. Por isso, para o capital se desenvolver, faz-se necessário à dissolução e a recriação do campesinato para completar o seu ciclo produtivo (CORREIA, 2011).

A lógica camponesa que por sua vez é distinta da capitalista, ou seja, enquanto a acumulação capitalista pode ser representada pela fórmula: D-M-D’ no campesinato

essa lógica é descrita de modo diferente: M-D-M. Portanto, Bombardi (2001) vai perceber, assim como Chayanov (1981) e Wolf (1970) já apontavam, que o trabalho camponês está centrado nas necessidades da família. Este fator é muito importante para que o campesinato continue existindo, tendo em vista que mesmo que o produto de seu trabalho não traga muito “lucro” em relação ao custo do dispêndio de trabalho e de insumos utilizados na produção, o camponês se satisfaz na medida em que este produto seja suficiente para a manutenção da família (garantir alimentação, aquisição de mercadorias que ele não produz, sementes para o cultivo etc.) (FREIRE, FRANÇA E SILVA, 2011). Bombardi (2004), ao citar Shanin, reforça o objetivo tanto da produção capitalista, como da produção camponesas

O objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o da economia camponesa é a sobrevivência, portanto fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais... Gradativamente, Chayanov foi chegando a uma segunda explicação para a especificidade da economia camponesa: o fato de esse tipo de economia estar baseado no trabalho familiar, um sistema diferente do trabalho assalariado. Desse modo, a estratégia da administração da economia familiar difere da estratégia utilizada pelas empresas capitalistas (SHANIN, s.d., *apud* BOMBARDI, 2004, p. 54).

É preciso compreender a diferença entre camponeses e capitalistas. Não se pode esquecer que a família camponesa trabalha sem utilizar, ou utilizando pouca mão de obra paga. Os motivos para prosseguir ou não em sua atividade econômica são internos (extensão da área cultivável, tamanho da família, grau de suas necessidades e/ou exigência de consumo etc.). Assim sendo, como afirma Chayanov (1974), o grau de *autoexploração* é determinado pelo equilíbrio entre a penosidade do trabalho familiar e a satisfação das necessidades da família.

Portanto, existe uma concordância entre os pesquisadores que estudam o campesinato enquanto *classe social*: para eles o campesinato é inerente ao modo de produção capitalista, pois as relações não-capitalistas, típicas ao campesinato, são relevantes para a produção capitalista.

Considerando o campesinato como uma classe social inserida no modo de produção capitalista ele se configura como um dos elementos centrais da discussão que levamos a efeito neste trabalho. Para entender o campesinato brasileiro com base nesse pressuposto importante se faz necessário compreender o processo de desenvolvimento do capital no campo.

Os estudiosos da questão agrária no Brasil, tais como Oliveira (1997) e Martins (1995), produziram algumas reflexões a respeito do desenvolvimento do capital no campo que os levaram ao entendimento de que este se dá de forma desigual, contraditória e combinada.

Para Oliveira (1997):

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Segundo MARTINS (1995, p.19-20):

O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

O desenvolvimento desigual e contraditório do capital implica seu desenvolvimento não somente por relações capitalistas, mas também é necessário a articulação com as relações não-capitalistas. Deste modo, as relações de produção camponesas coexistem com as relações de produção tipicamente capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo (OLIVEIRA, 1997, p. 18).

A partir desta premissa é possível entender que o campesinato não só persiste, mas se reproduz no interior do capitalismo. Tal processo é dado justamente pela necessidade que o capital tem de ter relações não capitalistas para que possa se desenvolver.

A lógica da produção camponesa difere da lógica da produção capitalista, pois a produção capitalista tem como objetivo a acumulação e a produção camponesa têm por finalidade o consumo e a aquisição de mercadorias para a sobrevivência e a reprodução familiar. Percebe-se que é a característica do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução.

A força vital do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre as zonas a ele 'exteriores', mas emana do

relacionamento entre espaços não homogêneos, irregulares, não idênticos. O grande espaço diferenciado e ‘pervertido’ constitui para o capital, ao mesmo tempo, uma barreira interna a negar, a ultrapassar e uma condição *sine qua non* a recriar para a continuação de seu movimento (AMIM E VERGOPOULOS, 1986, *apud* PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 30)

O conceito de campesinato se cruza com o entendimento da agroecologia a partir de Angel Palerm, que dedicou seus últimos trabalhos à análise do papel do campesinato no capitalismo, contribuindo para as bases epistemológicas da agroecologia. Segundo Palerm (1980),

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova ecologia centrada no manejo inteligente do solo e matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital e pouca terra e pouca energia inanimada. **Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já a sua protoforma no sistema camponês** (PALERM, 1980, *apud* GUZMÁN E MOLINA, 2005, p.75).

O campesinato, de fato, apresenta as condições necessárias para ser um modelo antagônico à empresa capitalista. A racionalidade ecológica, a partir do manejo inteligente dos recursos naturais é também uma fuga à indústria dos agrotóxicos que não só é uma agressão ao ambiente, mas também à saúde dos agricultores e consumidores, assim como à economia camponesa.

A agricultura camponesa se organiza e se reinventa também com base na racionalidade ecológica. Esse era, inclusive, o alicerce de sua constituição até poucas décadas atrás, diferenciando-se das formas de manejo e organização que têm na racionalidade econômica seu eixo principal e que no campo têm na agricultura capitalista sua forma de manifestação (CAMARGO 2007 p. 164).

Tendo em vista ser a agroecologia o elemento fundamental de sobreposição de intervenções sobre o território camponês em Solânea, nos reportamos sucintamente a discorrer sobre seu significado.

De acordo com Moreira (2003, p. 3), a modernização tecnológica da agricultura brasileira levada a efeito a partir de 1965 pelos governos militares “foi marcada basicamente por três grandes eixos (a mecanização, a quimificação e a engenharia biogenética). Ela se deu com a conivência do Estado e de empresários, sem um controle social adequado por parte da sociedade civil organizada”. Diversos estudos demonstram as implicações perversas desse processo tais como a contaminação e degradação dos solos e mananciais por metais pesados e outros elementos químicos nocivos ao

ambiente, a devastação de amplas áreas de vegetação nativa, além de problemas sociais graves como a expulsão de camponeses sem terra do campo, a incorporação de novas terras pelos latifúndios, a proliferação de conflitos de terra e a ampliação do agronegócio sobre o território camponês.

Na década de 80, o debate sobre a agricultura brasileira, se dá a partir de duas correntes de interesses. De um lado, uma converge para a defesa da modernização técnica agrícola, justificando que esta teria sido responsável pelo aumento da produção e pelo avanço qualitativo dos padrões produtivos que possibilitou ao país superar a questão do atraso e marasmo agrícola. De outro lado, tendo como suporte os (d)efeitos socioambientais danosos da modernização ele converge na busca de um projeto que sirva de alternativa para um desenvolvimento rural que respeite o ambiente e preserve a natureza e que também valoriza as tradições e o conhecimento local.

É nesse momento que surge no Brasil o que hoje se denominou de agroecologia, isto é, um conjunto de técnicas e conceitos, que agrega o conhecimento tecnológico e o saber popular sobre os ecossistemas, visando com isto um desenvolvimento rural pautado em um modelo de agricultura socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, que diferente da agricultura convencional, não se pauta na utilização de insumos e venenos para ampliar a produção e o lucro.

Segundo Altieri (2004) os sistemas agrícolas tradicionais:

Surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores tradicionais frequentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis (BROKENSHAW, WARREN E WERNER; HARWOOD, 1979. Apud ALTIERI 2004, p. 29).

A “modernização camponesa” é concebida como renovada relação antrópica com a natureza na concepção e na prática agroecológica, onde se busca a coevolução (CARVALHO, 2012), no mesmo sentido que afirmam Guzmán e Molina (2005):

o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos ‘graus de camponesidade (...) o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se

considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 78 e 81).

A agroecologia tem por objetivo a aproximação com a natureza dos agroecossistemas para uma agricultura mais sustentável, visto que busca minimizar os agravos das práticas agrícolas ao ambiente e, ao mesmo tempo, auxilia a busca por autonomia por parte do camponês, pois o livra da dependência de insumos externos, o agrotóxico, assim como revaloriza, reconhece e dá a devida relevância aos saberes culturais locais, resgatando, portanto o sentido da relação sociedade-natureza. Sobre a agroecologia Guzmán (2001), afirma:

A agroecologia se baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem (GUZMÁN, 2001, p. 36).

Para Altieri a agroecologia é,

(...) uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p.23).

Mariano Neto afirma que,

Conceitualmente, a agroecologia refere-se a um sistema agrícola diversificado, em que o envolvimento social em seu manejo representa o princípio norteador das práticas agroecológicas que estejam voltadas para o atendimento das necessidades sociais e ambientais de modo estável e equilibrado (2006, p 95).

Com base nessas abordagens, nota-se que a agroecologia tem suas práticas pautadas na relação equilibrada entre o homem e a natureza, ao preservar e ao mesmo tempo ampliar a biodiversidade dos agroecossistemas e, assim, tornando-se capaz de produzir um manejo inteligente e sustentável da agricultura.

Segundo Noorgard (1989, apud CAPORAL e COSTABEBER, 2004) as bases epistemológicas da agroecologia são:

- a) Os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola;

b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural;

c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro;

d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial;

e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos;

f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais.

Desta forma a agroecologia aponta uma dimensão integral em que pelas variáveis sociais pretende-se entender as várias formas de dependência que a economia e a política geram no agricultor. Considerado-se também que a matriz comunitária à qual o agricultor está inserido é de suma importância, já que por meio da matriz sociocultural o agricultor é dotado de uma práxis intelectual e política que define sua identidade local e sua rede de relações sociais; que permitem elaborar propostas de ação social coletiva (CAPORAL e HERNANDÉZ, 2004 *apud* ROSA, 2009 p. 11).

Para Gliessman (2008) uma possível troca das práticas danosas da agricultura modernizada para as práticas sustentáveis de produção agrícola devem contemplar, sobretudo, fatores éticos que estimulem os produtores a realizarem estas trocas. Entre esses fatores estão destacados:

- a) Custo baixo de energia;
- b) Baixa margem de lucro das práticas convencionais;
- c) Desenvolvimento de novas práticas viáveis;
- d) Aumento da consciência ambiental tanto de produtores quanto de consumidores;
- e) Novos mercados voltados para a agricultura alternativa.

Os produtores têm um papel muito importante nesse processo de transição. Dependendo da sua capacidade de adaptar sua unidade de produção ambientalmente e

economicamente a esse novo contexto, pode-se explicar o sucesso, ou não, das estratégias de atuação nos distintos mercados.

Num esforço de síntese do que concerne ao manejo inteligente/ecológico Guzmán afirma:

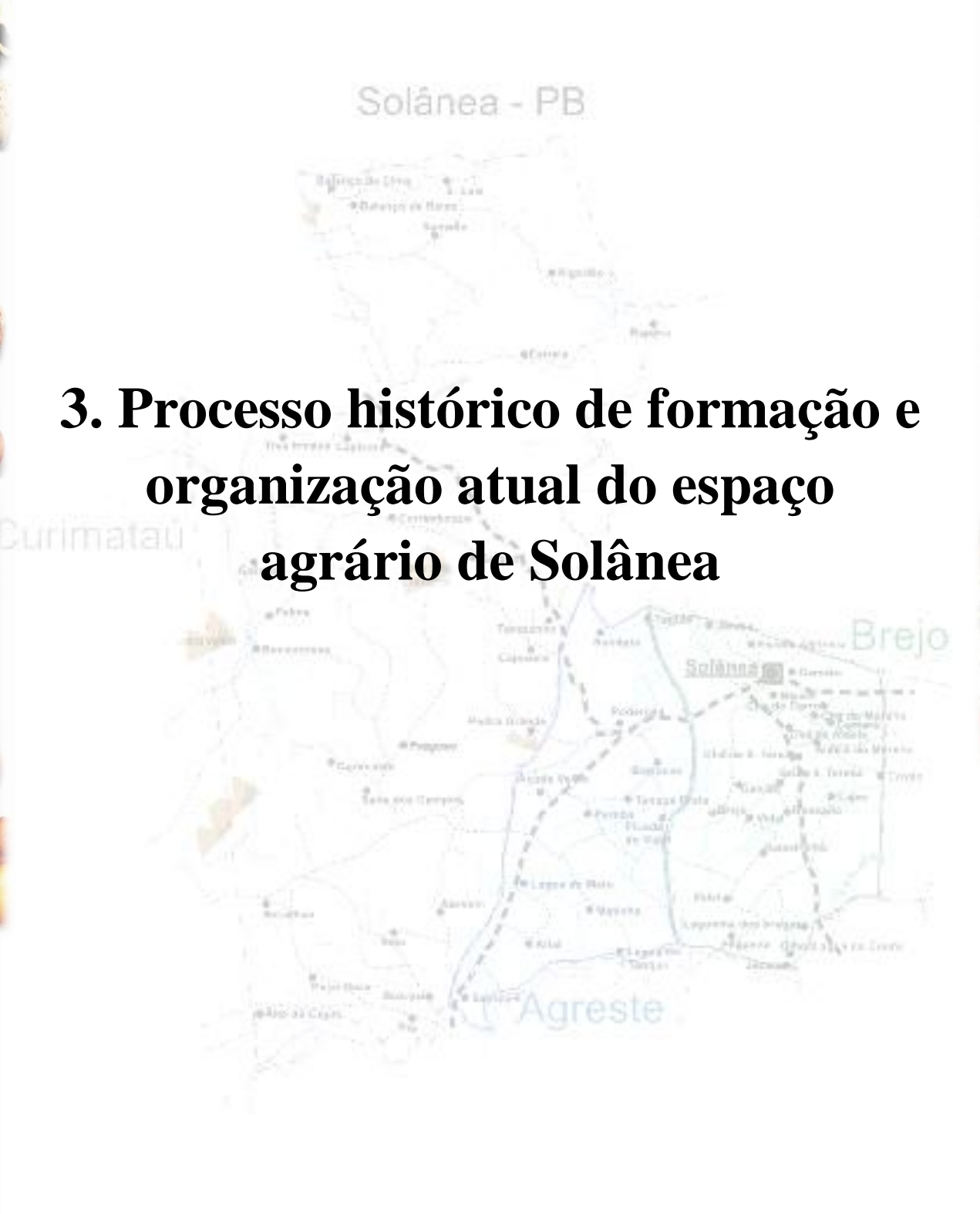
O manejo ecológico de recursos naturais, incorporado a uma ação social coletiva de **caráter participativo**, permite projetar métodos de desenvolvimento sustentável. (...) Em tal estratégia, o papel central da **dimensão local** é como portadora de um **potencial endógeno** que, através da **articulação do conhecimento camponês com o científico**, permite a implementação de sistemas de agricultura alternativos, potenciadores da biodiversidade ecológica e sócio-cultural (GUZMÁN, 1997, p.29. grifo nosso).

O estudo agroecológico está baseado na interdisciplinaridade, pois utiliza os saberes locais e populares atrelados e interseccionados com alguns conhecimentos científicos. Consequentemente, valoriza o trabalho do agricultor e todos os conhecimentos que são transmitidos e carregados por gerações na construção e manejo dos recursos naturais.

Durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2004, foi fundada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Esta associação é uma das principais articuladoras e difusoras das questões relacionadas à agroecologia no Brasil, a partir de congressos, encontros, seminários, revistas acadêmicas, entre outras. Segundo o estatuto da ABA,

Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, Art.3º).

Sendo assim, para a realização de uma pesquisa agroecológica coerente deve haver a compreensão de que tal agricultura está inserida em um contexto social, econômico e inserida em um agroecossistema. Portanto, este contexto deve ser observado para a compreensão do processo de transição agroecológica. Assim a agroecologia apresenta-se como o modelo alternativo (científico/produtivo), frente ao modelo do capital, para a consolidação, recriação e reprodução de um território camponês. Não que a agroecologia seja responsável por recriar o território camponês, mas ela é uma ferramenta para o avanço campesino.

A map of Solânea - PB, showing its geographical location within the Paraíba state. The map includes various towns and regions such as Brejo, Agreste, and Curimataú. The title 'Solânea - PB' is at the top. The map is framed by a decorative border of various beans and corn cobs.

3. Processo histórico de formação e organização atual do espaço agrário de Solânea

3. Processo histórico de formação e organização atual do espaço agrário de Solânea

Para a compreensão de como se comporta o campesinato solanense, se faz necessário recuperar os fatores que contribuíram para a conformação atual do espaço agrário municipal. Neste capítulo, abordaremos os aspectos locacionais e socioambientais de Solânea, além de um resgate da história do município, assim como informações a respeito da organização do espaço agrário municipal (estrutura fundiária e principais produtos) e da dinâmica populacional.

3.1. O município de Solânea: aspectos locacionais e naturais

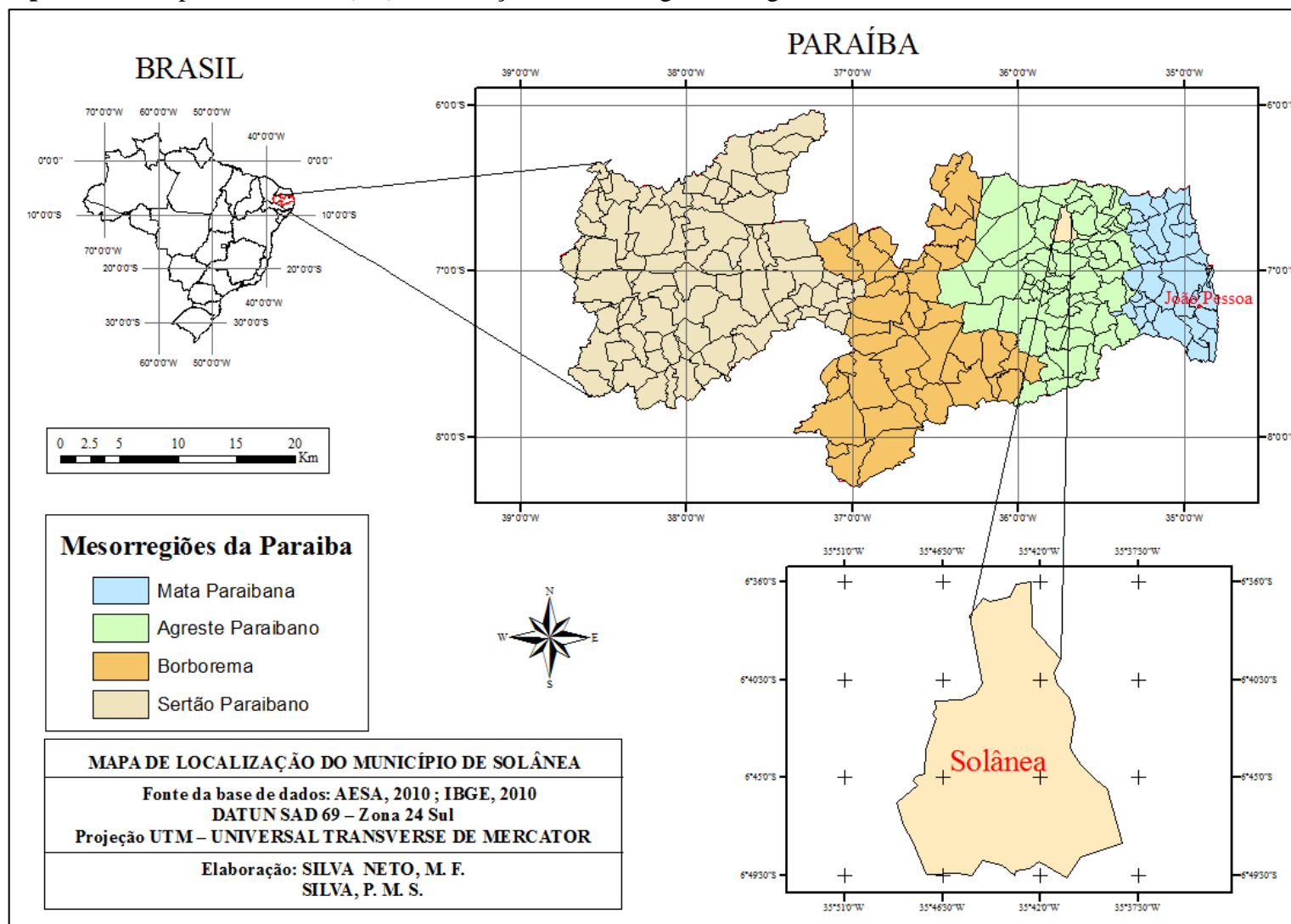
O município de Solânea está localizado no estado da Paraíba, integrando a Mesorregião do Agreste Paraibano e a Microrregião do Curimataú Oriental, apresentando as seguintes coordenadas: Latitude 06° 46' 40" S e Longitude 35° 41' 49" W, (veja Mapa 1). O município tem 232 km² de extensão territorial limitando-se com os municípios de Bananeiras, Arara, Cacimba de Dentro, Borborema e Serraria.

Apesar de estar inserido na microrregião do Curimataú Oriental, o quadro natural do município apresenta uma grande variação, pois ele apresenta como particularidade, o fato de se estender por duas regiões fisiográficas bastante distintas: o Brejo Paraibano⁸ e o Curimataú⁹; sendo a primeira úmida e a segunda semiárida o que lhe garante uma fisionomia de área de transição.

⁸ A respeito do Brejo Paraibano, Moreira afirma: “Esta região localiza-se predominantemente na borda úmida oriental da Borborema. (...) O relevo dominante, comandado pela escarpa oriental da Borborema, é vigoroso e bastante dissecado. O clima úmido, dada as influências das chuvas orográficas, os solos profundos e a hidrografia perene constituem condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura”. (MOREIRA, 1989, P. 42)

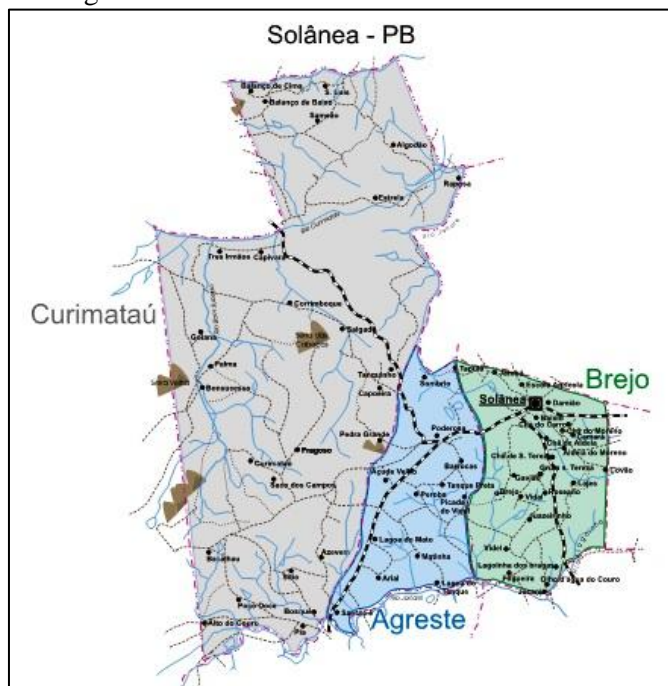
⁹ Sobre os aspectos geomorfológicos e climáticos do Curimataú, Moreira afirma que: “Trata-se de uma área deprimida com altitude média entre 300-350 metros e desníveis de até 300 metros entre a baixada e o topo das serras situadas ao norte. Do ponto de vista geológico a depressão do Curimataú é considerada um ambiente de tectonismo por ruptura que teria originado falhas, responsáveis pela orientação da drenagem local. Ela é estruturada em micaxistos e apresenta uma topografia colínica com elevações de topos planos arredondados. Pluviosidade média anual em torno de 350 mm, com os meses mais chuvosos atingindo no máximo 800 mm de chuvas, temperaturas médias em torno de 27° C e umidade relativa do ar de aproximadamente 75% (...). A intensa semi-aridez aí apresentada deve-se tanto à sua localização geográfica, a sotavento do curso dos ventos alísios de Sudeste e em posição de abrigo das massas de ar CIT, quanto à sua condição de área deprimida em relação à circunvizinhança.” (MOREIRA, 1999, p.14-16).

Mapa 1 - Município de Solânea (PB): localização na mesorregião do Agreste Paraibano e no Estado da Paraíba e no Brasil



Assim pode-se identificar em Solânea três subunidades espaciais: uma área de Brejo, que compreende a porção oriental do município, um área de Agreste situada na porção central, e outra tipicamente de Curimataú, situada na parte ocidental do município (veja Figura 5).

Fig. 5 - Divisão Morfoclimática de Solânea



Fonte: AS-PTA (Adaptação Pablo M. S. e Silva)

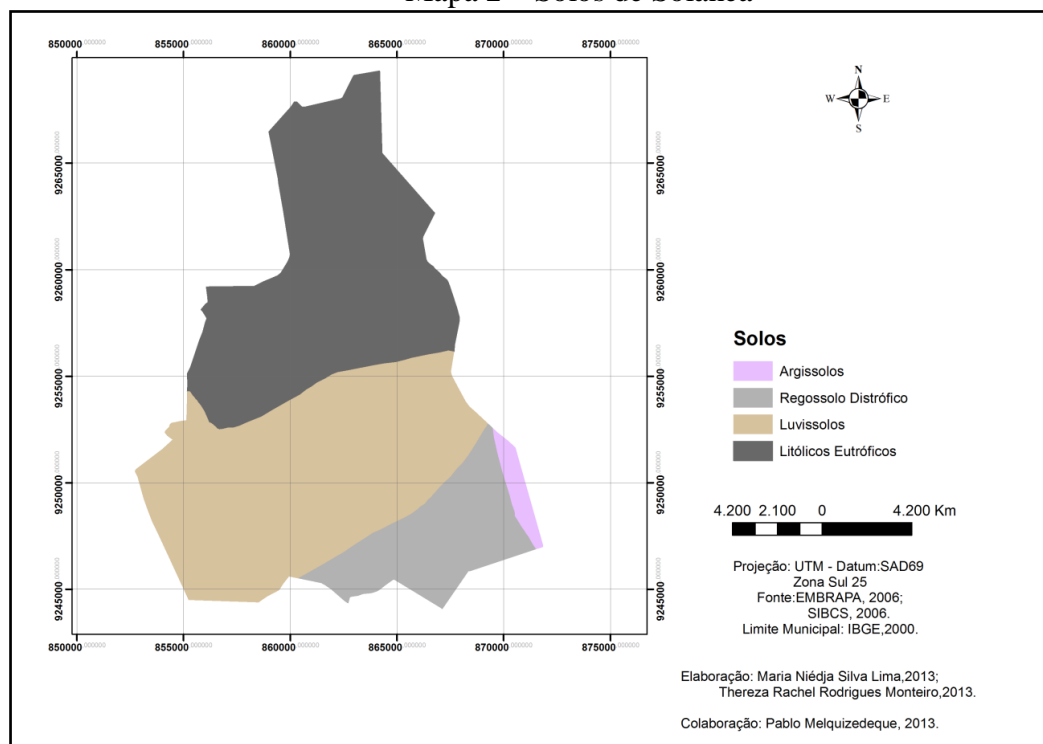
O município de Solânea por estar inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema apresenta uma vegetação “formada por *Florestas Subcaducifólia e Caducifólia*, próprias das áreas agrestes” (CPRM, 2005).

Segundo a descrição da EMBRAPA e conforme o mapa 2, o município possui quatro tipos de solos. Na região que compreende o Curimataú de Solânea há ocorrência de dois tipos de solos: os solos tipo *Litossolo Eutrófico*¹⁰, que são solos rasos com pouca matéria orgânica devido à baixa intensidade dos processos pedogênicos (EMBRAPA, 2006), por isso possuem uma baixa fertilidade; e os solos tipo *Luvissolos (Bruno não cálcico)*¹¹, que são solos pouco profundos que podem apresentar pedregosidade, o que dificulta a produção agrícola, possuem elevado teor nutricional, ocorre geralmente em relevo suave ondulado, há limitações hídricas e tem se destacado no uso da pecuária extensiva, cultura do sisal, algodão mocó, palma forrageira, milho e feijão.

¹⁰ Segundo a classificação da EMBRAPA (2006) *Neossolos*

¹¹ Segundo a classificação da EMBRAPA (2006) *Luvissolos*

Mapa 2 – Solos de Solânea



Na região Agreste do município, há o (*Bruno não cálcico*), e o *Regossolo distrófico*¹², com características semelhantes ao *Litossolo*, com baixa produtividade agrícola e textura arenosa e com susceptibilidade à erosão¹³. E no Brejo, há além do *Regossolo*, o *Podzólico vermelho-amarelo*¹⁴, que ocorre em relevos mais movimentados, são solos de boa fertilidade natural. Ou seja, o brejo, além de ter o melhor índice pluviométrico tem o solo mais fértil do município.

Quanto à disponibilidade hídrica (ver mapa 3¹⁵), Solânea encontra-se na Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú. Possui como principais rios e riachos, além do Rio Curimataú, os riachos Capivara, Sombrio, Salgado, Bonsucesso. Destacamos a acumulação de água no açude Poço do Sítio, no Norte do curimataú. Segundo CPRM (2005), todos os cursos de água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (ver mapa 3).

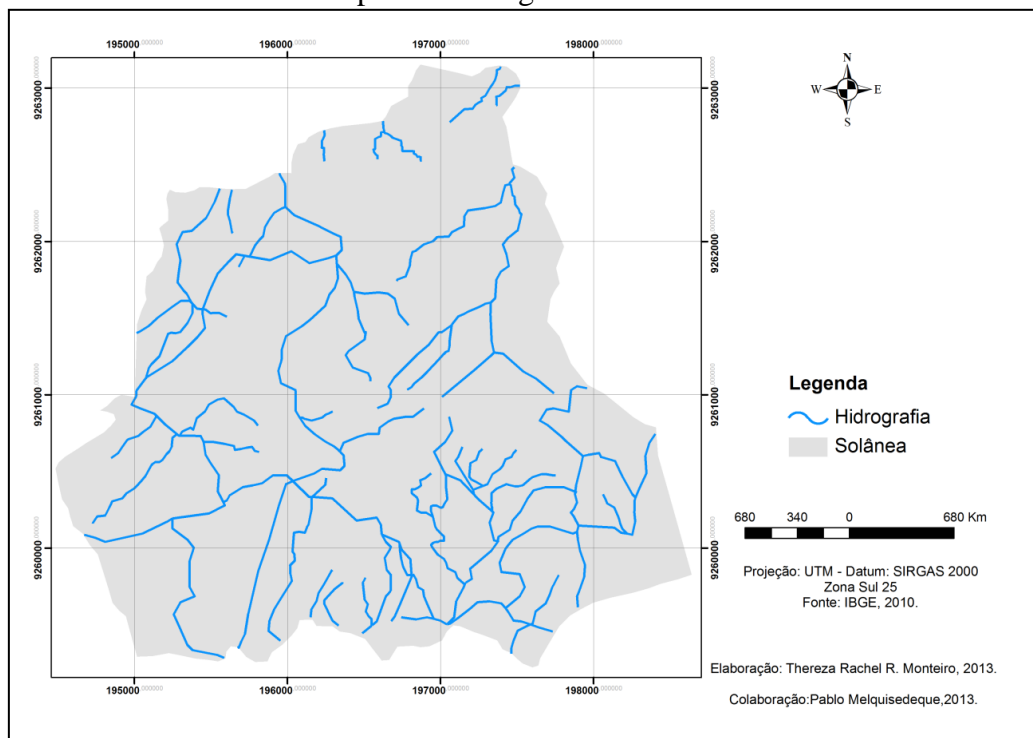
¹² Segundo a classificação da EMBRAPA (2006) *Neossolos*

¹³ Disponível em: <http://www.leonamsouza.com.br/2VOCNATUREZAWeb/classifsolos.htm> acessado em 16/08/13

¹⁴ Segundo a classificação da EMBRAPA (2006) *Argissolos*

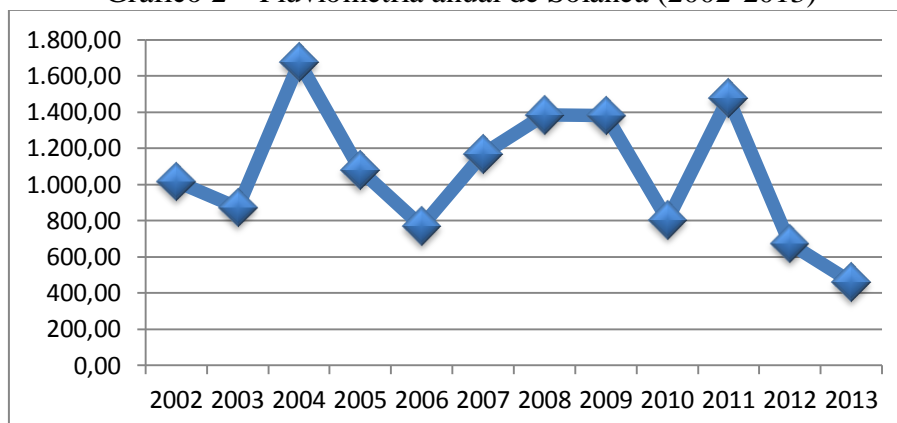
¹⁵ O contorno dos limites municipais de Solânea neste mapa apresenta uma distorção dos demais pelo fato da base cartográfica utilizada ser de 2010, diferente das demais (2000).

Mapa 3 – Hidrografia de Solânea



Quanto à pluviometria, o município teve registrado pela Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba (AESAPB), nos últimos 11 anos, uma média de 1.064,13mm de chuvas por ano. Observamos, conforme o gráfico 2, que em 2004 houve o maior índice de chuva no município alcançando a marca de 1.674,40 mm/ano, entretanto, em 2012 foram registrados apenas 672,9 mm/ano. Há, portanto, uma irregularidade pluviométrica.

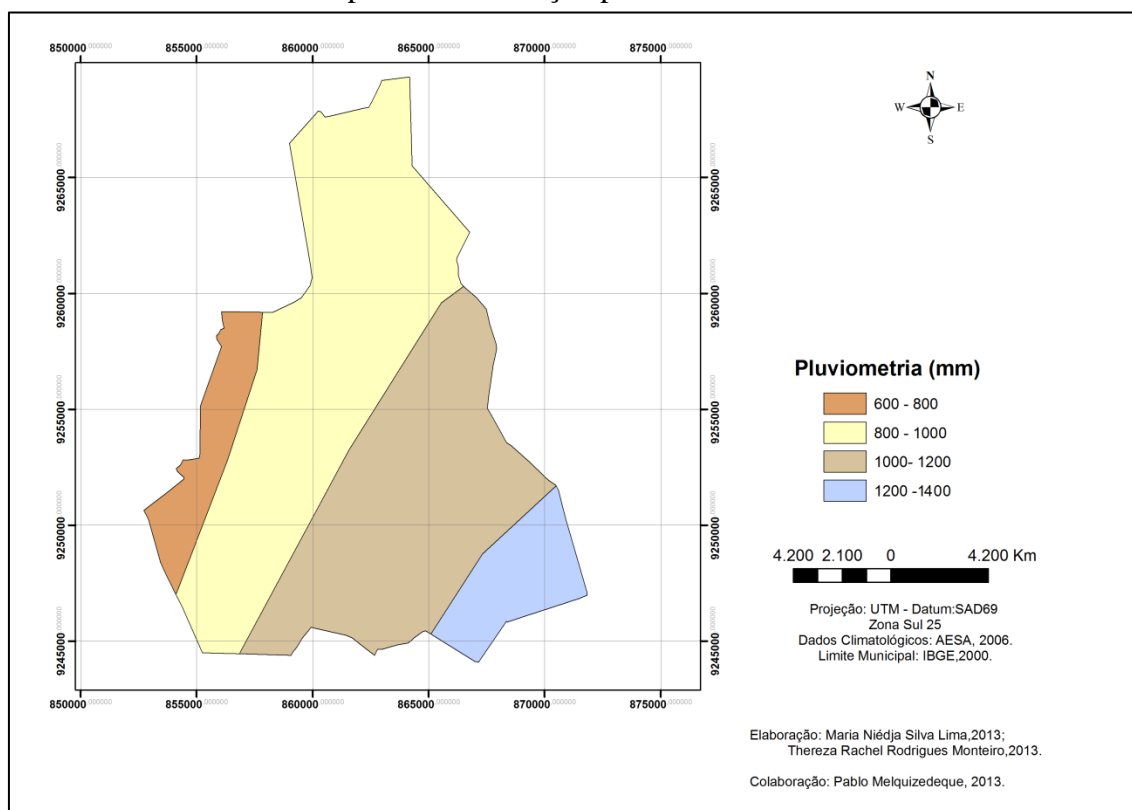
Gráfico 2 – Pluviometria anual de Solânea (2002-2013)



Fonte: AESAPB

Contudo essa chuva é concentrada na região brejeira do município. Constatamos essa realidade em um dos trabalhos de campo, quando saímos de João Pessoa sobre chuvas torrenciais, a chuva forte nos acompanhou até as proximidades de Bananeiras, entre Bananeiras e o centro da cidade de Solânea a chuva estava muito fraca. Ao visitar o Sítio Videl, no Brejo, obtive a informação que havia chovido muito pouco. Já no Sítio Bom Sucesso e no Salgado, ambos no Curimataú, não havia chovido. Ou seja, há uma distribuição irregular das chuvas no município seguindo a seguinte divisão (ver mapa 4): no Brejo de 1.200 a 1.400 mm/ano; no Agreste de 1.000 a 1.200 mm/ano e Curimataú de 600 a 1.000mm/ano.

Mapa 4 – Distribuição pluviométrica em Solânea



A diferenciação do quadro natural de Solânea é claramente percebida pelos agricultores, a partir da sua vivência. Em encontro promovido pelo Polo Sindical da Borborema¹⁶, para elaboração do DRP (Diagnóstico Rural Participativo) a partir do

¹⁶ O Polo Sindical da Borborema é formado por 17 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e por cerca de 50 associações comunitárias. Trata-se de uma organização de agricultores ecológicos, que apoia redes locais de inovação agroecológica. Atualmente, o Polo promove a articulação de mais de 5 mil famílias de pequenos agricultores dos 17 municípios que formam o Território da Borborema (Alagoa Nova, Algodão de Jandaira, Arara, Areial, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Puxinana, Queimadas, Remígio, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda e Solânea).

conhecimento dos trabalhadores sobre a organização agrária dessas áreas, foram identificadas as características de relevo, solo e de sistemas produtivos¹⁷ de cada uma dessas três porções do território municipal.

O Brejo de Solânea foi dividido em dois tipos, o Brejo da Fruta e o Brejo do Roçado. No Quadro 1, são apresentadas as características dos sistemas produtivos, do relevo e do solos dessa área de acordo com o conhecimento dos agricultores.

Quadro 1 – Características do Brejo de Solânea segundo os agricultores

Regiões	Relevo	Solo
Brejo das Frutas	O relevo é bem acidentado.	O solo pode ser preto ou de barro vermelho. São solos ricos em húmus e profundos. São também encontrados solos são mais arenosos, onde predomina a laranja.
Brejo do Roçado	O relevo é bastante acidentado, mas bem menos que na região das frutas.	Uma região mais desmatada. Solo mais arenoso e menos profundo (quando comparado com a outra região do Brejo), com pouca matéria orgânica. Em alguma regiões é preciso adubar. Por ser arenoso, o solo segura menos a umidade.

Fonte: Relatório PTDRS/Polo Sindical da Borborema, 2010
Elaboração/adaptação: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A região do Agreste de Solânea constitui uma área de transição entre o Brejo e o Curimataú e, também, foi dividida em duas partes, sendo elas: Agreste Seco e Agreste de Roçado. No Quadro 2, estão sumariadas as características do Agreste de Solânea.

Quadro 2 – Características do Agreste de Solânea segundo os agricultores

Regiões	Relevo	Solo
Agreste do Roçado	O relevo é pouco ondulado, com uma grande área plana.	O solo é mais profundo e arenoso. Ocorre a presença de um “massame engomado” acinzentado.
Agreste Seco:	Relevo varia entre ondulado e suave ondulado.	Nos baixios, apresenta solos mais profundos com terras mais de massame arenosos e escuros.

Fonte: Relatório PTDRS/Polo Sindical da Borborema, 2010
Elaboração/adaptação: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Já a região do Curimataú de Solânea é a mais extensa territorialmente e apresenta da característica semiárida. Ela está dividida em Curimataú Plano e Curimataú de Serras e Baixios (veja Quadro 3).

¹⁷ Os aspectos relativos às formas de utilização do solo serão explorados posteriormente.

Quadro 3 – Características do Curimataú de Solânea segundo os agricultores

Regiões	Relevo	Solo
Curimataú Plano	O relevo é de chã (plano)	Predomina o solo arenoso, com áreas de barro e presença de rochas. O solo segura mais água, é uma região mais fria.
Curimataú das Serras e Baixios	É a região formada pelas baixadas e pelas encostas. Sendo as baixadas representam menor proporção. Em Solânea passam os rios Curimataú e Bomsucesso.	Nas encostas o solo é mais raso. Nas baixadas o solo é mais profundo e mais fértil, arenoso e com áreas de barro.

Fonte: Relatório PTDRS/Polo Sindical da Borborema, 2010

Elaboração/adaptação: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

3.2 O processo de formação do espaço agrário de Solânea

Sobre a origem do município, a versão mais aceita é a de que ele surgiu com a doação de sesmarias aos desbravadores pernambucanos Domingos Vieira e Zacarias Melo, em 1716. Entre 1750 e 1800, tem-se notícia da instalação dos primeiros habitantes, quando o cearense Antônio Soares Moreno instalou sua fazenda de gado e um engenho. Em torno de 1832, foi construído um povoado que ficou conhecido por Chã Moreno. E em 1926, devido ao seu crescimento, o povoado passou a ser distrito de Bananeiras com o nome de Moreno, em homenagem ao fundador (BASTOS, 1987).

Sobre os fatores que incentivaram Antônio Soares Moreno a fundar um povoado que deu origem a Solânea, Bastos (1987) descreve:

Antônio Soares Moreno viu naquela região, um ótimo lugar para a criação de gado, devido ao seu clima ameno e suas terras férteis cobertas de grandes capinzais, como também, propícias ao plantio de cana-de-açúcar, fator que o fez montar um engenho. Assim, depois de instalado, e vendo que ali era um ótimo recanto de se viver, o mesmo Antônio Moreno iniciou, por volta de 1832, a edificação do povoado, procurando, de imediato, trazer para lá elementos vindos de outras paragens, que possuíam como intuito maior, povoar e desenvolver a região, que ficou conhecida como Chã de Solânea. (BASTOS, 1987, p. 28. Grifos nossos).

Tancredo de Carvalho (1975), jornalista, fundador do Correio de Moreno, ex-prefeito de Solânea, em seu livro *Memórias de um brejeiro*, transcreve trechos de um livro do médico Dr. Lourenço da Fonseca, *Através do deserto* (editado em Lisboa, em 1900), mais especificamente do capítulo *Impressões da viagem*. No livro, o Dr. Lourenço narra sua passagem por Solânea. Ele esteve viajando, inclusive por vários países da Europa, juntamente com sua esposa e um de seus filhos, em busca de um

clima para o tratamento de sua esposa (CARVALHO, 1975). Assim, o Dr. Lourenço descreve suas impressões:

“Moreno” é uma chã excelente, fértil, salubérrima e formosíssima, quiçá, a mais bela dentre as suas companheiras da Borborema e a sua altitude de quinhentos e setenta e cinco metros. Deriva o seu nome de ter sido, talvez, um dos primeiros povoadores, um descendente de Soares Moreno, histórico herói do poema em prosa “Iracema” – José de Alencar. Goza da fama de *sanatorium*¹⁸. E o que é efetivamente, pelo clima magnífico. Água, leite, carne, frutas em abundância e de primeira qualidade. Bastante habitada e transitada, caminho como é, obrigatório, para alguns centros comerciais do sertão paraibano, pernambucano, do Rio Grande do Norte e Ceará. Por principal indústria a cultura e a exportação do tabaco, que é do melhor sem nada artificial exatamente como o coração daquela gente. (CARVALHO, 1975, p. 4)

O Distrito passou a se desenvolver com a implantação de indústrias de beneficiamento de folhas de fumo, fábricas de farelo de mandioca, clubes, jornais, etc. Isto teria causado desconforto aos governantes da sede do município de Bananeiras, passando a boicotar o desenvolvimento do distrito, que passou por uma crise agravada com a revolução de 1930. Porém, depois da revolução, o distrito se reergueu socioeconomicamente e, no dia 15 de novembro de 1938, Moreno passou a ser vila, com o nome de Vila Branca. Este nome é creditado ao candidato a governador, Solon de Lucena, que em sua campanha proferiu a frase que deu nome a Vila (BASTOS, 1987; CARVALHO, 1975).

O mesmo desceu de sua montaria e dirigiu-se ao palanque sob os mais frenéticos e delirantes aplausos não só dos companheiros de jornada, mas também de toda população que afluiu ao local aonde se encontrava o autêntico líder bananeirense. Pronunciou, então, a frase da qual se originou o nome de “Vila Branca”: “Dizem que isto aqui é uma Vila de Moreno, mas isto aqui é uma vila branca” (BASTOS, 1987, p. 48).

Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Moreno passou a denominar-se Solânea, “cujo nome tem origem na família das solanáceas, como estímulo e intensificação à cultura do fumo, uma das principais riquezas da região na época” (BASTOS, 1987, p. 49).

Há quem atribua essa mudança uma homenagem a Solon de Lucena. Entretanto, não o foi e nada mais justo do que se lhe tivesse sido prestado esse preito de reconhecimento. A comissão baseou-se, então,

¹⁸ Sanatório.

para essa mudança, no fato de que o distrito era grande produtor de fumo, da família das *solanáceas*¹⁹. (CARVALHO, 1975, p. 3)

Os vereadores que representavam a vila conseguiram a sua emancipação política em 26 de Novembro de 1953 pela lei estadual nº 967, de 26 de novembro de 1953, quando passou a ser denominado Solânea. Já em 1978, o então prefeito institui o distrito de Casserengue (BASTOS, 1987). Em 29 de abril de 1994, o distrito de Casserengue torna-se município, sendo sua instalação efetivada no dia 1º de Janeiro de 1997.

Enquanto parte da mesorregião do Agreste Paraibano, o espaço agrário de Solânea pode ser caracterizado, de acordo com a “Regionalização Agrária do Nordeste” de Mario Lacerda de Melo (1978), como pertencente ao sistema gado/policultura alimentar. Como ficou vivenciou alguns dos ciclos econômicos que caracterizaram a região com destaque para o do algodão e o do sisal²⁰. Se a pecuária foi a atividade que comandou o processo inicial de ocupação do município, como já foi ressaltado, o adensamento populacional e econômico dessa área, contudo, só foi ocorrer no final do século XIX com a expansão da cotonicultura e com a expansão sisaleira na década de 1940 (TARGINO, 2013). A seguir faz-se uma rápida recuperação da evolução dessas atividades.

Como já foi pontuado, a exploração pecuária foi a responsável pela ocupação inicial do município, com a instalação de uma fazenda de gado e de um engenho por Antonio Soares Moreno. Desde o início, portanto, a pecuária compartilha o espaço com a agricultura.

Nas décadas de 1960, de 1970 e de 1980, a pecuária municipal sofre um revigoramento com a política de incentivos fiscais e creditícios dirigidos à pecuária (MELO, 1980). O rebanho bovino, o principal rebanho do município, salta de 7,8 mil cabeças, em 1974, para 12,8 mil cabeças, em 1980, e alcança 16,2 mil cabeças em 1990. Observe-se que não foi apenas o rebanho bovino que experimentou aumento significativo nesse período. Os rebanhos suíno, caprino e ovino também foram incrementados de forma expressiva. A partir da década de 1990, verifica-se uma

¹⁹ A família [das Solanáceas] é conhecida principalmente pela sua grande importância econômica conferida por algumas de suas espécies, como é o caso do fumo (*Nicotiana tabacum* L.) e da batata-inglesa (*Solanum tuberosum* L.), entre outras. Disponível em: <http://plantasdomaranhao.blogspot.com.br/2007/05/solanceas-do-maranho.html>.

²⁰ *Agave sisaliana* – “O sisal é uma fibra resistente produzida pela ‘*Agave Rígida*’, planta da família das ‘Amarilidáceas’, originária do México e da América Central.” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.82.). Na região Nordeste do Brasil, o sisal se desenvolve na região semiárida, com temperatura média diária superior a 24°C, altitude máxima de 600 m e precipitação média anual entre 650 e 1250 mm. Disponível em: (<http://cenbio.iee.usp.br/saibamais/bancobiomassa/residuos/agroindustriais.htm#sisal>)

tendência de declínio em razão da contração do crédito e da ocorrência de períodos de seca, como se pode observar na Tabela 2,.

Tabela 2 – Solânea: Evolução dos principais rebanhos (1974 ; 2010)

Rebanhos	1974	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Bovino	7.801	12.801	10.909	16.200	15.000	10.000	10.128	9.412
Suíno	822	1.452	1.531	2.850	2.850	1.450	1.382	822
Caprino	842	3.946	4.598	4.650	2.500	2.500	1.420	942
Ovino	1.398	5.588	6.237	6.450	2.000	3.000	1.385	1.731

Fonte: IBGE – Produção pecuária municipal

Sob os incentivos da SUDENE, as modificações na pecuária não se restringiram apenas ao tamanho dos rebanhos. Houve a introdução da palma forrageira que passou a constar da dieta alimentar dos animais, bem como da expansão dos pastos, o que contribui de forma efetiva para a destruição da Caatinga.

O ciclo do algodão iniciou na segunda metade do século XIX. Apesar de ser uma planta nativa, a sua difusão no Nordeste só ocorreu com a guerra da secessão americana, pois houve a interrupção do envio do algodão americano para a indústria têxtil inglesa. A busca por uma fonte suprimimento alternativa propiciou a transformação do “Nordeste agrário não açucareiro (...) num vasto algodão, desde o Maranhão à Bahia.” (OLIVEIRA, 1977, p. 41).

A exploração do algodão se deu nas propriedades de todos os tamanhos, levando Manuel Correa de Andrade (1963) a afirmar que ele era uma cultura tanto de rico quanto de pobre. Isto porque é uma cultura que pode ser plantada em consórcio com lavouras de alimentos, principalmente com o feijão, o milho e a fava. Sendo assim, o algodão ajudou a fortalecer a produção de alimentos (MOREIRA e TARGINO, 1997). “Além disso, a cotonicultura se constitui numa atividade complementar da pecuária e contribui para a formação da renda familiar das camadas mais pobres da população.” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 156). O tipo de algodão que teve maior difusão no município foi o algodão herbáceo, embora também houvesse outros.

A lavoura do algodão começava a enfrentar problemas na década de 1970, com a queda do seu preço no mercado internacional, tendo em vista a concorrência com as fibras sintéticas. Em 1983, contudo, a produção do algodão recebeu um golpe mortal com a difusão da praga do bicudo. A produção de algodão em Solânea era de 2.958 toneladas, em 1975, passou para 472 toneladas em 1980 e não há registro de produção desse produto em 1990, segundo os Censos Agropecuários realizados nesses anos.

O ciclo do sisal teve início ainda nos anos 40 do século XX, e se estendeu até a década de 1970. O surto do sisal na região esteve relacionado aos altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional e à disponibilidade de mão de obra para ser empregada na sua desfibração, colheita e corte. O trabalho com o sisal utilizava força de trabalho adulta (homens e mulheres) e infantil (MOREIRA e TARGINO, 1997). As mulheres eram geralmente responsáveis pelo corte, como expõe Dona Terezinha.

O que a gente vivia (...) era do agave, a gente puxava o agave, né? Nós mulheres a gente cortava, tinha muita mulher também que puxava na máquina, máquina de mão assim, mas a gente era mais cortadeira, para os homens, para os jovens. (Depoimento de Dona Terezinha. Trabalho de campo, Março de 2013).

Moreira e Targino (1997) descrevem o processo de trabalho no sisal da seguinte forma:

Os trabalhadores responsáveis pela retirada da folha são chamados de cortadores. O corte do sisal é feito com uma pequena foice. Uma vez cortadas, as folhas do sisal são levadas em burros pelos “cambiteiros” até o lugar onde se encontra a desfibradeira. Esta ocupa dois “puxadores de sisal” que introduzem a folha na máquina e um bagaceiro que se encarrega de retirar o bagaço. Após o processo de desfibramento o sisal é colocado ao sol para secar e em seguida amarrado em “molhos” para ser comercializado. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.83)

Seu Luiz Souza, que era bagaceiro no período áureo do sisal, descreve que “*o bagaceiro, ele gira o motor, bota o bagaço no banco, tira o bagaço, amarra a fibra e pesa. Trabalhava de madrugada*”.

A expansão do agave no município contribuiu bastante para a destruição da Caatinga, pois para implantar os campos de agave foi necessário derrubar a vegetação natural. Conforme explicou um dos agricultores em entrevista realizada em abril de 2008, o desmatamento no município alcançou maior proporção com esta monocultura. Para ele o sisal “era uma cultura que gerava renda tanto para o pequeno como para o grande agricultor” (depoimento do agricultor Antônio Ferreira da Silva. Solânea, abril de 2008).

A fazenda Poderosa era a principal unidade de exploração do sisal no município e uma das maiores unidades de beneficiamento da fibra em toda a região do Curimataú. O declínio do sisal é atribuído principalmente à queda do preço no mercado internacional em decorrência da competição com a fibra sintética e com o sisal africano. O declínio da cultura foi bastante rápido. De acordo com os censos agropecuários de

1970 e 1980, o município produzia 70.206 toneladas e 655 toneladas, respectivamente. Vale dizer, que no espaço de 10 anos, a cultura praticamente desapareceu do espaço agrário municipal. Esse desempenho não foi específico do município, mas atingiu toda a produção estadual. Em um período de quarenta anos (1940-1980) a lavoura sisaleira foi implantada, expandiu-se e desapareceu. Foi uma cultura de curta duração, mas que deixou marcas na organização sócio-espacial do Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Pelo exposto acima, verifica-se que a organização do espaço agrário municipal no final do século XX sofreu profundas modificações no que diz respeito à sua produção pecuária e à produção das principais lavouras comerciais (o algodão e o agave). Quanto ao vetor da policultura alimentar, tem-se que diante da crise da pecuária e das lavouras comerciais esse segmento aumentou a sua importância no contexto municipal, embora também sofrido uma redução no volume de produção. Com isso há um fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do espaço agrário de Solânea.

É nesse contexto que entra em cena um novo ator social que fortaleceu esse segmento produtivo. Trata-se da Assessoria Serviços Projetos de Tecnologias Alternativas (AS-PTA). Ainda na década de 80, em meio ao processo de redemocratização do Brasil, no momento em que começam a se reorganizar os movimentos sociais no campo, a AS-PTA surge, em 1983, como um Projeto anexo à ONG FASE (SILVA, 2010).

Já em 1990, a AS-PTA seguiu rumo próprio, no cenário nacional, com missão de fortalecimento dos movimentos sociais no campo através da disseminação de um modelo produtivo alternativo orientado por métodos agroecológicos com viabilidade econômica e melhor utilização dos recursos naturais. Em 1993, a AS-PTA se instalou em Solânea se articulou com Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, inclusive o de Solânea o Polo Sindical da Borborema, que, posteriormente integrou a ASA (Articulação do Semiárido) visando fortalecer as capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas das organizações rurais para a formulação de projetos de desenvolvimento rural na região do Agreste Paraibano, baseados nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia (SILVA, 2010).

Em 2000, a AS-PTA, juntamente com os agricultores do Curimataú de Solânea, fizeram um Diagnóstico Rural Participativo, e um dos resultados desse encontro, foi a percepção dos agricultores a respeito da organização agrária do município, sumariada no quadro 4.

Quadro 4 – Solânea: Percepção dos pequenos agricultores a respeito da organização produtiva municipal, segundo as regiões fisiográficas.

Regiões		Sistemas Produtivos
Brejo de Solânea	Brejo das Frutas	Há uma grande diversidade de frutas (jaca, manga, caju, macaíba, acerola, coco, jabuticaba, cajá, etc.), com o predomínio da banana e da laranja. Tem criação de animais, sendo a maioria na corda. Eles são alimentados com o “rolo” da bananeira no verão.
	Brejo do Roçado	É uma região de agricultura muito diversificada, com roçados de: feijão, milho, mandioca, macaxeira, jerimum, melancia, batatinha, amendoim, batata-doce, etc.. Tem também fruteiras no roçado: manga, banana, laranja, jabuticaba, coco, etc. É também praticada a criação de animais: gado, cabras, ovelhas, galinhas e outras aves, porcos na corda ou no chiqueiro/curral. Produção de hortaliças está presente.
Agreste de Solânea	Agreste do Roçado	As terras são cercadas. Há, poucas árvores e quase não tem fruteiras. Antes já se plantou bastante batatinha que foi sendo substituída pelo plantio de feijão de arranque. O feijão macassa é plantado mais no período de seca. Nas encostas tem capoeira e pasto.
	Agreste Seco	É uma área que ainda é ocupada por fazendas e tem muita capoeira grossa. A sua paisagem é marcada pela presença de uma capoeira grossa e/ou mata com faxeiro, amorosa, jurema, marmeleiro, mororó, aroeira, imburana, João-mole, burra leiteira, ubaia, maniçoba, pouco umbu. Nas encostas, encontram-se campos de palma, pastagem nativa e capoeira grossa. Na chã e nos baixios estão presentes os roçados de milho, feijão macassa, fava. E nos baixios ainda se encontram algumas frutas como banana e coco. Antes, essa área era coberta com agave e depois com roçado onde hoje tem pasto nativo, antes era área de roçado. Ocorre domínio de pastagem nativa nos altos e nos topos. O Agreste tem uma aparência com o Curimataú.
Curimataú de Solânea	Curimataú Plano	É considerada a região mais produtiva para todos os tipos de feijão e milho. Nas áreas de barro cultiva-se a palma forrageira. Em todo município existe exploração de rocha.
	Curimataú das serras e baixios	Nas encostas tem capoeira e tem muitas pedras. A área é destinada para criação de animais e para exploração de lenha. Nas baixadas, cultivam-se feijão de arranque, macassa, fava, milho e palma.

Fonte: Relatório PTDRS/Polo Sindical da Borborema, 2010

Elaboração/adaptação: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Nesse mesmo encontro, foi feita uma reconstituição histórica da evolução dos processos de inovação entre 1920 e 2000. Este diagnóstico procurava entre outras razões “analisar o papel dos agricultores, das suas organizações e das instituições técnicas, como produtores e vetores de inovação.” (SABOURIN, 2001, p. 40) O resumo dessa percepção está apresentado no Quadro 5, que resume os períodos referentes ao desenvolvimento da produção agrícola camponesa e as ações para a inovação e os agentes da dinâmica agrária no município.

Quadro 5 – Solânea: Trajetória da produção e da inovação na unidade camponesa

Período	Sistemas de produção	Inovações	Agentes
1920/50	Milho, feijão e criação de bovinos e caprinos soltos.	Introdução do sisal. Utilização dos carros de boi.	<ul style="list-style-type: none"> • Comerciantes • Patrões • Agricultores.
1950/70	Período do sisal. Cresce a produção de milho/feijão e a criação de cabras, Fim do travessão. Redução da mamona.	Introdução da palma forrageira, e da algaroba. Introdução dos motores de desfibramento do sisal, difusão do rádio.	<ul style="list-style-type: none"> • Comerciantes. • Ligas camponesas e sindicatos (1962) • Início da ANCAR • Escola rural • Ação de base da Igreja
1970/88	Declínio do sisal e do algodão, em 1983 com a praga do bicudo.	Disseminação do algodão herbáceo; construção de açudes, cerca de arame, uso do trator e de silos. Criação do Funrural	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja • ATER • EMATER-projetos especiais, • Frentes de emergência • Rádio
1988/2000	Aumento das áreas de milho feijão, da criação de ovelhas e cabras e da pecuária (palma forrageira) Redução drástica do cultivo da mandioca.	Aposentadorias, criação com curral, coqueira, estoques de forragem, técnicas de alimentação do gado; amendoim, sorgo, manejo esterco e biomassa.	<ul style="list-style-type: none"> • Crédito agrícola e projetos eletrificação rural • STR (encontro jovens, AE, AS-PTA e grupos interesse) • Banco de sementes • Fundos produtivos para construção de cisternas.

Fonte: SABOURIN, 2001.

Adaptação: SILVA, 2013.

Verificamos, até o momento, como evoluiu a organização do espaço agrário solanense. Também destacamos as inovações ocorridas ao longo do tempo e a relevância dos agentes difusores e incentivadores destas inovações. No capítulo X debateremos essas inovações e os principais agentes.

Ao observar a evolução histórica de Solânea, constatamos que a agricultura de base familiar sempre esteve presente na organização do espaço agrário do município, constituindo-se como atividade complementar à agropecuária e às lavouras comerciais. Nas últimas décadas, com a crise dessas lavouras, as grandes fazendas foram fragmentadas, abrindo espaço para o fortalecimento da agricultura de base familiar. A fragmentação das maiores propriedades se deu tanto no rastro da desarticulação das atividades sisaleira e algodoeira como pelo fracionamento decorrente da divisão da terra por herança. Sobre a fragmentação da terra, o agricultor Luiz Souza afirmou: *“Meu pai tinha 11 filhos. Ficou três hectares de terra para cada um.”*

O surgimento e crescimento do município de Solânea mostra sua vocação agrária, atrelada ao contexto do mercado tanto na escala local e global. Contudo, não só

o mercado influenciou a história agrária do município. Os movimentos sociais, o sindicalismo, a Igreja com as CEB's e catequeses, também contribuíram para essa evolução.

3.3 A organização atual do espaço agrário de Solânea

Após termos analisado a evolução histórica do espaço agrário solanense, nos detemos em alguns aspectos da sua organização atual, destacando três aspectos: a estrutura fundiária, a composição da produção e o papel da produção camponesa de base familiar.

3.3.1 O perfil da estrutura fundiária de Solânea

Segundo os dados da Tabela 3, referentes à estrutura fundiária de Solânea, em 1996, segundo o IBGE, predominavam no município os estabelecimentos de 1 a 10 hectares representando 76,9% dos estabelecimentos agrícolas, embora ocupassem apenas 21,4% de área agrícola municipal. Os estabelecimentos menores de 50 hectares representavam 98,2% do total e ocupavam 41,2 % da área agrícola (Tabela 3). Os maiores estabelecimentos encontravam-se nas faixas de 500 a menos de 2000 ha, correspondendo a 7 unidades produtivas, o que representava somente 0,3% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 16% da área agrícola total.

Tabela 3 – Solânea - Estrutura Fundiária-1996

Grupos de área total (ha)	Nº de Estabelecimentos		Área (ha)	
	Fr. Abs.	Fr. Relativa	Fr. Abs.	Fr. Relativa
Menos de 1	268	8,3	110,207	0,3
1 a menos de 2	804	25,0	901,516	2,8
2 a menos de 5	1.242	38,7	3.389,78	10,4
5 a menos de 10	423	13,2	2.674,84	8,2
10 a menos de 20	245	7,6	3.026,38	9,3
20 a menos de 50	116	3,6	3.328,57	10,2
50 a menos de 100	57	1,8	3.699,00	11,4
100 a menos de 200	28	0,9	4.007,40	12,3
200 a menos de 500	21	0,7	6.184,00	19,0
500 a menos de 1.000	5	0,2	2.970,00	9,1
1.000 a menos de 2.000	2	0,1	2.260,00	6,9
Total	3.211	100,0	32.551,69	100,0

Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 1996.

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Já segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, ainda predominam os estabelecimentos de 1 a 10 hectares representando 79,5% dos estabelecimentos agrícolas, embora ocupem apenas 23,87% de área agrícola municipal. Os estabelecimentos menores de 50 hectares representam 95,99% do total e ocupam 57,75% da área agrícola (v. Tab. 4). O maior estabelecimento encontra-se na faixa de 500 a menos de 2500 ha, correspondendo a 1 unidade produtiva, o que representa somente 0,05% do total dos estabelecimentos mais ocupa de 3,14% da área agrícola total. Uma nova categoria foi acrescentada, no Censo Agropecuário de 2006, chamada de produtor sem área.

Tabela 4 – Solânea - Estrutura Fundiária - 2006

Grupos de área total (ha)	Nº de Estabelecimentos		Área (ha)	
	Fr. Abs.	Fr. Relativa	Fr. Abs.	Fr. Relativa
Menos de 1	310	15,92	117	0,71
De 1 a menos de 2	377	19,36	435	2,62
De 2 a menos de 5	600	30,81	1.686	10,18
De 5 a menos de 10	261	13,41	1.715	10,36
De 10 a menos de 20	225	11,56	3.010	18,17
De 20 a menos de 50	96	4,93	2.603	15,71
De 50 a menos de 100	20	1,03	1.285	7,76
De 100 a menos de 200	13	0,67	1.727	10,42
De 200 a menos de 500	15	0,77	3.468	20,93
De 500 a menos de 1000	1	0,05	521	3,14
Produtor sem área	29	1,49	-	-
Total	1.947	100,0	16.567	100,0

Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Para melhor compreensão da evolução recente da estrutura fundiária, no período de 1996 e 2006, elaboramos algumas tabelas e gráficos. Na tabela 5 comparamos o número dos estabelecimentos e a área dos estabelecimentos. Nela verificamos que o seu número total diminuiu em 10 anos de 3.211 para 1.947, ou seja, houve uma diminuição de 1.264 estabelecimentos rurais, o que equivale à redução de 39,36%. Já a área dos estabelecimentos agropecuários diminuiu de 32.551,69 para 16.567 hectares, ou seja, houve uma diminuição de 15.984,69 hectares, o que equivale a uma redução de 49,10% da área de estabelecimentos agropecuários.

Tabela 5 – Solânea – Número e área de estabelecimentos agrícola (1996 / 2006)

Especificação	1996	2006	Diminuição	Variação %
Número de estabelecimentos	3.211	1.947	1.264	-39,36%
Área dos estabelecimentos	32.551,69	16.567	15.984,69	-49,10

Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 1996/2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A explicação, para tal discrepância, está relacionada ao desmembramento do antigo distrito de Casserengue do município de Solânea, cuja instalação ocorreu em 1997, um ano após o Censo 1996. Logo, para que possamos melhor comparar o Censo de 1996 com o de 2006, elaboramos a tabela 6, que contém a estrutura fundiária de Solânea em conjunto com a de Casserengue. Nela observamos que os estabelecimentos menores que 50 hectares representam 96% do total dos estabelecimentos. Contudo, ocupam apenas 54,9% da área agrícola dos dois municípios. Enquanto os 24 maiores estabelecimentos, que possuem mais de 200 hectares, representam 0,9% do número dos estabelecimentos e ocupam 26,7% da área agropecuária destes municípios.

Tabela 6 – Solânea e Casserengue: Estrutura fundiária conjunta -2006

Grupos de área total (ha)	Nº de Estabelecimentos		Área (ha)	
	Fr. Abs.	Fr. Relativa	Fr. Abs.	Fr. Relativa
Menos de 1	328	12,0	126,5	0,5
De 1 a menos de 2	503	18,4	580	2,1
De 2 a menos de 5	863	31,5	2.401	8,6
De 5 a menos de 10	368	13,4	2.416	8,6
De 10 a menos de 20	427	15,6	5.866	21,0
De 20 a menos de 50	142	5,2	3.940	14,1
De 50 a menos de 100	32	1,2	2.014	7,2
De 100 a menos de 200	24	0,9	3.161	11,3
De 200 a menos de 500	21	0,8	5.522	19,8
De 500 a menos de 1000	3	0,1	1.918,5	6,9
Produtor sem área	29	1,1	-	0,0
Total	2.740	100	27.945	100,0

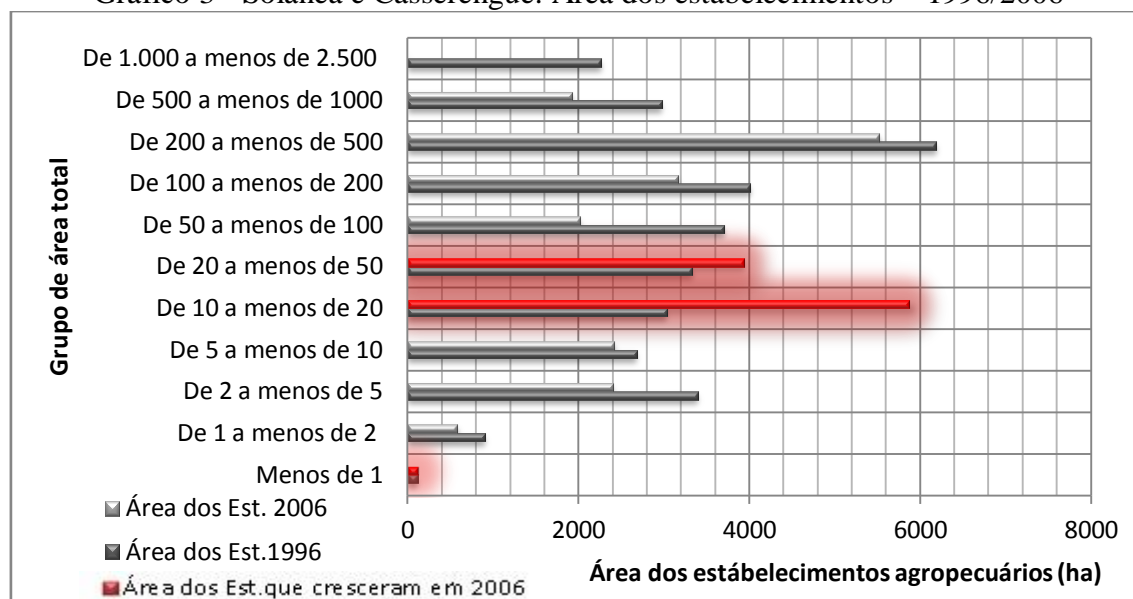
Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 1996/2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A partir da comparação entre Tabela 3 (estrutura fundiária em 1996) e a Tabela 6 verificamos que houve um crescimento nos estabelecimentos com menos de 1 hectare, assim como o crescimento notável tanto no número e na área dos estabelecimentos entre 10 a 50 hectares, alcançando o crescimento de 158% no número de estabelecimento e 154% na área destes estabelecimentos, se observamos os estabelecimentos entre 10 e 20 hectares que eles quase duplicam, obtendo um crescimento de 195%. Destacamos este

crescimento no Gráfico 3, onde visualizamos o crescimento da área dos estabelecimentos agropecuários.

Gráfico 3 - Solânea e Casserengue: Área dos estabelecimentos – 1996/2006



Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 1996/2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Atribuímos este crescimento à política fundiária que desapropriou 2.771 hectares de terra no município através do INCRA²¹, do Banco da Terra²² e do Crédito Fundiário²³, em Solânea, e 1860 hectares em Casserengue, apenas pelo Banco da Terra. Os 2.771 hectares, desapropriados em Solânea, representam 16,72% da área total dos estabelecimentos agrícolas do município que foram redistribuídos para pequenos produtores em lotes inferiores a 20 hectares. São 7 assentamentos, sendo eles: Assentamento Nossa Senhora da Conceição, Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Assentamento São João, Assentamento Cacimba da Várzea, Assentamento Lazaro, Assentamento Pedro Henrique e Assentamento São Francisco III. Este último, descreveremos sua história e configuração no capítulo 4.

²¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Site oficial; < <http://www.incra.gov.br/portal/> > acessado em 02/12/2010.

²² **LINHA DE CRÉDITO - Banco do Brasil** O Programa Fundo de Terras e da Reforma Agraria - Banco da Terra objetiva financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Disponível em < <http://www.sebrae-sc.com.br/credito/default.asp?vcdtexto=1182&%5E%5E> > acessado em 15/12/2010.

²³ O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais através do **Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF**. Disponível em < <http://www.agricultura.al.gov.br/programas/credito-fundiario> > (outra fonte: < <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito> >) acessado em 2/12/2010 (grifo nosso)

Destacamos com base no exposto que apesar das mudanças observadas na estrutura fundiária do município de Solânea a pequena unidade de produção camponesa persiste, seja reforçada pela política fundiária seja pela fragmentação da terra. Esse último aspecto é preocupante, pois tem gerado o aumento dos micro-estabelecimentos, os minifúndios. Os gráficos e tabelas apresentados neste item nos fazem refletir sobre a relevância da formação dos assentamentos de reforma agrária dentro do município, um dos principais fatores para uma nova configuração distribuição e a ocupação camponesa de terras. Contudo, essa política não foi capaz de reverter a concentração fundiária no município. Por isso acreditamos que o campesinato solanense ainda tem muito a lutar e crescer, através das lutas populares e dos órgãos de classe que têm a questão camponesa como bandeira de luta.

3.3.2 A condição dos produtores rurais

Quanto à condição do produtor, verificamos na Tabela 7 que dentre os 1.947 produtores rurais do município, 77,66% são proprietários, menos de 1% são arrendatários, cerca de 15% são ocupantes, 2,67% trabalham em parceria, cerca de 1,5% são sem terra e 2,10% são assentados sem a titulação da terra.

Tabela 7 – Solânea: Condição do produtor (2006)

Condição do produtor	Nº de unidades produtivas
Proprietário	1.512
Assentado sem titulação definitiva	41
Arrendatário	10
Parceiro	52
Ocupante	303
Produtor sem área	29
Total	1.947

Fonte: IBGE-Censo agropecuário - 2006

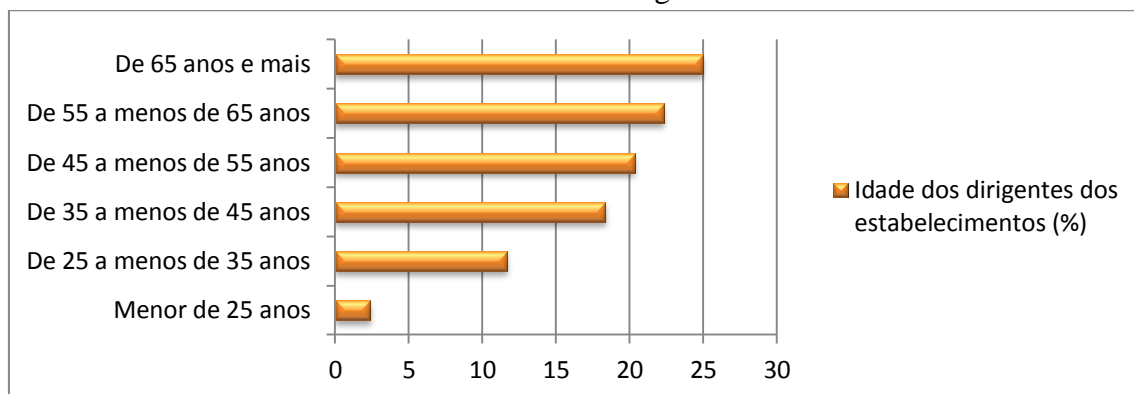
Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Considerando que 1.869 estabelecimentos agrícolas do município são menores do que 50 hectares e que 1.512 são de proprietários, concluímos que a grande maioria dos pequenos produtores de Solânea detém a propriedade legal das terras.

A maioria, aproximadamente 65% dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários de Solânea, tem mais de 10 anos à frente do estabelecimento. Este fato indica que os agricultores de Solânea estão consolidados a um bom tempo à frente de seus estabelecimentos. Contudo verificamos que cerca de 17% estão entre 5 e 10 anos dirigindo estes estabelecimentos, que provavelmente parte destes, são os assentados de

reforma agrária. A partir do gráfico 4, verificamos o envelhecimento dos dirigentes dos estabelecimentos, isso ocorre pela tradição patriarcal do campesinato, onde o pai é o chefe da célula familiar, e a ele cabe o direcionamento do estabelecimento familiar. Segundo o Gráfico 4, aproximadamente 70% dos dirigentes têm mais de 45 anos, sendo que 25% das unidades são dirigidas por pessoas com idade a partir de 65 anos.

Gráfico 4 – Solânea - Idade dos dirigentes dos estabelecimentos



Fonte: IBGE-Censo agropecuário - 2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Segundo o IBGE, os dirigentes das unidades produtivas são predominantemente paraibanos (98,72%). Os outros dirigentes são naturais do Rio Grande do Norte (0,67%), do Paraná (0,21), de Pernambuco (0,15%), da Bahia (0,05), de São Paulo (0,05), além de um estabelecimento (0,05%) dirigido por estrangeiro.

Verificamos que 70,93% dos dirigentes dos estabelecimentos participam de algum tipo de associação, seja o sindicato ou alguma cooperativa. No capítulo 4 abordaremos a atuação de ONGs e do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Um fato que nos mostra a caráter camponês da agropecuária solanense, é que 85,27% dos membros das famílias, segundo o censo agropecuário de 2006, não tinham nenhum tipo de atividade econômica fora do estabelecimento. Todavia, 7,19% trabalhavam na agropecuária fora do seu estabelecimento, 6,93% tinham atividades não agropecuárias e 0,31% tinham atividades agropecuárias e não agropecuárias. Ou seja, verificamos que 92,46% dos membros das famílias trabalham exclusivamente na agropecuária.

Sobre a escolaridade dos dirigentes dos estabelecimentos, o IBGE levantou que 60,86% dos dirigentes dos estabelecimentos não sabem ler nem escrever. Observa-se ainda que 23,06% não completaram o Ensino Fundamental. Contudo existem dois

engenheiros agrônomos, um veterinário e dezesseis dirigentes com outra formação superior, ou seja, 0,97% dos dirigentes tem nível superior (ver tabela 8).

Tabela 8 – Nível de escolaridade da pessoa que dirige o estabelecimento

<i>Escolaridade</i>	Nº de estab.
Alfabetização de adultos	2,05
Ensino fundamental incompleto (1º grau)	23,06
Ensino fundamental completo (1º grau)	2,88
Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)	0,51
Ensino médio ou 2º grau completo (outro)	2,11
Engenheiro agrônomo	0,10
Veterinário	0,05
Outra formação superior	0,82
Nenhum, mas sabe ler e escrever	7,55
Não sabe ler e escrever	60,86

Fonte: Censo agropecuário - 2006

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

No tocante ao sexo do produtor dirigente do estabelecimento, constatamos que os estabelecimentos são dirigidos predominantemente por homens (80,12%), enquanto que 19,88% são dirigidos por mulheres. Apesar de ser minora, Solânea apresenta uma média superior se compararmos com a média do Brasil e da Paraíba, onde, respectivamente, 12,68% e 15,91% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por mulheres. A partir da tabela 9 observamos que as mulheres se destacam na direção dos estabelecimentos menores que 5 hectares, representando 14,74% da direção total.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos dirigidos por mulheres – Solânea -2006

Grupos de área total (ha)	No. de Est.	% do total
Menos de 5 há	287	14,74
De 5 a menos de 10 ha	47	2,41
De 10 a menos de 20 ha	35	1,8
De 20 a menos de 50 ha	8	0,41
De 50 a menos de 100 ha	2	0,1
De 100 a menos de 200 ha	0	0
De 200 a menos de 500 ha	1	0,05
Produtor sem área	7	0,36
Total	387	19,88

Censo agropecuário - 2006

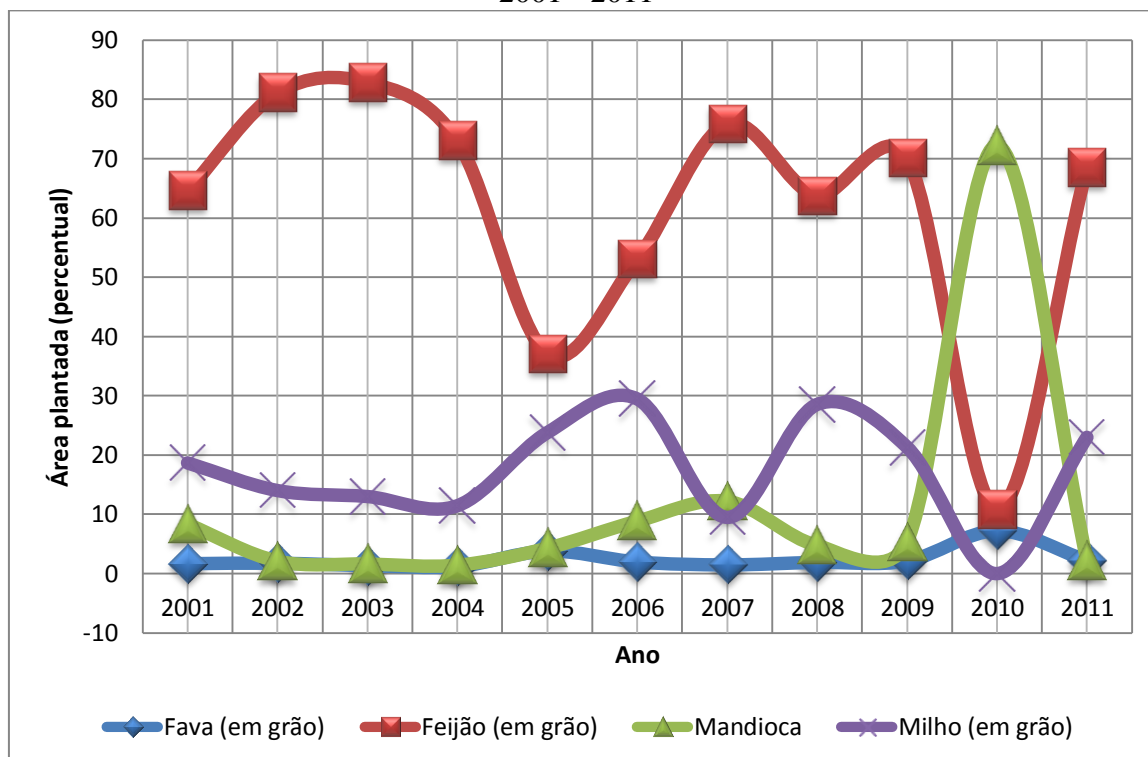
Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A relevância das mulheres na configuração do campesinato solanense permite entender o papel que elas ocupam tanto na direção das organizações que lidam com a temática campesina, assim como nas atividades que desenvolvem na unidade produtiva, como será visto posteriormente.

3.3.3 A produção agropecuária recente de Solânea

No que se refere à organização da produção agrícola, esta reflete o peso que detém a pequena produção no município. Em termos de área plantada, o produto mais importante é o feijão que em 2011 ocupou 69% do total da área plantada com os principais produtos da lavoura temporária do município, seguido do milho (responsável por 23% do total da área plantada com os principais produtos da lavoura temporária do município). Além do feijão e do milho, destacam-se também a mandioca e a fava entre os mais tradicionais produtos da agricultura camponesa, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5 – Solânea – Área (em percentual) das principais culturas temporárias 2001 - 2011



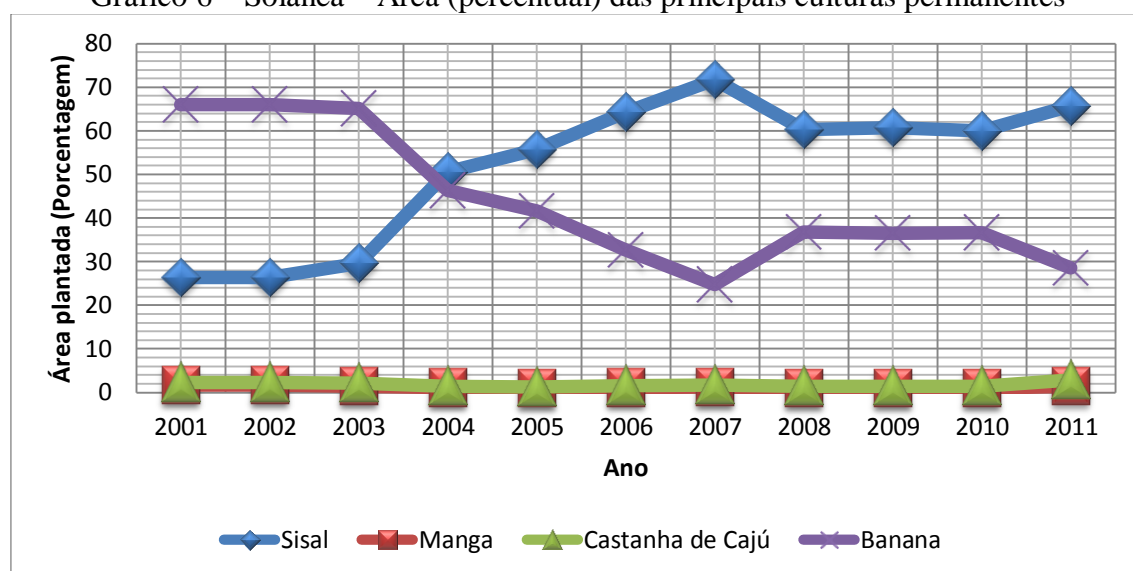
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2001/2011
Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Outras culturas alimentares também estão presentes na pauta das lavouras temporárias cultivadas em Solânea tais como a batata-doce, algodão, cana-de-açúcar, arroz, mamona e girassol. O algodão herbáceo desaparece da pauta da produção agrícola do município de 2007 a 2010 e retorna com 0,82 da área plantada no município, em 2011. A cana-de-açúcar, que em 2009 representava apenas 0,5% do total da área plantada com os principais produtos da lavoura temporária, em 2010, representou 7% da área plantada (IBGE - PAM, 1990-2011). A lavoura temporária, em 2011, gerou um

valor de R\$ 2.663.000. Este montante foi o terceiro maior dos últimos 10 anos, perdendo apenas para 2004 (R\$ 2.996.000) e 2008 (R\$ 3.816.000).

No que se refere às lavouras permanentes, conforme o Gráfico 6, destaca-se o sisal com 66% da área plantada em 2011, seguido da banana com 28,7% (230 ha e 100 ha, respectivamente). Outras culturas como o caju e a manga também estão presentes na pauta dos produtos da lavoura permanente, porém a área plantada é bem menos significativa. De acordo com o IBGE, frutas como a laranja, o abacate, a goiaba e o maracujá, e culturas como a do urucum e o coco da baia perderam a importância no conjunto das combinações agrícolas da lavoura permanente no município a partir do início do século XXI (IBGE, 1990-2011).

Gráfico 6 – Solânea – Área (percentual) das principais culturas permanentes



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2001/2011

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Verificamos que a cultura da banana perdeu força a partir de 2004 e neste mesmo ano o sisal passou a ser a maior cultura permanente do município²⁴. Destacamos que a cultura permanente utilizou, em 2011, apenas 350 hectares, muito pouco ao compararmos com os 3.649 hectares destinados à agricultura temporária. Entendemos que tal configuração se deve ao fato da agricultura permanente se desenvolver na região do Brejo de Solânea, e esta ter a menor área entre os morfoclimas do município.

Apesar de ocupar menos hectares que o sisal, a cultura da banana é a mais importante, entre as culturas permanentes, pois como constatamos, através dos dados do IBGE, em 2011, o valor da produção da banana foi de R\$ 900.000, enquanto o sisal

²⁴ Porém com um nível de produção bastante inferior ao verificado durante o auge do ciclo do sisal.

rendeu R\$ 270.000. Ou seja, a banana ocupa, aproximadamente, a metade da área do sisal, contudo a sua produção vale o triplo da do sisal.

A produção pecuária do município é caracterizada pelo predomínio do rebanho bovino que historicamente foi o mais importante. Em 2011 o município contava com um rebanho bovino de 10.917 cabeças (IBGE, 1974-2011). O rebanho de ovinos e caprinos é pequeno, mas também é encontrado em Solânea (respectivamente 1.786 e 832 cabeças, em 2011). Os rebanhos de eqüinos, muares, asininos e suínos também fazem parte da pecuária municipal, porém de modo mais tímido. Chama a atenção o crescimento da avicultura. Em 2011, a produção de aves superou as 130 mil cabeças, destinadas tanto para a produção de ovos, assim como para o abate.

No tocante ao uso da agricultura orgânica, apenas 1,8% fazem a agricultura orgânica, porém apenas 0,1 (que equivale a dois estabelecimentos) tem a certificação. Já sobre o uso de agrotóxicos, observamos que, em 2006, segundo o IBGE, a maior parte dos agricultores de Solânea não faz uso do agrotóxico. Estes indicadores são importantes para observarmos a agroecologia no município, pois agricultura orgânica não é a essência da agroecologia, entretanto o não uso dos agrotóxicos é uma prerrogativa da agroecologia. Outro fator observado foi que apenas 0,26% dos agricultores utilizam adubos químicos, dentre as outras formas de adubo a que se destaca é o adubo feito com esterco e/ou urina animal (24,91%) utilizado nas lavouras. Ou seja, os dados colhidos pelo IBGE, indicam uma agricultura mais “limpa”, portando mais próxima da agroecologia.

3.3.4 A importância da agricultura camponesa de base familiar

A importância da agricultura camponesa em Solânea foi evidenciada quando se observa a composição do valor da produção animal e vegetal segundo o tamanho dos estabelecimentos. Em 2006, o valor total da produção animal do município foi de R\$2.355.000,00, sendo que R\$2.098.000,00, isto é, 89,1% foi proveniente dos estabelecimentos menores de 50 hectares. Esse percentual atingiu 92,2% se incluirmos os estabelecimentos de 50 a menos de 100 hectares. Já o valor da produção vegetal foi de R\$1.366.000,00 tendo os estabelecimentos menores de 50 hectares contribuído com 81,5% desse total. Se a estes acrescentarmos os estabelecimentos entre 50 e menos de 100 hectares o percentual da participação das pequenas unidades produtivas no produto agrícola municipal sobe para 85%.

A importância da pequena agricultura no município de Solânea foi além da sua participação na produção agropecuária municipal. Quando levantamos no censo de 2006 os dados das despesas efetuadas pelos estabelecimentos agrícolas, segundo as classes de área desses estabelecimentos, verificamos que 82% do total das despesas realizadas por todos os estabelecimentos foram efetuadas pelos menores de 50 hectares e 85% pelos menores de 100 hectares. Essas despesas somaram R\$2.282.000. Destas despesas, 34% foram destinados para a compra de animal, 15% para sal e rações, 10% para combustíveis, 9% para energia elétrica e o restante para as demais despesas.

No que tange aos investimentos realizados foram também os menores estabelecimentos agrícolas que mais investiram. Os menores de 100 hectares foram responsáveis por 73% do total dos investimentos realizados no município, em 2006, e os de menos de 50 hectares por 69% dos investimentos (IBGE, 2006). Destes investimentos, 70% foram voltados para benfeitorias no estabelecimento, 12% para aquisição de novas terras e 9% para compra de animais reprodutores.

Outro aspecto relativo à importância da agricultura camponesa no contexto do setor primário municipal diz respeito aos financiamentos realizados. Nesse caso, são também os menores estabelecimentos agrícolas que se destacam. Em 2006, 93,8% dos financiamentos realizados pelo setor agrícola foi feito pelas unidades de produção menores de 50 hectares (IBGE, 2006). Do total de R\$502.000,00 reais financiados pela agricultura, R\$273.000,00, isto é, 54,4% são provenientes do programa de crédito PRONAF. A maior parte desse recurso foi concedido aos agricultores com estabelecimentos menores de 100 hectares.

Constata-se desse modo a importância da agricultura camponesa de base familiar na organização do espaço agrário do município de Solânea. Com efeito, apesar do êxodo rural, motivado entre outros fatores pela violência que atinge também a área rural, a população rural (7.347), representa ainda 27,5% da população municipal (26.679).



4. Campesinato solanense: as formas de organização da produção

Tendo como referencial o estudo da evolução e da organização do espaço agrário de Solânea, feito no capítulo anterior, o presente capítulo objetiva analisar as formas de organização da produção camponesa em Solânea com base nos dados e nas informações levantadas pela pesquisa de campo. O capítulo compreende quatro seções: a unidade de consumo camponesa; a unidade de produção camponesa; a articulação com o mercado, a partir do estudo da feira de Solânea; e o Estado e a recriação camponesa, o caso do Assentamento São Francisco.

4.1 A unidade de consumo camponesa

Tendo em vista que a família camponesa é, de acordo com Chayanov (1981), ao mesmo tempo unidade de consumo e de produção, não é possível entender a organização camponesa sem analisar a dinâmica familiar desse conjunto da população trabalhadora.

Uma das características das famílias rurais, particularmente das responsáveis por pequenas unidades de produção, é o seu tamanho. Embora a tendência de redução da taxa de fecundidade também se observe no meio rural, a taxa de fecundidade continua sendo maior no campo do que na cidade, o que resulta em famílias mais numerosas na área rural do que na urbana. Além disso, tem-se que o tamanho das famílias rurais guarda uma relação direta com o tamanho da propriedade, o que pode ser explicado, de um lado, pela necessidade de mão de obra para tocar as tarefas produtivas e, de outro lado, pela maior disponibilidade de fundos de subsistência familiar (MOREIRA, 1989)²⁵.

Das 48 famílias que compuseram a amostra, 42 têm filhos, num total de 170 filhos (veja Tabela 10). Considerando que em cada família tem um pai e uma mãe, isto totaliza 266 membros das famílias nucleares, o que resulta em uma família nuclear padrão composta por 5,5 pessoas. Esse valor é bem superior ao verificado para a

²⁵ Lembra-se que essa relação entre evolução agrária e demografia foi estudada por Boserup (1987), afirmando que a pressão demográfica, ao contrário do que afirma Malthus, pode ser um estímulo para o avanço da produção agrícola pela incorporação de novas tecnologias.

Paraíba (3,5 pessoas por família) e para o município de Solânea (3,5 pessoas por família). Esses dados confirmam, portanto, o que foi dito acima: o tamanho das famílias de camponeses é superior ao do tamanho médio das famílias.

Tabela 10 – Solânea: Distribuição das famílias camponesas segundo o número de filhos - 2009

Grupos de filhos	Número de famílias		Total de filhos	
	Fr. Abs.	Fr. Rel.	Fr. Abs.	Fr. Rel.
0	6	12,5	0	0,0
1	8	16,7	8	4,7
2	5	10,4	10	5,9
3	8	16,7	24	14,1
4	7	14,6	28	16,5
5	3	6,3	15	8,8
6	5	10,4	30	17,6
7	3	6,3	21	12,4
9	1	2,1	9	5,3
12	1	2,1	12	7,1
13	1	2,1	13	7,6
Total	48	100,0	170	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Da observação da Tabela 10, constata-se que embora o tamanho da família camponesa tenha se reduzido, ainda é possível encontrar em Solânea famílias camponesas com mais de 5 e até mais de 10 filhos, pois 29,17% das famílias entrevistadas possuíam pelo menos 5 filhos. As famílias com mais de 5 filhos, são aquelas cujos pais têm mais de 50 anos. As famílias que declararam não ter filhos são em sua totalidade jovens recém-casados que receberam uma porção da terra de seus pais para viver e trabalhar.

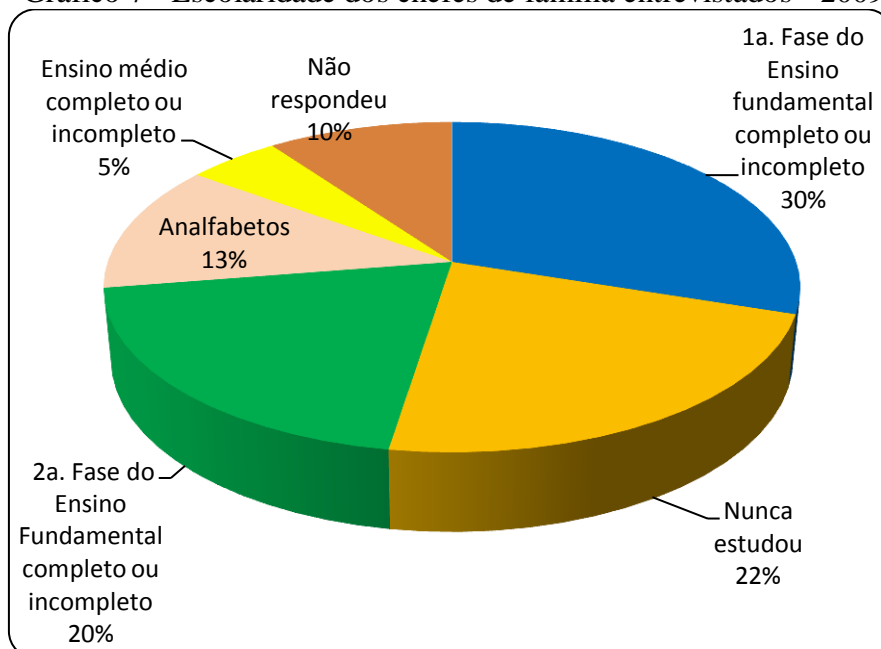
Verifica-se que parte dos filhos ainda reside com os pais. De fato, encontramos filhos morando na casa dos pais em 55% das casas dos agricultores entrevistados. Além dos filhos e cônjuges também é comum encontrar morando na casa dos chefes de família que participaram da pesquisa netos, genros, sobrinhos e até alguns pais dos entrevistados. Dessa forma verifica-se que à família nuclear somam-se outros membros da família o que contribui para aumentar o tamanho das famílias ampliadas.

Dos filhos que já saíram de casa, 16% foram residir na cidade de Solânea, e outros 29% migraram para outras cidades da Paraíba e de outros estados com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo. Em linhas gerais, os filhos que migraram não trabalham com a agricultura, e atuam como serventes de pedreiro e garçons. A razão principal para a saída dos filhos é a busca de oportunidades de emprego e a busca de

melhores níveis salariais. Convém também destacar que a migração dos membros das famílias constitui uma estratégia de reprodução da unidade familiar, como ilustra o sugestivo título do livro de Garcia Jr., “O sul: caminho do roçado” (1990), constatado por várias pesquisas (GARCIA JR). Essa constatação já tinha sido feita por Chayanov (1981), no contexto do campesinato russo do início do século XX.

Um fato novo na organização das famílias camponesas entrevistadas, diz respeito à preocupação com a qualificação da mão de obra familiar, através da educação. Isso fica evidenciado quando se compara o nível de escolaridade dos pais com o dos filhos. Com efeito, o nível de escolaridade dos camponeses mais velhos é muito baixo. Dos 48 chefes de famílias entrevistados, 12 só frequentaram a primeira fase do ensino fundamental, sendo que poucos chegaram a concluir a 4ª. série; 5 são analfabetos e 8 confessaram timidamente que só sabem assinar o nome; 8 frequentaram a 2ª fase do ensino fundamental, porém nem todos concluíram; 2 frequentaram o ensino médio sendo que apenas 1 concluiu esta fase; 9 nunca estudaram e 4 não responderam a questão (ver gráfico 7). Percebemos, portanto, que, pelo menos, 35% dos entrevistados são analfabetos. Afirmamos “pelo menos”, pois acreditamos que os 10% que não responderam também podem ser analfabetos.

Gráfico 7 - Escolaridade dos chefes de família entrevistados - 2009



Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

No tocante à escolaridade dos filhos a realidade é bem diferente: 48,82% dos filhos têm o Ensino Médio completo, 3,53% concluíram o Ensino Superior, e apenas 4,71% são analfabetos. Um agricultor respondeu orgulhoso: “*Meu filho é aquele que ensina os professores, (...), meu filho é PhD em Matemática*” (depoimento do agricultor Sebastião Rosa. Solânea, junho de 2009). Observamos, porém, que apesar das melhorias quanto à escolaridade, ainda há analfabetos e que poucos chegam a concluir o ensino superior sendo raros os casos em que, como o filho de Seu Sebastião, conseguem terminar uma carreira acadêmica com tanto êxito.

4.2 A unidade de produção camponesa

Conforme visto na fundamentação teórica do trabalho apresentada no capítulo 1, a organização da produção camponesa tem como objetivo a produção de valores de uso necessários à sobrevivência dos membros da família bem como dos insumos necessários à produção. Esse item é dedicado à análise da produção camponesa, contemplando quatro aspectos: as formas de acesso à terra, a composição da produção; a organização do trabalho e a geração da renda.

4.2.1 As formas de acesso à terra

As formas de acesso à terra dos camponeses de Solânea é bastante diversificada. Como pode ser observado na Tabela 11, dos 48 produtores rurais que responderam às entrevistas estruturadas, 20 são proprietários de suas terras, 1 é arrendatário, 14 são parceiros e 13 trabalham em terras cedidas por terceiros e foram por nós incluídos na categoria de ocupantes.

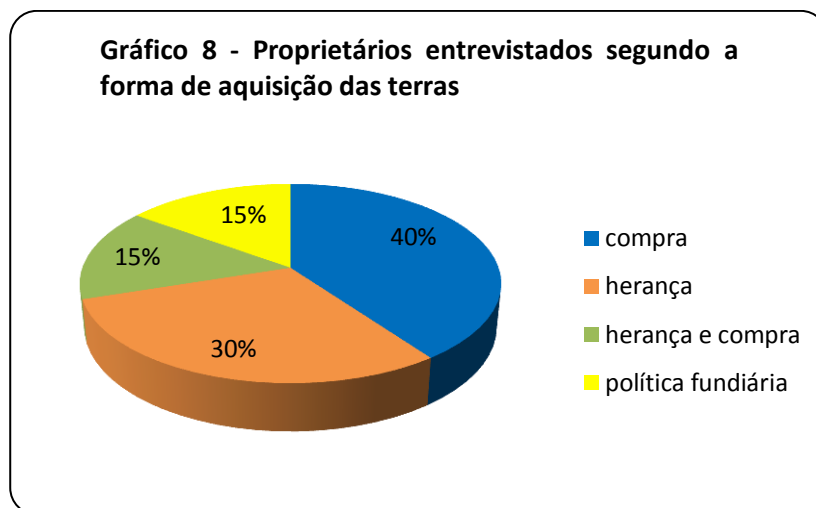
Tabela 11 – Solânea – Formas de acesso à terra por parte dos camponeses - 2009

Grupos de área total (ha)	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Total
Menos de 1 a menos de 5	7	1	8	7	23
5 a menos de 10	6	-	2	2	10
10 a menos de 20	5	-	2	1	8
20 a menos de 50	1	-	-	-	1
50 a menos de 100	1	-	-	1	2
Não soube declarar	-	-	2	2	4
Total	20	1	14	13	48

Fonte: Trabalho de campo. Solânea, Junho de 2009

Elaboração: Pablo M. S. e Silva

Dos 20 proprietários, 6 adquiriram a terra através de herança, 8 compraram a terra com recursos próprios, 3 obtiveram a terra através da política fundiária do governo, 3 adquiriram a terra por herança e depois ampliaram a área adquirindo alguns hectares a mais com recursos próprios (ver gráfico 8).



Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Verifica-se, com base no exposto, que o acesso à terra através de herança é comum em Solânea. Este fato é em grande parte responsável pela forte fragmentação da propriedade da terra no município.

De acordo com um dos agricultores entrevistados, o fracionamento da terra por motivo de herança é muito comum. *“Essa terra aqui já veio dos meus bisavós, de geração a geração. As terras antes eram terras grande, terra de 200, 300 hectares, mas naquela época as famílias eram de 15, 20 filhos, então essas terras eram divididas depois da morte dos pais”*.

Além do parcelamento devido à herança, também ocorreu no município o parcelamento e a venda de grandes propriedades monocultoras afetadas pelas crises do agave e do algodão conforme descrito no capítulo anterior.

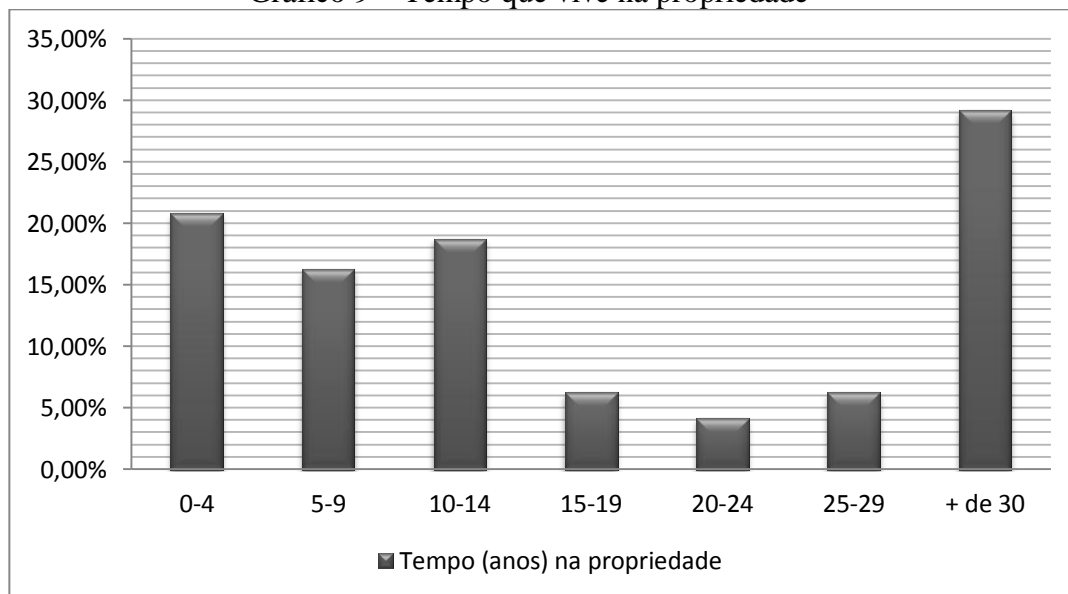
Dos 3 agricultores que tiveram acesso à terra através da política fundiária, 1 obteve um lote num assentamento do INCRA, o Projeto de Assentamento (PA) São Francisco III, e 2 obtiveram lotes nos Assentamentos Pedro Henrique e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro criados com recursos do Banco da Terra.

O arrendatário entrevistado paga a renda da terra em dinheiro. Os parceiros variam sua forma de pagamento da renda que pode ser com a terça parte da produção ou com metade da produção (a meia). Dos que são ocupantes, 2 moram em Arara

(município vizinho), mas trabalham em Solânea em terras cedidas por terceiros; os outros 11 cultivam e vivem em terras cedidas por familiares (sogro, pai) e amigos.

Quando questionados há quanto tempo vivem na terra, 64% dos entrevistados responderam que vivem na terra há mais de 10 anos. No gráfico 9, observamos que apenas 20% dos entrevistados vivem há menos de 4 anos na propriedade. A parcela que vive há menos de 10 anos na propriedade, em suma, são novas unidades familiares e/ou lotes em assentamentos rurais.

Gráfico 9 – Tempo que vive na propriedade



Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.

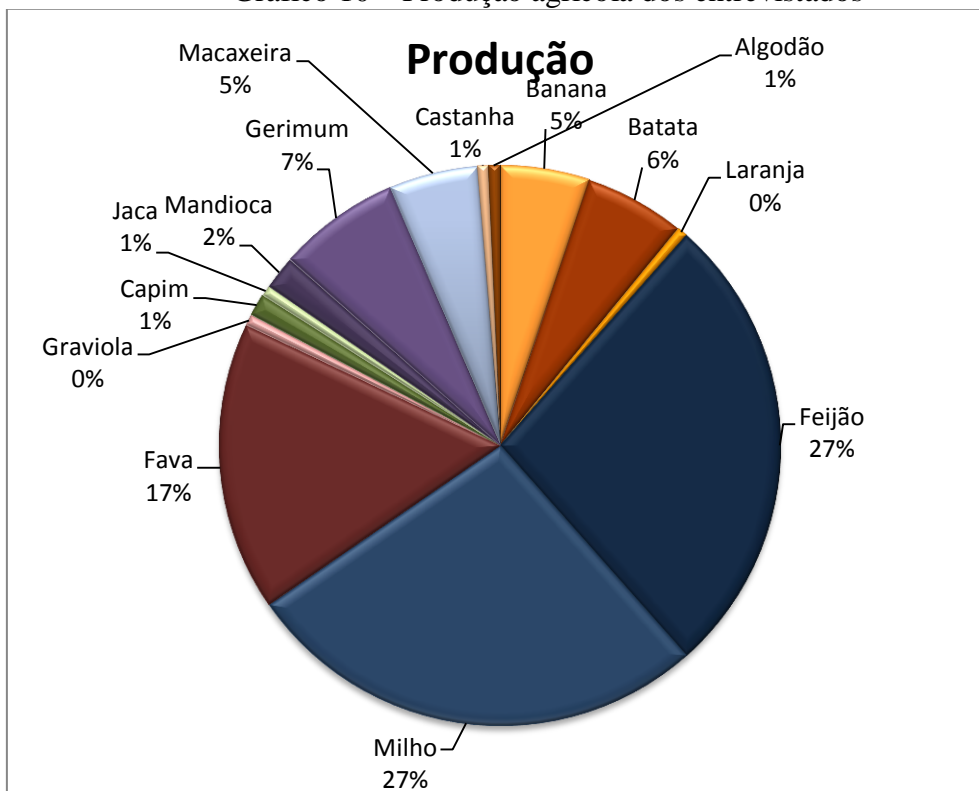
Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

4.2.2 A composição da produção agropecuária das unidades camponesas

Predomina nas unidades produtivas visitadas a policultura alimentar na pauta básica da sua produção agrícola (gráfico 10). Dentre os produtos cultivados merecem destaque, pela ordem de importância, o feijão, o milho, a fava, o jerimum, a batata-doce e a banana. A banana é a fruta mais produzida, embora possam ser encontrados nos sítios a manga, a laranja, a graviola, o coco-da-baía, a jaca e o caju, cuja castanha é, via de regra, comercializada. Encontramos num estabelecimento o cultivo de algodão herbáceo e noutra o plantio de capim.

Como já descrito nos capítulos anteriores, o município de Solânea possui três unidades morfoclimáticas: o Brejo (porção mais úmida), o Agreste (área de transição) e o Curimataú (porção semiárida). A produção, o tamanho das propriedades e a atuação de agentes externos no município se dão de forma diferenciada, de acordo com estas subunidades regionais.

Gráfico 10 – Produção agrícola dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.

Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Constatou-se que na porção do município situada na área brejeira as propriedades são menores, porém bem aproveitadas, possuindo entre 1/2 e 4 hectares, e a produção de fruticultura é mais comum. Na região mais seca, do Curimataú, as propriedades são maiores. Nestas, predominam a policultura alimentar (veja Figura 6) (produção do feijão mulatinho, do feijão macassar e da fava) e a pecuária criada em cercados (veja Figura 7).

Fig. 6 - Solânea: Policultura alimentar produzida em unidade de produção Camponesa – Sítio Bonsucesso.



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva. 2008.

Essa diferenciação da produção entre as regiões morfoclimáticas do município é confirmada em depoimento prestado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao afirmar:

No Brejo fica mais as fruteiras, a jaca, a manga, a laranja, já no Agreste é mais a parte de caju, a pinha, a macaxeira,..., já no Curimataú fica a parte de feijão mulatinho, o milho e o feijão de corda,... . Enquanto a região do Brejo tem muita água, o Agreste tem menos água e no Curimataú, já praticamente quase que não tem água, a água que tem já é salgada (depoimento de Antonio Ferreira da Silva, presidente do STR de Solânea em 2008).

O gado produzido destina-se em parte ao corte e à comercialização e em parte ao consumo. Os agricultores criam galinha, ovelha, abelha, guiné, pato, peru, cabra, cavalo e bovinos (tanto para o corte como para a produção de leite).

Fig. 7. Atividade pecuária praticada em pequena unidade de produção de base familiar.



Fotografia: Nazareno Serafim C. Júnior, 2008.

4.2.3 A organização do trabalho

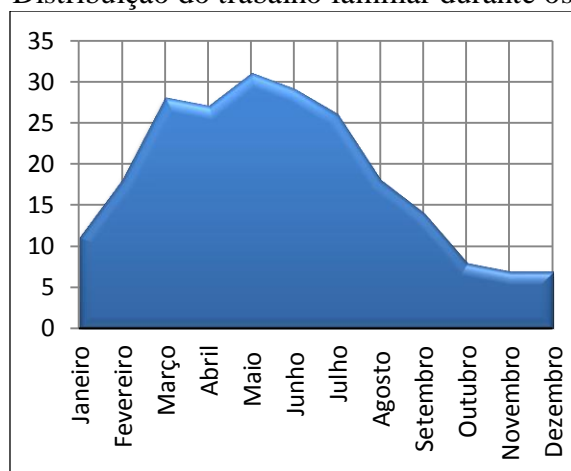
O trabalho familiar predomina nas unidades de produção visitadas. De fato, das 48 famílias entrevistadas 42 utilizam a mão de obra da família, aí incluindo os genros, netos, sobrinhos, pais e avós. Predomina, contudo o trabalho realizado pelos cônjuges (29%) e pelos filhos (55%). Em seis famílias apenas o chefe se ocupa do trabalho na terra.

Ressaltamos que não foi encontrado, nas unidades pesquisadas, nenhum trabalhador contratado, formal e permanentemente. Entretanto, verificamos que 22 unidades (45,82% do total) contratam mão de obra, principalmente nos períodos de

plantio e colheita. O contrato é feito verbalmente e os trabalhadores contratados são, geralmente habitantes da própria comunidade, residentes no campo. O número de trabalhadores contratados varia de 1 a 3, no máximo por unidade produtiva. O pagamento é realizado em forma de diária que varia entre R\$10,00 e R\$15,00 reais, sendo mais comum a diária de R\$15,00. Além do pagamento em dinheiro é comum servir um lanche ou dar o almoço ao trabalhador.

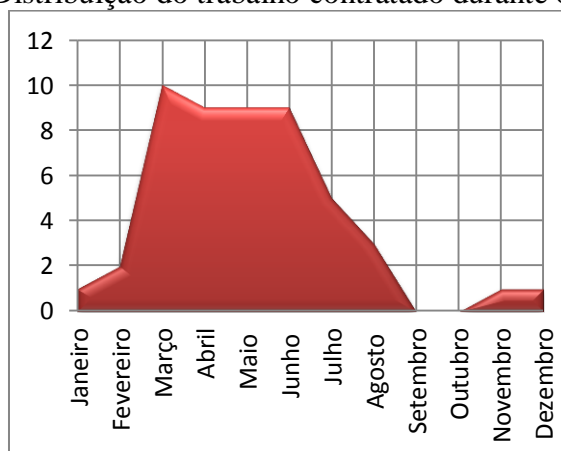
O período do ano em que o trabalho na terra é mais concentrado e que absorve toda a mão de obra familiar e contratada coincide com o período de Março a Julho, quando a unidade familiar se dedica ao preparo da terra, ao plantio e à colheita. Esse período coincide com o calendário de chuvas na região. A concentração do trabalho assalariado é maior do que a da mão de obra familiar (ver Gráficos 11 e 12).

Gráfico 11 – Distribuição do trabalho familiar durante os meses do ano



Fonte: Trabalho de campo. Solânea, Junho de 2009
Org.: Pablo M. S. e Silva e Nazareno C. Júnior

Gráfico 12 – Distribuição do trabalho contratado durante os meses do ano



Fonte: Trabalho de campo. Solânea, Junho de 2009
Org.: Pablo M. S. e Silva e Nazareno C. Júnior

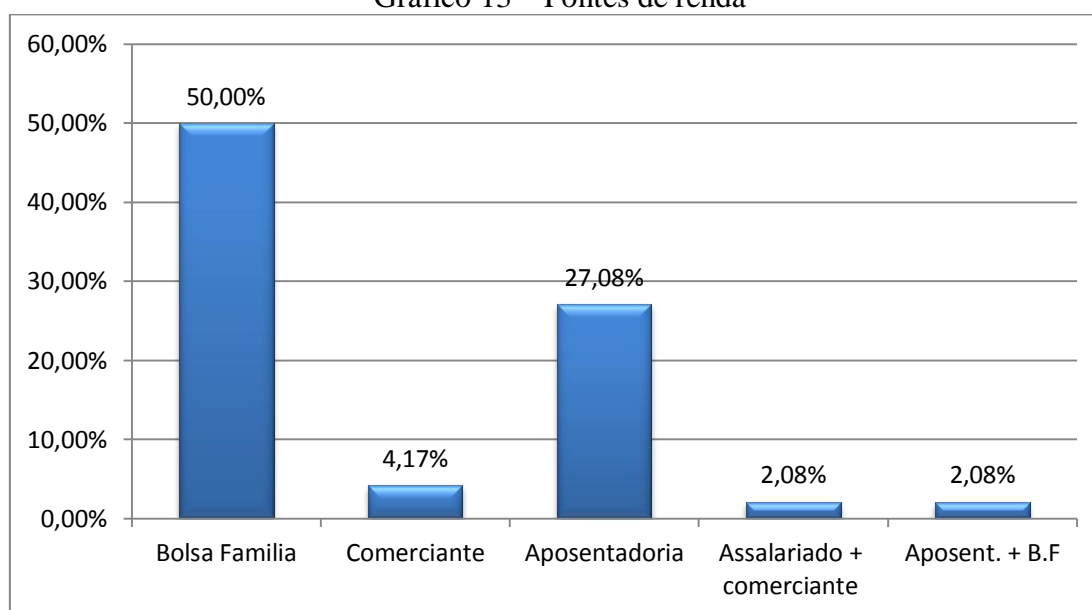
As tarefas realizadas tanto pela família como pelos trabalhadores contratados são: a) a limpa do terreno; b) a destoca; c) a confecção dos leirões e das covas; d) o plantio; e) a colheita; g) o batimento do feijão; h) o corte da lenha e; i) o conserto as cercas.

4.2.4 A geração da renda

No que se refere à renda, não foi possível levantar a que provém da agricultura. Como parte significativa da produção destina-se ao consumo os agricultores não souberam determinar um valor para esta renda. Mesmo no caso da produção comercializada não foi possível mensurar essa renda, tendo em vista o caráter fracionário das vendas. Isto é, as vendas são realizadas ao pouco, dependendo da necessidade de dinheiro por parte da família.

Em virtude dessa baixa participação da produção mercantil na formação do produto bruto das unidades camponesas investigadas, o assalariamento da mão de obra familiar assume maior importância na formação da renda monetária das famílias. Observamos que 40% dos entrevistados trabalham fora da propriedade. Destes, 68% trabalham na agricultura, o restante atua como garçom, atravessador, comerciante e servente. Constatou-se, porém que 84% dos agricultores entrevistados complementam a renda do trabalho na agricultura praticada na unidade produtiva com outras rendas (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 – Fontes de renda



Fonte: Trabalho de campo. Solânea, Junho de 2009
Org.: Pablo M. S. e Silva e Nazareno C. Júnior

Dentre as outras fontes de renda, observamos que:

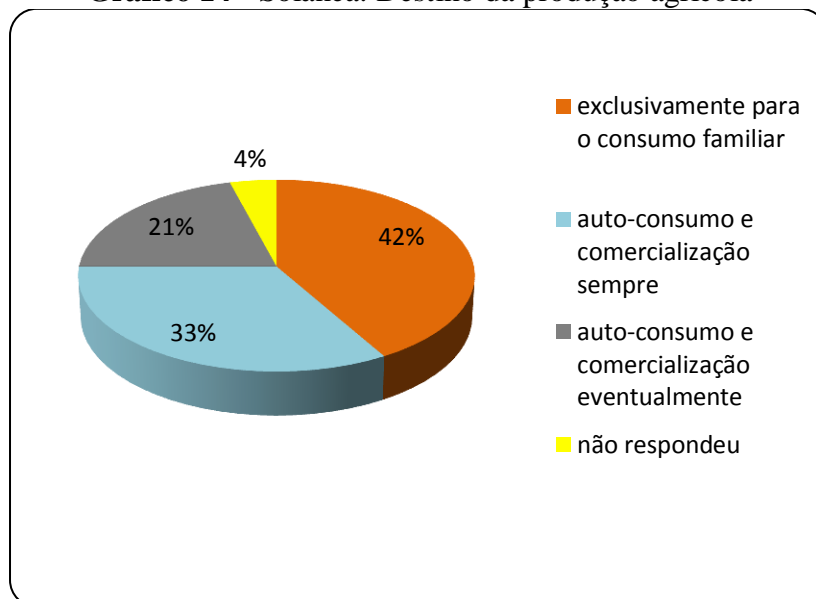
a) 50% dos agricultores entrevistados complementam a renda com recursos provenientes de programas de transferência de renda. A metade, exatamente 24 famílias, recebem o auxílio bolsa-família; 27% têm algum membro que recebe aposentadoria; 2% recebe o auxílio bolsa família e tem um aposentado que contribui com sua aposentadoria para a formação da renda familiar. Verificamos, portanto, a relevância da transferência de renda via aposentadoria e Bolsa Família. Gomes (2001) classifica essa complementação de renda, a partir de programas de transferência de renda como *economia sem produção*.

A rigor, o termo *economia sem produção* só se aplica aos aposentados (em 2001, ano da publicação do livro *Novos sertões, velhas secas*, não havia iniciado ainda o Bolsa Família), pois os beneficiários dessa categoria constituem uma transferência de renda, ou seja, pagos sem a exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos (...). No Semiárido, o peso relativo dessa parcela é bastante alto, não por que os aposentados (*e beneficiários da bolsa família*) recebam tanto dinheiro, mas porque a economia local produz muito pouco. (GOMES, 2001, p. 149. Grifo nosso)

b) algumas famílias complementam sua renda com atividades não agrícolas como o recurso proveniente do comércio (pequenos negócios), neste caso, 4% têm um pequeno comércio e outros 2% são comerciantes e assalariados. Merece destaque a renda proveniente do trabalho assalariado, sobretudo, com os ganhos dos filhos e das esposas na complementação da renda familiar.

4.3 A articulação com o mercado e a feira livre de Solânea

O destino da produção agrícola é diferenciado entre as unidades produtivas. Das 48 visitadas, 20 destinam a produção agrícola exclusivamente para o consumo familiar; 16 destinam sempre parte da produção para o consumo da família e parte à comercialização; 10 destinam a produção para o consumo da família e, eventualmente, vendem algum produto; 2 agricultores não responderam a questão (ver Gráfico 14). Verifica-se, portanto, que a integração das unidades camponesas com o mercado se dá de forma parcial e limitada.

Gráfico 14 - Solânea: Destino da produção agrícola

Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.

No que se refere à comercialização da produção dos agricultores que comercializam, constatou-se que: 54% vendem na feira, 38% vendem a atravessadores, e 8% informaram outras formas de comercialização, como a venda no próprio sítio. Dois problemas principais foram apontados pelos entrevistados no que se refere à comercialização: o elevado custo do transporte e o baixo preço pago pela mercadoria.

No município, um aspecto que se destaca é a importante presença de agentes externos (ASA, AS-PTA, STR, UFPB, ONGIFA), que têm dado sustentação à feira agroecológica, como será visto com maiores detalhes no próximo capítulo.

Tendo em vista a importância que ocupa a feira no processo de comercialização da produção camponesa em Solânea, foi dada uma atenção especial a esse canal de ligação com o mercado, tanto enquanto vendedores quanto compradores. Cabe destacar, inicialmente, que a feira não é apenas um local meramente da venda e compra de produtos, mas um local onde se expressa o mais forte elo entre o campo e a cidade, sobretudo nas pequenas localidades. A compra e venda de produtos não ocorre de maneira tão “seca” como na maioria das relações capitalistas, e isso pode ser observado no simples ato do comerciante guardar a sua melhor mercadoria para o seu melhor freguês. Segundo nossa pesquisa de campo, 69% dos entrevistados vão à cidade semanalmente, sendo a feira uma das principais atividades realizadas pelos agricultores na cidade.

Na feira, as relações se tornam mais pessoais, estabelecendo-se relações de confiança: alguns usuários só cofiam ir com o motorista já conhecido; procura-se fazer

sempre a compra com o mesmo feirante, ou marchante; deixa-se o animal (cavalo, jumento ou burro mulo) para ser olhado sempre pela mesma pessoa etc.

As pessoas não só vão à feira para a compra de suas necessidades básicas do dia-a-dia, mas também para utilizar os serviços urbanos (banco, dentista, médico, prefeitura, sindicato, previdência social, DETRAN, entre outros). A feira é também o lugar de (re)encontrar os amigos, fazendo do dia de feira um dia de festa, mudando assim a dinâmica da cidade. A feira não se limita ao espaço do mercado público, mas se estende para as ruas paralelas e perpendiculares.

A feira de Solânea acontece na quarta-feira e no sábado, sendo mais intensa no sábado, devido à quantidade maior de pessoas e à diversidade de produtos que podem ser encontrados. A administração da feira, durante a pesquisa, não soube informar com precisão o número de comerciantes formais que atuam nela. Os frequentadores e comerciantes são da zona rural ou urbana, tanto de Solânea como de outras cidades. Grande parte dos usuários da feira vindo de outras cidades ou de locais afastados do centro de Solânea se utilizam de transportes de ônibus (veja Figura 8), caminhões, carros alugados, carros próprios, motos e animais. Se faz tão notória a forte presença dos transportes alternativos na feira de Solânea que alguns possuem uma frota de carros (veja Figura 9) e ônibus possuindo até empregados. Já as pessoas que moram próximo à feira vão para ela de moto, moto táxi, bicicletas e a pé (veja Figura 10).

Figura 8: Um dos ônibus que faz o transporte de Bananeiras até Solânea



Pablo Melquisedeque S. e Silva, Trabalho de campo

Figura 9 - Estacionamento dos alternativos na feira de Solânea.



Foto: Pablo M. S. Silva, Trabalho de campo

Figura 10 - Transporte a pé e de bicicleta.



Foto: Pablo M. S. Silva. Trabalho de campo.

Os animais também são utilizados por alguns raros tropeiros para levar produtos para serem vendidos na feira. Após ter vendido suas mercadorias o tropeiro pega o dinheiro apurado para comprar o necessário para a sua família, enquanto o “olhador” de animais, espécie de *guarda costas* de cavalos e burros, fica de olho em seu animal. Um ponto que não pode ser deixado de lado é que essa pessoa que fica olhando animais, mas também bicicletas e motos.

Os produtos comercializados na feira são os mais diversos possíveis, eles vão desde carne (bovina, caprina, suína e aves), verduras, leguminosas, cereais (milho, feijão, fava e outros), farinha, roupas, produtos importados, produtos genéricos (CDs e DVDs piratas), ferro velho e moveis usados, lanches, animais vivos, passarinhos, bicicletas e outros. Outro ponto importante é que a feira não só movimenta o seu comércio mais também, todo o comércio no seu entorno, como supermercados e armazéns.

A feira de Solânea não só serve a população local, mas também a população de municípios vizinhos. Sendo Remígio, Borborema, Serraria, Arara, Bananeiras, Areia, Casserengue e Esperança os municípios mais influenciados. Entretanto se faz necessário observar que mesmo o município de Solânea sendo originado de Bananeiras ele consegue manter maior influência em sua região.

4.4. O Estado e a reprodução do campesinato: o Assentamento São Francisco III²⁶

De acordo com o que foi visto no primeiro capítulo desta dissertação, vários autores trataram da importância da ação estatal para o fortalecimento e preservação da unidade de produção camponesa frente ao avanço do capitalismo no campo. Nesse sentido, observa-se que o Estado exerce um papel relevante na organização das unidades de produção camponesa de Solânea, seja enquanto transferidor de renda, como visto no item 2 deste capítulo, seja no fornecimento de crédito através do Pronaf, seja ainda na sua ação de regulação da estrutura fundiária, através da criação de Projetos de Assentamento. É nesse contexto que se discute o caso do Projeto de Assentamento São Francisco III.

O assentamento São Francisco III, situado no município de Solânea, originou-se a partir do conflito existente entre os trabalhadores (posseiros, arrendatários) da fazenda Carvalho, situada no município de Bananeiras e o proprietário, Loester Imperiano. Este conflito que durou aproximadamente de vinte anos, marcado por vários tipos de violência por parte do proprietário em relação aos trabalhadores rurais (VAZ, LIMA JUNIOR, CERINO JUNIOR e SILVA, 2009). Este foi o primeiro conflito de terra registrado na Paraíba, na segunda metade do século XX, que começou em 1972 e teve uma retomada, em 1981 (MOREIRA, 1997a).

O problema surge quando a fazenda Carvalho foi dividida em duas, dando origem à fazenda Caulim com uma área de 200,0 hectares e a fazenda Caulim I com uma área de 377,0 hectares. O estopim para o conflito se deu na década de 80, a partir de um aumento do foro, considerado pelos arrendatários como abusivo, se comparado ao que era antes pago pelos mesmos. A justiça concedeu o direito aos arrendatários de pagar 15% do valor cadastral da propriedade, O Sr. Loester Imperiano não satisfeito

²⁶ A análise do Assentamento São Francisco III, tem como base o o artigo *A luta pela terra na Fazenda Carvalho: um exemplo de persistência/resistência camponesa no Brejo paraibano*, publicado no SINGA, 2009. Trata-se de um trabalho realizado pelo autor, conjuntamente com Carlos Friederich Ferreira Lopes Martins Vaz, Guibson da Silva Lima Junior e Nazareno Serafim Cirino Junior.

com o valor, diminuiu o tamanho da área dos foreiros, passou a proibir a utilização da água do açude pertencente à propriedade e iniciou as ameaças aos trabalhadores, como pode ser visto no depoimento abaixo (VAZ, LIMA JUNIOR, CERINO JUNIOR, E SILVA, 2009).

“Um dia nos ia pagar a renda a ele, um cara chamado Paulo, mandado pelo senhor Loester disse : ô seu Zé Luiz venha cá, tá vendo esse pé de parede aqui? Disse: to sim senhor. Olhe, o doutor Loester me disse quando vocês viessem pagar a renda a ele, eu não atirasse só em um não, deixasse fazer fila quando ele chegasse aqui queria ver o estandarte de gente morta” (relato do Sr. José Luiz , um dos fundadores do assentamento São Francisco III, antigo rendeiro da fazenda Carvalho)

Vieira (2011), em sua pesquisa para a dissertação de mestrado, colheu alguns depoimentos referentes aos conflitos por terra ocorridos em Bananeiras. Dentre os depoimentos, destacamos a descrição dos motivos e a violência do conflito. Segundo Vieira (2011), A revolta dos antigos posseiros redundou em um conflito de grande repercussão.

A fazenda Carvalho pertencia a Jurandy Rocha. E daí quando os agricultores já trabalhavam: os bisavôs, os avôs, as pessoas mais antigas daquela família, então aquelas famílias foram surpreendidas uma época quando apareceu repentinamente, o Senhor Loester Imperiano por dono daquela terra. Os agricultores não tinham esse conhecimento, porque a terra era de Bernardino Rocha juntamente com Jurandy Rocha e daí começou uma grande luta. Os agricultores contra Loester porque queriam de toda forma o seu pedacinho de terra porque lá já moravam, não é? Isso vinha dos nossos antepassados e infelizmente a luta foi grande, né? Houve troca de tiros, agricultores feridos muitas lutas na verdade. (depoimento de Ivonete Leandro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras em 27 de novembro de 2009, VIEIRA, 2011, p. 60)

Ainda de acordo com Vieira (2011), à resistência dos trabalhadores, o novo proprietário reagiu, primeiramente, com violência:

Houve conflito e houve morte, cadeia. Morreu um rendeiro, morava na chã de tabuleiro e trabalhava lá. Foi feita uma casa de farinha comunitária, ele era o pedreiro e o proprietário gostava dele, mas ele se uniu com a gente e Loester pediu que ele saísse da terra e ele disse que não saía e não deixava a gente mais. Isso foi numa segunda-feira começou essa questão quando foi no sábado às quatro horas da tarde ele largou do serviço e foi prá casa, quando foi de nove horas da noite mataram ele. ... Tinha um camarada que viu, mas não quis testemunhar (depoimento do Sr. Daniel Quirino da Silva, presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Francisco III em 28 de novembro de 2009, VIEIRA, 2011, p. 60).

A propriedade Caulim I foi desapropriada ainda na década de 90, porém a fazenda Caulim foi impossibilitada de desapropriação por possuir menos de 15 módulos rurais. O que levou aos trabalhadores buscarem outra propriedade para que fossem assentados. Em novembro de 1999 foi realizada uma vistoria na fazenda Poderosa no município de Solânea a qual foi desapropriada, proporcionando às 55 famílias restantes, o título de posse da terra em janeiro de 2000.

O Assentamento São Francisco III tem como característica peculiar a sua formação por se tratar de um assentamento com uma historia de luta de mais de 20 anos e por ser um assentamento que é formado quase que na sua totalidade por famílias de trabalhadores oriundos de uma única propriedade.

No início do Assentamento, os agricultores enfrentaram diversas dificuldades, a primeira dela era as condições de moradia que não existia. As casas eram feitas de palha e havia um grande medo de que as casas pegassem fogo. Hoje, todas as casas são feitas de alvenaria (Figura 11). Outra dificuldade era o preconceito das pessoas que viviam nas proximidades onde foi implantado o assentamento em relação a eles. Mas a maior dificuldade é que eles eram oriundos de uma área muito chuvosa, o brejo de Bananeiras, e passaram a morar em local mais seco, o Agreste e o Curimataú de Solânea.

Figura 11 - Casas feitas de alvenaria no Assentamento São Francisco III



Foto: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2009.

A população do Assentamento tende ao envelhecimento. Dois fatores são principais para que isso aconteça. O primeiro é que os agricultores assentados são na sua maioria pessoas que estão desde o início da luta para conseguir a terra, e como a luta demorou muito tempo aconteceu o envelhecimento dessas pessoas. E o outro é a intensa migração dos jovens do assentamento que é confirmado no depoimento de uma jovem

moradora do assentamento, *“Eu acho que a migração aqui dentro está bastante forte, muitos estão viajando, querendo buscar novos horizontes.”* Mesmo assim ainda existe jovens que querem o futuro do assentamento.

Os assentados buscam trocar experiências, informações e parcerias com diversas entidades como: Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG - PB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea (STR - Solânea), Pólo Sindical e a constante ligação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como resultado dessa busca constante, surgiu um banco de sementes (semente da paixão), criado em 26 de agosto de 2008, juntamente com o STR de Solânea, que também vem incentivando o uso de técnicas agroecológicas de manejo agrícola. O INCRA auxilia na formação de parcerias com o assentamento, parcerias essas que só são formadas após reunião interna dos assentados.

Quando perguntados sobre a atuação do governo Lula nos assentamentos, eles afirmam que “Lula chega ser um pai”, pois o governo dele forneceu condições de desenvolvimento dos assentamentos com o fornecimento de crédito a taxas baixas de juros, se mostrando diferente dos outros governos que apenas criavam os assentamentos e não davam condições para a sua sobrevivência.

Os agricultores estão organizados em uma associação (Figura 12), que se reúne quinzenalmente para debater os problemas da comunidade e também para trazer proposta para o melhor funcionamento desta.

Figura 12. Sede da Associação de Moradores do Assentamento São Francisco III



Foto: Nazareno Serafim Cerino Júnior, 08/03/2009.

O trabalho nas parcelas se dá de forma individual. Em caso de necessidade, no entanto, as outras famílias ajudam com a realização de mutirões.

No trabalho com a terra, os assentados fazem uso de animais de tração, de trator, de máquinas para beneficiamento do milho e feijão. Todos esses equipamentos são alugados. Foi também referenciado o uso comunitário de uma máquina forrageira.

Os lotes foram divididos de forma igualitária, observando-se as características de cada lote. No caso de haver em num lote uma área não agricultável, por exemplo a ocorrência de afloramento rochoso, aumentava-se área deste lote, para que ninguém fosse injustiçado na divisão dos lotes. Além disso, os lotes não são contínuos, já que o Assentamento está localizado em uma área de transição entre o Agreste e o Curimataú. Se os lotes fossem contínuos, isso poderia ser prejudicial para quem ficasse com um lote apenas na região mais seca. A distribuição da terra foi feita, basicamente, da seguinte forma: uma área menor na região mais úmida (cerca de um hectare), e outra maior (entre 10 e 13 hectares), situada no Curimataú. A área total dos lotes varia entre 11 a 14 hectares. No Assentamento há, também, a ocorrência de alguns barreiros, geralmente utilizados pelos animais.

Os lotes são cercados com arame farpado. Nas casas da agrovila todas tem cisterna de placa para captação de água pluvial. A rede de energia elétrica do Assentamento é a mesma de quando a terra foi desapropriada, houve apenas uma ampliação e melhoramento nas instalações com ajuda do INCRA e da prefeitura municipal de Solânea. Também existe telefone público no Assentamento.

O assentamento não possui escola ou grupo escolar. As crianças têm que se descolar até uma escola situada em outra comunidade. Para a conclusão do ensino fundamental e médio, os jovens têm que se deslocar até a sede do município de Solânea, sendo o transporte disponibilizado pela prefeitura. Algumas pessoas fazem a chamada escola normal em Bananeiras e o transporte para o deslocamento também é cedido pela prefeitura de Solânea.

Mesmo com todas essas dificuldades enfrentadas para a instalação do Assentamento, é notado nos agricultores o sentimento de satisfação por estarem em uma terra que eles podem chamar de sua, como pode ser visto nesse depoimento.

Mais antes que eu tivesse vindo pelo menos 10 anos mais pra traz do que o que vim, aqui dá de 10 a 0 lá. Lá mesmo, o que tinha de vantagem era fruta e água. E a fruta, de sobra de ano em ano: manga, banana. (...) a banana quando tava pendurando o mangará o cabra já tava vendendo pra comer. Vendia na folha porque num dava pra

esperar. Num tinha do que viver num tinha nada, não podia criar, lá ninguém criava nada. ... apenas 3 ou 4 tinha um bichinho. (relato do Sr. José Luiz, um dos fundadores do assentamento São Francisco III, antigo reideiro da fazenda Carvalho)

Um fator que os ajudou foi a não ocorrência de um longo período de seca desde a sua instalação. Mesmo assim, eles sabem que têm de se prevenirem contra futuras secas. Outro fator é que os assentados são basicamente uma única família. Segundo os assentados, o solo de suas propriedades é melhor do que a da propriedade em que eles viviam, algo que pode ser confirmado no depoimento a seguir.

É uma terra que dá milho, feijão, mandioca, inhame, batata ... dá o que você plantar, e num é pra dizer que dá pouco não. ... propriedade do brejo eu trabalhava por cima de pau e pedra quando batia muito feijão eu batia 3 saco, 4 saco de feijão. Aqui eu já bati no ano de 2000 eu bati 33 saco de fava, esse ano bati 13 soco de fava, bati 14 sacos de feijão, bati 75 saco de milho, tudo aqui e trabalho sozinho bem dizer. (relato do Sr. José Luiz , um dos fundadores do assentamento São Francisco III, antigo reideiro da fazenda Carvalho)

A história do Assentamento São Francisco III mostra que a luta pela terra por parte dos camponeses e ação estatal foram fundamentais para eles não fossem expulsos da terra. Isto é, houve a preservação de um “espaço camponês”, que de outra forma teria sido completamente integrado à lógica do mercado. A resistência e persistência dos antigos moradores forçou a intervenção do Estado, que resultou em algo mais do que a simples distribuição da terra. A ação fundiária do Estado foi fundamental para a reprodução de “modo de vida” desse grupo de trabalhadores, que embora articulados com o mercado, não estão inteiramente dependentes dele.

Com base no que foi aqui apresentado, constata-se a persistência da agricultura camponesa em Solânea. Mesmo com as dificuldades de convivência com o semiárido e de conflitos com os interesses do capital, o campesinato se faz presente, preservando e construindo uma lógica de produção e de vida onde os interesses do trabalho e da vida se sobrepõem aos interesses do capital, vale dizer à lógica da exploração.

Para a configuração atual do campesinato solanense tem sido fundamental a atuação de agentes externos tais como: STR, AS-PTA, Polo Sindical da Borborema, Igreja, ONGIFA, UFPB. Eles têm desenvolvido ações que contribuem para a melhoria dos padrões de organização e de produção das unidades camponesas municipal. O próximo capítulo abordará as origens e a atuação destes agentes no município de Solânea.

5. Organizações e parceiros por uma transição agroecológica em Solânea.

5. Organizações e parceiros por uma transição agroecológica em Solânea

Como já exposto, o município de Solânea contou, e ainda conta, com organizações e parceiros que acreditam em uma transição agroecológica como saída e/ou alternativa para a convivência com o semiárido, assim como uma nova forma de (re)produção camponesa. A agroecologia, através de sua ideologia e de novas técnicas, busca resgatar, reconstruir e valorizar o saber camponês. Neste capítulo destacamos a atuação da AS-PTA e suas articulações com a ASA, o Polo Sindical da Borborema, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a ONGIFA e a Universidade Federal da Paraíba, campus Bananeiras, no sentido de fortalecer a produção camponesa em Solânea.

5.1. A AS-PTA

Por volta da década de 1980, a AS-PTA iniciou num pequeno projeto, que nasceu dentro da **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**²⁷. Jean Marc Von Der Weid e o Silvio Gomes Almeida²⁸, coordenadores da PTA/FASE, criticavam o padrão do desenvolvimento brasileiro, por se tratar de um modelo de desenvolvimento centrado na agricultura da grande propriedade monocultora. A partir de suas posições críticas, elaboraram um projeto chamado de PTA da FASE, que é o Projeto de Tecnologias Alternativas. Esse projeto passou a apoiar e estimular pequenas ações municipais de desenvolvimento de tecnologias em todo território nacional.

Então esse projeto, ele passou a estimular pequenas ações, locais municipais de desenvolvimento de tecnologias. E foi dele que muitas ONG's hoje, no território nasceram, porque eram na verdade parte da

²⁷ A FASE é a maior e mais antiga ONG brasileira, fundada em 1961. Era uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e equipes espalhadas em diversos estados brasileiros. Tinha forte atuação nas áreas de educação popular e assessoria aos movimentos populares do campo e pela cidade (MELO, 1993 apud LUZZI, 2007, p. 37). (ver histórico da FASE no site <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>)

²⁸ Estes agroeconomistas, Jean Marc Von Der Weid e o Silvio Gomes Almeida tiveram a oportunidade de acompanhar, durante o exílio, a discussão crítica do modelo de desenvolvimento e da busca de tecnologias alternativas que estava ocorrendo na Europa durante a década de 70. Eles voltam ao Brasil com a proposta de criar uma organização para trabalhar com a pequena produção, tendo já o conhecimento de possíveis fontes de financiamento e os relacionamentos pessoais que foram fundamentais no estabelecimento futuro das parcerias e o financiamento de projetos. Com a criação do PTA/FASE eles se tornam os coordenadores. (LUZZI, 2007, p. 37)

PTA. Como por exemplo, o CAATINGA em Ouricuri, era um projeto da PTA da FASE, o SABIÁ que também é de Pernambuco também era ligado a um projeto PTA da FASE, o USPLAR também no Ceará, um projeto PTA da FASE. O CTA Zona da Mata, que é um projeto também lá de Minas, também era um projeto, e por aí vai. Então eram pequenos projetos no Brasil apoiando as tecnologias alternativas para o desenvolvimento. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010)²⁹.

Com o crescimento da PTA/FASE a sua coordenação não conseguia mais coordenar todos os projetos. Em 1989, na sede que se localizava no Rio de Janeiro, na FASE, chegou-se a um entendimento que não havia mais condições de gerir o Programa. Decidiu-se então que cada projeto local viraria uma organização autônoma, e que a partir de então seria criada uma rede de organizações capazes de articular e favorecer a interação entre essas iniciativas de PTA.

Neste momento, o projeto PTA perde vigência e se cria a rede PTA, uma rede de tecnologias alternativas. A partir de então, com a criação da rede PTA, o escritório do Rio de Janeiro perde o papel que tinha exercido originalmente de ser o coordenador do projeto. Em 1990, como resultado desse processo, a AS-PTA é formalmente criada, desvinculando-se da FASE, como relata o atual coordenador da AS-PTA:

(...) esse era outro problema, por que é um programa que cresceu muito, já não cabia mais dentro da FASE enquanto estrutura de gestão. Ela se desvincula da FASE e nasce a AS-PTA. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Na verdade, a rede PTA enquanto rede de articulação de experiências constatou que as experiências cresceram muito, entretanto mais do que as experiências, as entidades perceberam que esse movimento foi para além do trabalho dessas ONGs e muitas outras organizações passaram a assumir para si, bandeiras de luta associadas a uma agricultura de base familiar e da agroecologia. Como esclarece Weid (1997):

A questão colocada era a da possibilidade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço

²⁹ Esta entrevista foi realizada pela equipe do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC) do PPGG e DGEOC/UFPB, como parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento territorial e práticas agrícolas sustentáveis no Brasil, em Portugal e em Cabo Verde”, financiada pelo CNPq e coordenada por professora Emilia Moreira. Nós tivemos a oportunidade de participar dos trabalhos como auxiliar de pesquisa.

comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento de renda, a melhoria da alimentação e da segurança alimentar e das condições de vida em geral, capazes de criar novas esperanças para a população rural (WEID, 1997, p. 8 *apud* LUZZI, 2007, p. 38).

A AS-PTA surge inicialmente com a ideia de ser uma instituição assessora da rede, era a: Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas que é o nome original da AS-PTA. Só que, no decorrer dos primeiros dois anos a própria AS-PTA se viu em uma situação muito difícil, pois, como é que iria assessorar a rede se enquanto instituição, não tinha uma experiência de ação própria?

É nesse momento, mais precisamente a partir do início da década de 1990, que a AS-PTA monta um plano estratégico combinando a constituição de *programas locais*³⁰ de desenvolvimento. Na época tinham sido pensados três programas, um no sul da Bahia, um no Agreste da Paraíba e outro no centro sul do Paraná.

5.1.1. AS-PTA na Paraíba

Na Paraíba, a AS-PTA vem atuando através do programa chamado de “Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano”, foi criado em 1993. Em três municípios (Solânea, Remígio e Lagoa Seca), o trabalho iniciou com a realização de um diagnóstico onde foram levantadas as problemáticas existentes nas unidades produtivas camponesas de base familiar e suas possíveis soluções, contando com a participação ativa dos agricultores. O objetivo era desenvolver experiências de inovação por meio de um melhor manejo dos recursos naturais que pudessem servir de referência para a formulação de propostas de políticas públicas.

As experiências que se destacaram foram os trabalhos com os recursos hídricos e com a armazenagem das sementes. Estas duas experiências foram primordiais para dar mais segurança e estabilidades às famílias camponesas, sobretudo, com o período de estiagem que ocorreu entre 1998 e 1999 (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010).

³⁰ Os programas locais são implementados em parceria com as organizações dos agricultores familiares atuantes nas regiões e são espaços onde, a um só tempo, articulam-se vários objetivos: constituição de redes sociais locais de experimentação e de disseminação de inovações; fortalecimento da capacidade das organizações dos agricultores para a gestão autônoma de projetos próprios de desenvolvimento; geração, aprimoramento e sistematização de conceitos e métodos relacionados com a proposta agroecológica, que serão fonte de referência para a formulação de propostas de políticas públicas (www.aspta.org.br).

Esse fato motivou os sindicatos da região, então associados ao espaço de articulação preexistente – o Polo Sindical da Borborema³¹ –, a mobilizarem suas bases nas comunidades para divulgar as experiências em Agroecologia. Dessa forma, o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas fundamentalmente como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia. (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16)

Sobre o contexto da chegada da AS-PTA na Paraíba, Luciano Silveira descreve que:

O Programa da Paraíba nasce muito de um debate que vinha sendo feito aqui na região com a CUT Brejo, com o departamento rural da CUT, com o Movimento das Mulheres trabalhadoras que vinham atuando a partir da relação com a Diocese de Guarabira fazendo um debate importante, com os sindicatos do Brejo, Solânea e Remígio também sobre a necessidade de renovar a ação sindical. O sindicalismo, nesse momento tinha passado por um período de muita conquista da luta sindical por sindicatos mais autônomos, menos vinculados ao poder local, constituição de uma autonomia, também fazia um debate forte sobre a questão das lutas da reforma agrária, das lutas salariais. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema, assim descreve o momento político da chegada da AS-PTA na Paraíba:

Nós, em Lagoa Seca, tínhamos uma atuação com o PATAC³² e nós também tínhamos um interesse muito grande em fazer com que a agricultura familiar, com que o desafio pudesse encontrar saídas, soluções para a agricultura familiar. E nós, em Lagoa Seca, temos uma história política bastante interessante porque havia uma luta para conseguir tomar a direção do sindicato, três vezes tentando a eleição e se debatia o tema sobre reforma agrária, muito mais assessorado pela CUT, a formação da CUT do PT (...) Então fruto do êxodo das décadas de 70, 80 até meados de 90 vai se dando também pela crise que a agricultura enfrentava, o problema do enfraquecimento do solo, do desaparecimento das culturas de renda e os agricultores queriam vender suas terras para irem morar nas cidades. E também, por outro lado, estimulado por políticas como o overnight da caderneta de poupança no tempo do governo Collor. Então nós vamos sendo alimentados por Remigio, Solânea e começa a conhecer a AS-PTA através desse diagnóstico e se junta as dinâmicas dos três municípios, fazendo os estudos, os mapas, estudando a realidade da agricultura e começando a experimentar experiências. (depoimento do agricultor

³¹ Em 1994, sete STRs da região da Borborema se organizaram para reivindicar da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) uma comercialização mais justa e em torno à luta previdenciária (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16).

³² Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades (ONG que atua na Paraíba)

Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010 na sede da AS-PTA).

Verifica-se, portanto a necessidade que os sindicatos, já naquele momento sentiam, de ampliar a capacidade dos mesmos fortalecerem sua capacidade de intervenção na luta local. É a partir desse debate que é montado o escritório da AS-PTA em Solânea.

O projeto da AS-PTA na Paraíba tem como objetivo o fortalecimento das capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas das organizações rurais “para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia”³³. A AS-PTA estava, também, empenhada em fomentar relações de intercâmbio com outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões do estado da Paraíba e do semiárido brasileiro, através da ASA e do Polo Sindical da Borborema. O Polo Sindical da Borborema, também chamado apenas de Polo, é uma organização que atualmente conta com 17 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), uma associação regional de agricultores agroecológicos, aproximadamente, 150 associações comunitárias entre outros. Petersen e Silveira (2007) afirmam que “o Polo vem sendo capaz de articular às ações de inovação, promovidas de forma descentralizada por famílias e grupos comunitários, em um processo sociopolítico de âmbito regional, que se consolida em defesa da agricultura familiar e da agroecologia” (p. 105).

Com base nesses princípios, destacamos dois elementos fundantes da ação da AS-PTA: a agricultura de base familiar e a agroecologia.

Segundo Wanderley (2004, p. 45-48) o caráter familiar da agricultura

Se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar (...). Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês, na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2004, p. 45-48).

³³ Disponível em: <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/> : Acesso em janeiro de 2009

No que se refere ao significado de agroecologia Altieri (1989) afirma que:

[A agroecologia] É definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira. A tendência Agroecologia encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solo e animais (ALTIERI, 1989, p.18).

Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota como unidade de análise o *agroecossistema*³⁴, tendo por finalidade proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para corroborar com o processo de transição do modelo de agricultura convencional para formas de agriculturas mais sustentáveis. Dessa forma,

(...) mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000, 81). Por outro lado, como nos ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12).

Entendemos a transição agroecológica como descrevem Caporal e Costabeber (2004):

Entende-se por transição agroecológica “**um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas,** que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de

³⁴ De acordo com Altieri (1989), o agroecossistema é uma unidade fundamental de estudo, no qual “os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 11).

agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12. Grifos nossos).

A compreensão de que a transição agroecológica é um processo gradual e multilinear de mudança ao longo do tempo, se torna relevante, principalmente para entender que a agroecologia não é um sistema pronto e acabado, mas uma forma racional de produzir que é reconstruída tendo em vista necessidades das especificidades locais.

Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, **a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais** (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12. Grifos nossos).

Há, portanto, na transição agroecológica, a substituição do uso dos elementos da agricultura modernizante³⁵ para uma agricultura cuja tecnologia tem como princípio o manejo ecológico. Contudo essa mudança não se dá apenas na forma das técnicas, mas nas relações sociais e ambientais. Veremos nos itens seguintes as diretrizes da atuação dos agentes agroecológicos em Solânea. .

5.1.2. Plano de trabalho da AS-PTA e parceiros

A AS-PTA instiga as estratégias orientadas no potencial do conhecimento “tradicional” do agricultor familiar camponês aliado ao conhecimento científico para que haja o melhor aproveitamento do manejo dos recursos naturais, possibilitando uma agricultura tida como alternativa para a (re)produção da estrutura social agrária com base na unidade familiar.

A AS-PTA tem como prática a realização de diagnósticos participativos sobre diferentes temas relacionados à estrutura e ao funcionamento dos agroecossistemas por ela assistidos, estimulando e valorizando o protagonismo dos agricultores locais dando notoriedade às inovações criadas. Mas a inovação passa pela experimentação-aceitação-adequação para então se fazer um novo diagnóstico.

³⁵ Leia-se: Agricultura moderna, Agroindústria, Agronegócio e/ou agrobusiness.

Um dos primeiros passos foi fazer um diagnóstico com os agricultores das diversas regiões do Agreste paraibano. Para que, a partir dos diagnósticos, fossem traçados os planos de ação para as regiões. Estes diagnósticos ocorreram entre 1993 e 2008, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Diagnósticos realizados no Polo Sindical da Borborema

ANO	DIAGNÓSTICO
1993	Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema (DRPA) ³⁶ em Solânea e Remígio
1994	Diagnóstico Ambiental
1995	Diagnóstico Rural Participativo (DRP ³⁷) – Criação animal
1996	Diagnóstico Rural Participativo – diversidade de feijões Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema em Lagoa Seca
1997	Diagnóstico Rural Participativo – Gestão da Fertilidade
1998	Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
1999	Diagnóstico Rural Participativo – Circuitos Comerciais Diagnóstico Rural Participativo – Recursos Hídricos Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
2002	Diagnóstico Rural Participativo – Frutas Nativas Diagnóstico Rural Participativo – Uso da agroecologia em Lagoa Seca Diagnóstico Rural Participativo – Empoderamento dos mais pobres
2003	Diagnóstico Rural Participativo – Criação de Aves
2004	Diagnóstico Rural Participativo – Mercados e Feiras Livres Diagnóstico Rural Participativo – Ambiental do Polo da Borborema Diagnóstico Rural Participativo – Políticas Públicas
2005	Diagnóstico Rápido Participativo – Ambiental do Polo da Borborema
2007	Estudos de monitoramento econômico
2008	Estudo sobre a desigualdade de gênero

Fonte: (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010).

Estes diagnósticos tratavam-se, “entre outras razões, de analisar o papel dos agricultores, das suas organizações e das instituições técnicas, como produtores e vetores de inovação” (SABOURIN, 2001, p. 40), através do resgate histórico da produção, das inovações, das experiências exitosas, entre outras coisas. Em 2010, o Polo apresentou um mapa descritivo em que resume e subdivide as regiões dentro dos municípios traçando e descrevendo suas características peculiares. Por exemplo, há

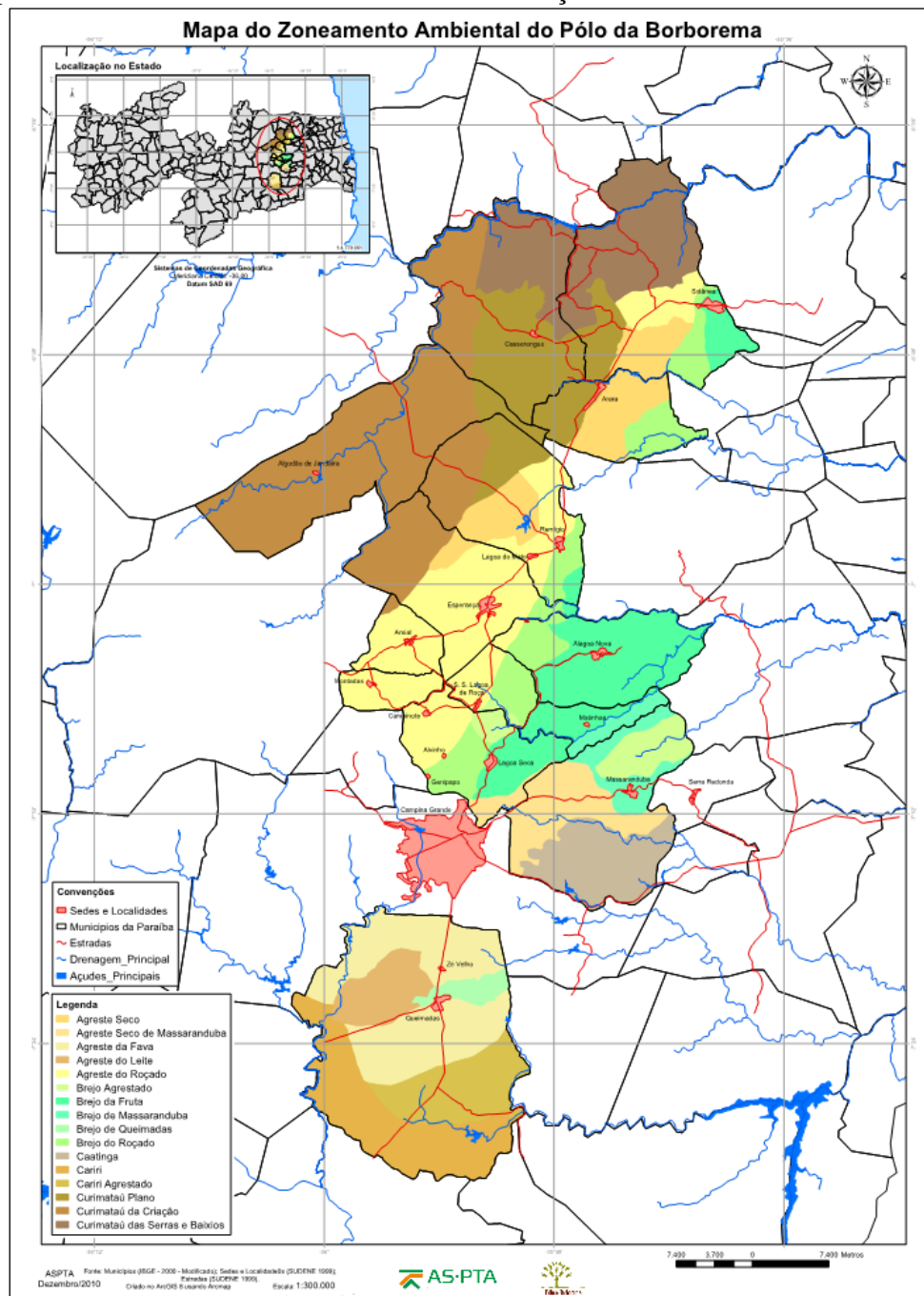
³⁶ DRPA – Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas é uma metodologia adaptada pela AS-PTA a partir de alguns referenciais metodológicos oriundos das escolas francesa e inglesa de desenvolvimento agrícola. Tem por objetivo descrever e analisar o funcionamento do conjunto de agroecossistemas de uma dada região. São dois os seus produtos: A análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistemas presente; e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro produto fornece subsídios para formulação de estratégias técnicas de conversão ecológica dos agroecossistemas. O segundo estimula os atores locais a assumirem um papel protagonismo nas ações voltadas para o desenvolvimento e difusão de inovações agroecológicas (PETERSEN, SILVEIRA E ALMEIDA, 2002, P.30).

³⁷ Ver www.territoriosdacidadania.gov.br/o/890598

cinco tipos de agrestes, cinco tipos de brejo, dois cariris, três curimataús e uma outra região denominada de caatinga.

No mapa 5, verificamos o zoneamento ambiental da área de atuação do Polo Sindical da Paraíba, juntamente com a AS-PTA.

Mapa 5 – Zoneamento Ambiental da área de atuação do Polo Sindical da Borborema



Fonte: AS-PTA / Polo Sindical da Borborema, 2010

O Seu Nelson Pereira descreve o processo a partir da experiência de realização de um diagnóstico por ele vivenciada como está posto abaixo:

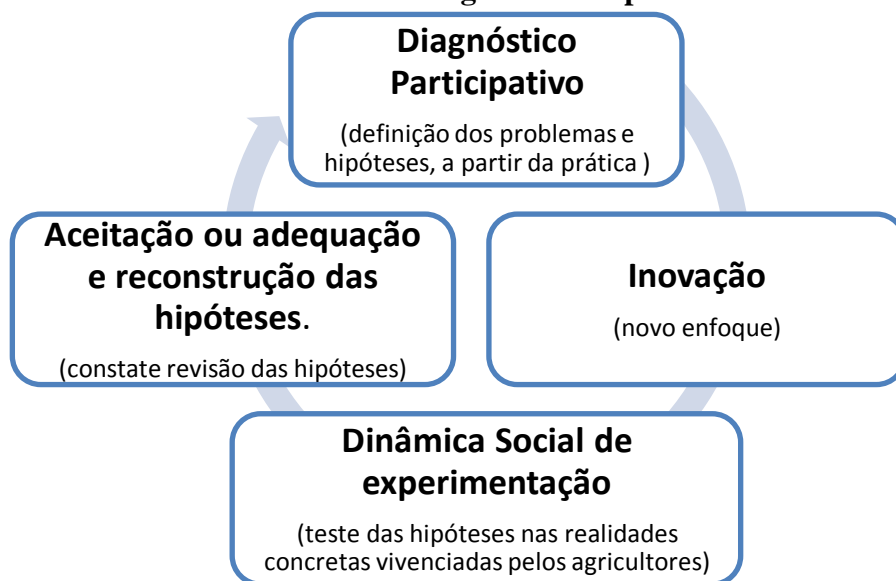
A gente se preparou, montou uma equipe de agricultores, de dirigentes sindicais e mais o apoio técnico da assessoria e fizemos toda uma travessia, rodamos parte do município de Solânea, em todos os municípios a gente deu uma travessia olhando e ajustando e fazendo uma leitura coletiva da região. (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Abordando a mesma experiência Luciano Silveira ressalta:

Uma coisa importante nesse momento foram as caravanas de quatro, cinco, seis carros, de quarenta, cinquenta pessoas rodando. Então todo mundo que era do Curimataú, passeava pelo Curimataú, fazia a travessia e se discutia com esse grupo as características climáticas da topografia, do relevo, do solo, das características da vegetação natural e dos sistemas da agricultura da região. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O gráfico 15 esquematiza essa metodologia, que visa, ainda, a construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores. Onde se institui uma dinâmica social de experimentação, de inovação. Nessas redes, os agricultores passam a produzir coletivamente uma leitura compartilhada sobre a sua problemática, sobre a sua realidade, e ao mesmo tempo identificam oportunidades, possibilidades de inovação começando a produzir uma dinâmica de experimentação, de inovações, ganhando identidade, se fortalecendo, ganhando força e vão ganhando visibilidade e aceitação entre os próprios agricultores.

Gráfico 15 – Metodologia adotada pela AS-PTA



Fonte: CARVALHO (2008), com base nas informações contidas em PETERSEN e SILVEIRA (2007). Adaptado por SILVA, P. M. S.

Paulo Silveira descreve esse processo do Diagnóstico Rural Participativo³⁸ evidenciando o que Guzmán (1997) denomina de manejo ecológico de recursos naturais, associado à ação social coletiva de forma participativa, centrado na dimensão local, a partir de um potencial endógeno, que, aliando o conhecimento camponês com o científico, permite a adoção de sistemas de agricultura alternativa, essencial para a agroecologia. Luciano Silveira, por sua vez, chama a atenção para esses estudos diagnósticos sobre a realidade da agricultura familiar camponesa destacando no caso particular dos estudos feitos no Agreste,

Dois aspectos importantes que são necessários reportar. Primeiro são os esforços coletivos de leitura sobre a realidade pelas próprias famílias agricultoras. Então são eventos mobilizadores de conjunto importante de agricultores e agricultoras nos municípios que passam a procurar entender como é que essa agricultura se manifesta nos municípios, qual a diversidade da agricultura familiar inclusive na construção dos ambientes, visto que é uma região de diversidade ambiental grande, e a partir dessa leitura da realidade, leitura da sua problemática é que se identificam os pontos de estrangulamento, dificuldades e desafios que essa agricultura está vivendo. E ao mesmo tempo é nesse esforço também que se identificam experiências inovadoras, não só experiências inovadoras que vem de fora da região, mas também de experiências inovadoras que são presentes na própria agricultura familiar local, mas que não ganharam visibilidade. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Outro mecanismo de difusão das experimentações da AS-PTA são os boletins e vídeos de experiências que servem de instrumentos para favorecer a interação. Para melhor disseminação do conhecimento e organização, a AS-PTA na Paraíba, em parceria com o Polo Sindical da Borborema, está estruturada em diferentes áreas temáticas. São esses os temas mobilizadores, que são planejados, articulados, através de comissões temáticas. Então é a partir dessas comissões que o processo de inovação é desencadeado no conjunto dos municípios, a saber: recursos hídricos, sementes, Saúde e alimentação, criação animal, cultivos ecológicos e comercialização. A seguir é feita uma apresentação de cada uma dessas comissões, incorporando algumas ações desenvolvidas e a apreciação dos camponeses sobre as mesmas.

³⁸ Ver www.territoriosdacidadania.gov.br/o/890598

a) Comissão de Recursos Hídricos

A água tornou-se uma questão geoestratégica, política e tema de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no Planeta. A gestão de recursos hídricos pode ser definida como o conjunto de ações destinadas a regular o uso, o controle e a proteção dos recursos hídricos, em conformidade com a legislação e normas pertinentes (BRITO, 2008). Haja vista, a especificidade edafoclimática do Agreste Paraibano a AS-PTA em conjunto com a ASA-Brasil tem trabalhado com dois programas: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)³⁹ e o Programa Uma terra e Duas Águas (P1+2)⁴⁰. Ou seja, o P1MC e o P1 + 2. Esses programas articulam o conjunto de ações no semiárido. Segundo Luciano Silveira, há cerca de 500 a 600 mil cisternas construídas no semiárido. As principais formas de captação e armazenamento da água são: Cisterna de placa, Cisterna Calçadão⁴¹, Barragem subterrânea, Barreiro, Tanque de pedra e entre outras.

Sobre a cisterna um agricultor comenta:

A cisterna é uma grande importância, por que antes não existia cisterna. Mas através dos governantes que viram a situação do povo do campo, onde a água era conduzida de 8 ou 10 km, em bode, em animal. A cisterna tanto veio para contribuir para o homem do campo deixar aquele trabalho de acordar de madrugada e sair a procura de água, até de má qualidade. E hoje você tem uma cisterna, você começa no seu roçado mais cedo, já diminui o tempo (2 ou 4 horas que você ia gastar para buscar a água) E a cisterna você está usando água de qualidade. (Depoimento do agricultor Luiz Souza. Trabalho de campo, 2013).

As cisternas encurtaram a distância entre o agricultor e a água, bem como diminuiu a quantidade de trabalho, além de melhorar a qualidade da água. Para o agricultor Francisco de Assis:

³⁹ O P1MC é um processo de formação, educação e mobilização de pessoas e instituições, que vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o semi-árido, através do fortalecimento da sociedade civil e da construção de cisternas. (Disponível em <http://www.igarn.rn.gov.br/conteudo/principal/EncontroSemiario/2ProgramasNacionais/Joseilton%20-%20ASA%20-%20P1MC.ppt> acessado em 12/12/2010).

⁴⁰ O P1+2 - Programa uma Terra e duas Águas é um programa de formação e mobilização social para convivência com o Semi-Árido brasileiro, à semelhança do P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas. Como objetivo estratégico, o P1+2 visa garantir acesso e manejo sustentável da terra e da água, promovendo a segurança alimentar (produção animal e vegetal) por meio da construção de processos participativos da população rural.

(Disponível em: http://www.ieham.org/html/docs/Programa_1_Terra_2_%C1guas.pdf Acessado em 12/12/2010)

⁴¹ Segundo o agricultor Nelson Ferreira a Cisterna Calçadão pode armazenar 52 mil litros de água

A cisterna foi um benefício muito grande, melhorou muito a região. Aí maneirou muito a situação da água. O povo antes da cisterna se deslocava carregando água em animal, de Saco dos Campos (Sitio de Solânea). Só era onde tinha água favorável, em Saco dos Campos. O povo se deslocava de madrugada carregando água. Depois que chegou a cisterna não houve mais esse sacrifício. (Depoimento do agricultor de Solânea Francisco de Assis, ao documentário Caminho das águas, 2009)

Ele complementa seu depoimento com os seguintes versos:

*Quem tem cisterna de placa, tem uma tranquilidade.
Mesmo a água de beber, em casa tem a vontade.
Embora que para o gado seja de outra localidade.*

*Quando Jesus manda chuva que cai água no telhado.
Desce toda pra cisterna, que pra isso é encanado.
Num vai cair pelo chão que é pra num ser esparramado.*

Dona Eliete, esposa do agricultor Luiz Souza, assemelha o trabalho da construção das cisternas, barragens e barreiros, com a atuação das formigas. Ela afirma que *“gostaria no período da seca todo mundo trabalhasse igual à formiga; trabalhando pra quando for no inverno ter onde juntar água.”*

Sobre a barragem subterrânea, Dona Maria do Carmo, esposa de Zé de Pedro, do Curimataú de Solânea, descreve que *“depois que a barragem foi feita a água não vai embora, ela fica. E agora a gente aproveita bastante. Melhorou muito a vida da gente, por que a gente não compra verdura, né. A gente colhe aqui na barragem subterrânea.”*

b) Comissão de Sementes

Esta comissão mobiliza-se, sobretudo, com relação à formação e gestão dos Bancos de Sementes, que são bancos onde as sementes nativas são catalogadas, guardadas, assim como compartilhadas. O banco de sementes tem sido uma resistência às transformações genéticas promovida pelos órgãos técnicos como a EMBRAPA. Sobre a comissão de Sementes do agricultor Joaquim Santana relata:

Hoje são 85 bancos de sementes, nesses municípios que é composto pelo Pólo, e temos uma base de 3.500 famílias. Há quase 4 mil famílias que fazem parte dos Bancos de Sementes Comunitários. Todos os bancos têm a sua autonomia para fazer seu trabalho, mas, nós temos princípios que são chamados gerais: 1º é a questão de não usar veneno no armazenamento; sendo tudo armazenado de maneira natural. E a questão também o resgate das sementes e a valorização dos agricultores e agricultoras que são realmente os guardiões de

sementes (depoimento do agricultor Joaquim Santana. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

c) Comissão de Saúde e Alimentação

A comissão de saúde e alimentação acaba trazendo consigo o debate referente ao gênero. Esta comissão insere a importância e o papel da mulher na agricultura. Há o cuidado com o “ao redor de casa”⁴². É um trabalho onde se tem produzido, resgatado e circulado muitas informações e mudas de plantas medicinais. São as mulheres que planejam e trabalham neste espaço, desenvolvendo suas próprias habilidades para a agricultura. Elas têm construído pequenas cercas no arredor de casa para instalação de hortas de verduras e plantas medicinais e para criação de aves; estão fazendo doces e geleias das frutas nativas e das adaptadas e fazem cursos de beneficiamento de frutas. Têm produzido a multimistura (uma farinha com produtos locais para complemento alimentar).

O trabalho de valorização do papel da mulher no campesinato mostra-se relevante para a reprodução camponesa. Podemos verificar tal valorização, também a partir da atuação do Polo, da ASA-PB, da AS-PTA, dos sindicatos e parceiros nas mobilizações em torno, principalmente, de ações como a Marcha “*Pela vida das mulheres e da agroecologia*”, que reuni, na cidade escolhida, camponeses de todo o Polo Sindical da Borborema.

A marcha das mulheres surge para abordar a relevância da mulher na unidade camponesa e ampliar o debate da agroecologia, além da lutar contra o preconceito e da violência sofrida pelas mulheres.

Em 2010, a primeira marcha foi realizada em Remígio, em 2011, em Queimadas, em 2012, Esperança e em 2013, em Solânea. Reuniu as famílias do Polo Sindical da Borborema, além de movimentos sociais como MST, CEPFS (Centro de Educação Popular e Formação Sindical), dentre outros. Foi lembrada a luta sindical feminina, em vários momentos foi feita a referência a Margarida Maria Alves⁴³ (ver figura 13), primeira mulher presidente de sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, assassinada em 1983. Três meses antes de sua morte, ela havia feito a seguinte declaração:

⁴² O arredor de casa ou quintal é onde se criam os pequenos animais como galinhas, perus, porco, coelho e outros; é onde se estabelecem diferentes fruteiras como acerola, goiaba, manga, cajá, caju e outras, disponibilizando frutas para o consumo da família e para beneficiamento e venda, inclusive nas regiões mais secas. É no quintal que estão às verduras como coentro, couve, quiabo e outras que enriquecem a dieta das famílias com vitaminas e ainda é o local onde são cultivadas as plantas medicinais.

⁴³ <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>

“Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles”⁴⁴

Outra frase cunhada por Margarida Maria Alves, que virou “grito de ordem” durante toda a marcha, foi: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

Fig. 13. Pintura-retrato de Margarida Maria Alves



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva

Além da referência a Margarida Alves, também foi lembrado o assassinato da Irmã Dorothy Stang (ver figura 14), missionária dedicada à luta dos camponeses na Amazônia.

Fig. 14. Pintura-retrato da Irmã Dorothy Stang



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva

⁴⁴ Idem 13.

Durante as marchas, além das “místicas” (Figura 15), há apresentação de teatro (Figura 16) e de repentistas (Figura 17), abordando o tema da referida marcha. Durante o evento é, também, realizada uma feira agroecológica (Figura 18).

Fig. 15 – Mistica sobre a luta das mulheres



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2012

Fig. 16– Peça “Zefinha vai casar”



Fotografia: AS-PTA, 2013

Fig. 17 - Repentista versando sobre as mulheres



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2010

Fig. 18 - Feira Agroecológica durante a Marcha



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2010

A ultima marcha aconteceu em Solânea (Figuras 19, 20, 21 e 22) e, segundo a organização, reuniu mais de 3 mil mulheres, do Polo Sindical da Borborema, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), do Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade. Foi apresentada a peça “Zefinha vai casar”, abordando a relação patriarcal e a sindicalização da mulher. Outro momento importante foi a apresentação de relatos e depoimentos sobre a luta de algumas mulheres. Em seguida, houve uma caminhada pela cidade.

Estas marchas são o símbolo da luta não só pela valorização da figura feminina, mas de todo o papel da mulher dentro da estrutura da sociedade, em especial, da estrutura camponesa.

Fig. 19 – Cantando música oficial da marcha



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Fig. 20 – Depoimentos contra violência



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Fig. 21 – Saída da Marcha



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Fig. 22 – Amostra de projetos



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

A marcha lançou uma carta política⁴⁵, expressando suas reivindicações. Da carta política da marcha, destacamos:

Com base nos aprendizados que estamos construindo em nossa trajetória de luta e de construção da agroecologia no território, apresentamos a seguinte pauta de reivindicações: 1. Pelo reconhecimento e pela valorização do papel histórico das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à promoção da agricultura; 2. Pelo reconhecimento e fortalecimento das formas de auto-organização das mulheres, como os fundos rotativos solidários, os grupos de beneficiamento e comercialização; 3. Pela garantia da participação das mulheres no debate sobre as políticas públicas para agricultura, saúde e educação. 4. Pela criação de fóruns para debate sobre as políticas públicas voltadas para a mulher, a exemplo do Pronaf Mulher, e pela implementação de propostas de aprimoramento para sua efetiva execução e o empoderamento das mulheres; 5. Pela criação de instituições e espaços de defesa e de atendimentos à mulher em situação de violência para a efetivação da aplicação da Lei Maria da Penha nos municípios e no Território da Borborema; 6. Pela capacitação permanente dos agentes dos serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação

⁴⁵ <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-Pol%C3%ADtica-da-IV-Marcha-08-03-2013.pdf>

de violência, garantindo atendimento humano e qualificado; 7. Cobramos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema a realização de um encontro com os diferentes gestores públicos do território, momento no qual possamos apresentar nosso trabalho e luta e, ao mesmo tempo, fazer um balanço crítico sobre a equidade com que as políticas das diversas esferas e pastas são implementadas na região.

Ressaltamos, portanto, o caráter político e transformador da marcha que ao longo dos anos têm mobilizado cada vez mais pessoas, ganhando notoriedade e buscando dá notoriedade e mudanças claras nas políticas públicas para a melhoria da vida da mulher e da agroecologia.

d) Comissão de Criação Animal

Essa comissão estimula a silagem⁴⁶, como meio de manter a criação animal alimentada de forma natural, sadia e utilizando-se da própria produção e através de máquinas forrageiras produzem a forragem para a alimentação dos animais. Sobre a criação animal, o agricultor Nelson Ferreira relata:

Então, assim, a questão da criação tem um papel importante na agricultura familiar e é interessante falar de quando a gente falou em Banco de Sementes que é estocar sementes, em outras palavras, é guardar sementes. A gente falou da água que é estocar água que é o caso das cisternas, da barragem, do tanque, da barragem subterrânea, então são formas de garantir reservas estratégicas. Então, na criação animal o trabalho que é feito é a questão de fazer os silos para guardar da ração do gado, porque tem ano que a criação passa fome mesmo. 'E, exatamente, quando vem uma seca, as forragens desaparecem, os gados comem logo, aí quando esgota todo esse tipo de alimentação temos que segurar um rebanho e, principalmente na região como a nossa. (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Pólo Sindical da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Seu Joaquim Santana complementa:

Uma das coisas mais fortes para a convivência com semiárido é estocar. Seja água, forragem, alimento. (depoimento do agricultor Joaquim Santana. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Seu Nelson Ferreira conclui:

Ou seja, a segurança alimentar tem que ser tanto para os humanos como para os animais, em geral. Como você faz uma agricultura sustentável? Sustentável é aquele que pode sobreviver sem passar

⁴⁶ É chamada silagem a conservação da forragem verde, succulenta por meio de um processo de fermentação anaeróbica. As silagens são guardadas em silos. Chama-se ensilagem o processo de cortar a forragem, colocá-la no silo, compactá-la e protegê-la com a vedação do silo para que haja a fermentação. (EMBRAPA, 1995).

muito aperto. O conceito vai ser de enfrentar o tempo mais ruim com estratégia de estocar. (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O agricultor Luiz Souza descreve como atua a comissão:

Quando seus animais estão doentes a gente reivindica um veterinário pra fazer exame nos seus animais, para saber que doença está aparecendo em sua região e passar aquele medicamento adequado para seus animais. E também a gente incentiva a fazer a preservação da mata nativa e fazer o reflorestamento em sua propriedade, que é a sustentação para o próprio meio ambiente. (Depoimento do Agricultor Luiz Souza. Trabalho de campo, 2013).

O papel da comissão Criação animal é relevante, pois a partir dela são valorizados os recursos da propriedade, a produção de alimentos, produção de esterco e, principalmente, a criação animal é instrumento de acumulação em forma de poupança.

Nós desenvolve esse trabalho a partir da galinha. Começa o trabalho com a galinha e passa para a cabra, a ovelha, pro boi, pro cavalo, até o próprio jumento. Então, isso tudo é uma fonte de renda para o agricultor. É a poupança do agricultor (Depoimento do Agricultor Luiz Souza. Documentário Criação Animal, 2009).

A agricultora Maria da Luz ressalta a importância da criação animal ao relatar que:

A importância da criação é porque tem a carne. Criando o cabrito, o burrico, a galinha, numa quantidade que dê para se alimentar, não vai ter que comprar carne. Já é uma economia que vai substituir a carne da feira. (Depoimento da Agricultora Maria da Luz. Documentário Criação Animal, 2009)

A produção animal tem um papel importante na organização das unidades de produção camponesa, pois os rebanhos são bastante integrados aos sistemas agrícolas. Há, assim, uma relação muito forte entre o sistema de produção agrícola e o pecuário: a área de produção agrícola no verão é uma área de pastagem; por sua vez ao pastar nessa área, o esterco do rebanho aduba o solo. Essa interação entre pecuária e agricultura, cumpre uma função importante no funcionamento ecológico do sistema econômico. Além disso, o criatório representa uma poupança para a unidade camponesa, de modo que a venda dos animais é um socorro importante nos momentos de necessidade da família. Assim sendo, por menor que seja o rebanho ele cumpre sempre um papel estratégico na lógica da produção familiar.

e) Comissão de Cultivos Ecológicos

Essa comissão tem por objetivo, trabalhar, incentivar e disseminar formas de cultivos ecológicos, tanto na produção vegetal quanto animal, combatendo pragas e doenças através da utilização de “fertilizantes” e defensivos naturais. Além da difusão de técnicas para produção de fertilizantes e defensivos naturais, os trabalhos dessa comissão são voltados, também, para a discussão de encaminhamentos quando da ocorrência de pragas. Exemplo desse último tipo de ação é o seminário realizado nos dias 17 e 18 de junho, sobre a Incidência da Mosca Negra dos Citros e o Manejo Ecológico da Fruticultura no Brejo do Território da Borborema o agricultor. Nesse seminário, Nelson Ferreira afirmou:

O grande objetivo é construir um debate entre essas organizações e traçar um caminho que valorize a região e suas estratégias no que diz respeito ao manejo da fruticultura e suas formas de convivência com as pragas e doenças (Depoimento no site: <http://www.aspta.org.br>)

f) Comissão de Comercialização

Nos últimos anos, o tema da comercialização entrou na pauta dos debates e estratégias definidas pela AS-PTA, a partir da experimentação agroecológica. Segundo Freire e Almeida (2005), essas iniciativas de estímulo à estruturação de novas relações de mercado, ao mesmo tempo em que expressam uma postura inovadora e propositiva das organizações, trazem novas questões à pauta do debate sobre a organização dos mercados locais e regionais e suas interações com a formulação de estratégias e propostas de políticas para a sustentabilidade da agricultura de base familiar. Referindo-se à comercialização da produção agroecológica dos agricultores familiares camponeses através das chamadas feiras de pequenos produtores ou feiras agroecológicas de pequenos produtores ou de agricultores familiares da região, Freire e Almeida (2005) afirmam o seguinte:

A feira foi apreendida para além de plataforma de relações econômicas, as feiras foram consideradas também como centros de sociabilidade, de troca de conhecimentos e informações, de afirmação de uma cultura produtiva e de consumo, que constituem igualmente elementos integrantes das estratégias de reprodução econômica e social da agricultura familiar na região. (p. 25)

As comissões têm como apoio boletins informativos (veja anexo 1,2 e 3), já citados, para divulgação de suas propostas, experiências e as atividades realizadas pelas comissões. São estratégias que têm permitido que os agricultores se recolorem no

cenário como atores na produção e disseminação de conhecimento. Eles se reconhecem como portadores de um conhecimento, de uma sabedoria e de uma capacidade de criar e produzir conhecimento e disseminá-lo. O conceito de agricultor experimentador vai se disseminando nas redes.

Além dos boletins, em 2009, foram produzidos vídeos centrados nos agricultores sobre suas experiências. Esses vídeos são instrumentos utilizados pelos sindicatos e demais organizações para fomentar o debate nas comunidades. Cada um desses vídeos divulga o trabalho de cada uma das comissões aqui apresentadas. Percebemos, também, a valorização da cultura popular a partir da literatura de cordéis, produzido pelos próprios agricultores, como instrumento pedagógico.

No tocante às contribuições recíprocas entre o meio científico e acadêmico, a AS-PTA participa de uma rede de revistas LEISA, chamada de “Agriculturas”. É um projeto global, com sede na Holanda. Essa rede vem há 25 anos, estimulando a sistematização das experiências a partir de temas para construir um novo ponto de vista sobre a agricultura. É um projeto que começou na Holanda e é reproduzido em diversas línguas para facilitar a comunicação. É uma revista trimestral, temática, onde é estimulada a sistematização das experiências. Uma das publicações que mostra a perspectiva da AS-PTA é o livro *“Agricultura Camponesa na Construção do Futuro”*. Nele é feito um debate sobre o campo de produção do conhecimento, a partir de questionamentos tais como: como se constrói o conhecimento em agroecologia? Qual é o papel dos agricultores? Qual é o papel das assessorias? Qual é o papel da academia? Qual é o papel da pesquisa? Da extensão?

Ou seja, a AS-PTA e seus parceiros têm tentado construir um diálogo com as partes interessadas no desenvolvimento do campesinato e da agroecologia, sejam agricultores ou pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento. Todavia, ressaltamos a palavra/atitude norteadora para o êxito das ações e comissões aqui elencadas: PARCERIA.

5.2. Parceiros e agentes da transição agroecológica: estratégias e atuação

Com o intuito de dar mais qualidade de vida ao homem do campo e da cidade surge, em 1995, a Catequese Familiar cujos trabalhos feitos posteriormente deram suporte para a criação da ONGIFA. As atividades da Catequese Familiar consistiam em estudos da bíblia com leituras, reflexões e contextualização bíblica para o dia a dia. Em

1997, a partir de uma avaliação, os catequistas resolveram continuar com o trabalho, porém de maneira mais efetiva. Para tanto, elencaram as principais dificuldades e necessidades das famílias, dentre os quais Medeiros (2012) destaca: “Alguns pais não se preocupavam com a educação cristã dos filhos; Havia conflitos de gerações, entre pais e filhos; Foi encontrado um grande número de crianças desnutridas; Doenças provocadas por motivos diversos; Dependência das Farmácias”. Com a avaliação, dois trabalhos ganham destaque, as plantas medicinais e a multimistura.

Começou a trabalhar na catequese com os pais, o trabalho começou em 1995, trabalhando com a catequese de adultos até 1997 e quando foi no final a gente foi fazer uma avaliação para ver o que o pessoal achava, né. Daquela experiência que a gente tava trabalhando, o tema era: **Deus pai, criador**. Você vê Deus em tudo, no trabalho, na natureza, no ser humano... Era focalizado com a leitura da bíblia e a reflexão diante da realidade. Quando foi em 1997, eu chamei para a gente fazer uma avaliação desse trabalho. Eles disseram: *"Foi bom demais, a gente devia continuar, num vamos parar"* Eu disse: *"se for pra continuar, então temos que buscar uma forma diferente. Trabalhar algo que seja concreto, a gente estudou os textos e agora vamos pôr em prática"*. Aí na hora de por em prática eu fiquei perguntando *"o que é que eu vou propor?"* Então Paula da AS-PTA trouxe uma experiência lá do Paraná, que os médicos lá orientavam os chás. Ensinando a como valorizar as plantas medicinais. Começamos por aí, com as plantas medicinais e depois com a multimistura. Foram nossos primeiros passos. (depoimento de Maria do Socorro, Presidente da ONGIFA em entrevista no dia 11/06/2012).

Foi necessário conhecer as propriedades das plantas medicinais e a maneira correta de utilizá-las, para tanto, foram feitos intercâmbios com outros municípios para debater o tema e aprofundar os conhecimentos. Com esse estudo levantou-se outro questionamento: *"Como cultivar as plantas medicinais numa região semiárida?"* Logo se viu a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos hídricos com armazenamento de água, dando início ao trabalho de construção de cisternas, barreiros, dentre outros trabalhos que abordaremos posteriormente.

A multimistura surge para agir como complemento alimentar. Haja vista os diagnósticos de desnutrição feitos pela Catequese passaram a existir os grupos voluntários para trabalhar com a multimistura no acompanhamento das crianças desnutridas. A multimistura não é apenas usada por crianças, mas é um complemento alimentar que foi procurado e recomendado por educadores físicos de academias da cidade. A multimistura contém farelo de trigo, fubá de milho, amendoim, gergelim, semente de jerimum, dentre outros.

O trabalho com a multimistura teve início a partir de uma visita a uma família no sítio Poderosa onde se constatou um caso de desnutrição em estado avançado. Com isto surgiu a necessidade de se produzir um complemento alimentar visando recompor as energias e combater a desnutrição, não só na comunidade, acima citada, mas em algumas outras. Foram criados grupos em algumas comunidades com o objetivo de formarem mutirão de combate à desnutrição. (Medeiros, 2012, p. 6)

A introdução de experiências agroecológicas se deu em 1998, depois de firmada parceria entre a AS-PTA e a Paróquia de Santo Antônio (Igreja de Solânea, onde sediava a Catequese Familiar). Essa parceria é expressa, e ganha destaque em uma das comissões de trabalho da AS-PTA, que é a comissão de Saúde e Alimentação, cujo projeto chamado “Ao redor de casa” acaba trazendo consigo o debate referente ao gênero, revelando/resgatando o papel relevante da mulher na agricultura camponesa. Adriana Freire, Assessora técnica da AS-PTA relata:

Com a questão das plantas medicinais que a gente chama da “abre porta” de muitas vidas dessas mulheres, utilizando a expressão da Vanda. “como nós vamos abrir a porta para outras mulheres?” Esse também é o papel que a feira tem exercido na vida dessas mulheres, então nós vamos organizar o trabalho para aumentar a participação das mulheres nesse trabalho. (depoimento de Adriana Freire, Assessora técnica da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O Agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema resume o “ao redor de casa” afirmando que este é o laboratório do agricultor.

E, ainda, ao redor de casa aparece muito a questão das hortas medicinais. Elas têm produzido mudas, multiplicado mudas de plantas medicinais e através dos intercâmbios, através dos trabalhos tem tido um verdadeiro avanço para o Polo Sindical. E aí aproveitando a questão da culinária, do aproveitamento das frutas, tem transformado isso em renda. A agricultura familiar se fortalece através do trabalho e assim elas fazem muito doces caseiros, bolos, licores, geléias, isso vão para as feiras ... Então, as mulheres estão bastante articuladas e têm ganhado, elas tem tido um reconhecimento, está sendo reconhecido dentro da Agricultura familiar, o trabalho, a força do trabalho... O “ao redor de casa” é um grande laboratório para vida do agricultor. (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Na Paróquia Santo Antônio, o padre holandês Leonardo Teodoro Vicerés foi um dos principais incentivadores dos trabalhos da Catequese Familiar. Ele faleceu em 1999, com isso o trabalho passou a ser orientado pelo Pe. Adônis que incentivou a continuidade das ações. Contudo, em 2005, o novo padre da paróquia, Pe. Rivaldo, não deu continuidade ao apoio ao grupo da Catequese Familiar, o que acabou afastando

o grupo e a paróquia. Distanciados da tutela da igreja, o grupo decidiu formar uma ONG, a ONGIFA.

A ONGIFA também se destaca no auxílio ao projeto P1MC e P1+2 da ASA, através dos mutirões de trabalho para a construção e manutenção de cisternas de placa, barreiros, tanques de pedras e dentre outros serviços de cooperação comunitária. O boletim informativo *O Candeeiro*⁴⁷ de setembro de 2009 afirma que, “nas comunidades do Rio Bom Sucesso, em 8 anos foram capazes de aumentar 97% o número das estruturas de armazenamento de água, sendo que 65% desse aumento foi realizado pelo grupo de mutirão animado pela ONGIFA.”

A ONGIFA trabalha ainda com Fundo Rotativo de Animais, Mutirão de Barreiros e Tanques, Banco de Sementes, Trabalho Educativo com Crianças e Adolescentes, Resgate da Cultura, valorizando a cultura através de cursos e palestras, pinturas, danças, artesanato dentre outros.

Outro relevante trabalho da ONGIFA e seus parceiros é a Feira Agroecológica que teve início a partir da necessidade dos agricultores de comercializar e divulgar sua produção. Atualmente, a feira é realizada nas quartas-feiras na UFPB-Campus Bananeiras (divisa do município) e nas sextas-feiras na Praça 26 de Novembro, principal praça da cidade.

A feira agroecológica foi criada em 2006, além da coordenação da ONGIFA, conta com apoio da UFPB, do STR, da AS-PTA, da Paróquia de Solânea, da EMATER e da Secretária de agricultura municipal. A feira agroecológica já esteve localizada tanto na frente do STR como nas proximidades da feira convencional, contudo para que houvesse uma autonomia e uma diferenciação real entre a produção convencional e a agroecológica houve uma mudança de dia e localização da feira agroecológica.

A feira conta, atualmente, com cerca de 20 agricultores/feirantes. Contudo, devido ao agravamento da estiagem em 2012 e 2013, o número de produto e de produtores ativos na feira tem diminuído, temporariamente. As bancas dos feirantes foram obtidas através da parceria com secretaria de agricultura do município. São bancas desmontáveis, atualmente as bancas ficam armazenadas em uma área destinada a uma antiga rádio comunitária.

Enquanto estávamos observando a feira agroecológica (figura 23), verificamos que há um bom relacionamento entre feirantes e consumidores, foi comum escutar

⁴⁷ Veja anexo 1 e 2.

consumidores perguntando sobre seus produtos preferidos, se eles estavam em boas condições, se haviam produzido.

Fig.23. Feira Agroecológica de Solânea



Fotografia: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Notamos, ainda, que diferente da feira convencional, onde devido a concorrência é necessário apresentar o seu produto melhor que o dos outros feirantes, os produtores da feira agroecológica têm um comportamento mais solidário, havendo uma conduta de valorizar aquele produto que de fato apresenta-se como de melhor qualidade. Afirmamos isso, pois durante a observação, dois feirantes estavam vendendo o mesmo produto, a laranja-bahia, e perguntados por uma consumidora qual era a melhor, um produtor afirmou com segurança: *com certeza a dele, a dele eu provei e tá mais docinha* – apontando para o produtor “concorrente”. Outro exemplo: um consumidor perguntou para o feirante: *Cadê a jaca?*, e ele responde: *tá no carro. Não coloquei (na banca) por que ele (outro feirante) já colocou*. Depois deste diálogo, o feirante foi ao carro, pegou algumas jacas e pôs na banca para vender.

Além do bom relacionamento com os consumidores, percebemos laços entre feirantes e professores e alunos da UFPB-Bananeiras. Uma estudante da UFPB chegou na feira cumprimentou os feirantes presentes e ao receber um forte abraço nos foi apresentada com a frase: *essa tá sempre conosco, não se esquece da gente*.

Estudantes do curso de ciências agrárias ao estudarem, em 2010, a feira agroecológica observaram que 56% dos agricultores comercializam na feira a mais de 4 anos, 22% a 3 anos e outros 22% estavam a menos de 2 anos. Eles ressaltaram que:

A maior parte dos comerciantes é composta por homens, com idade acima de 35 anos, sendo 56% casados, todos residentes no próprio domicílio rural Solânea – PB, onde 67% são donos da propriedade e mais de 80% possui o Ensino Fundamental Incompleto. Já se tratando do número de familiares 67% possui entre 4 a 6 familiares e 33% tem menos de 3 familiares. Quanto à renda familiar de outras atividades desenvolvidas 67% recebem menos de um salário mínimo e 33% possui uma renda de um salário mínimo. Destes, 78% são autônomos, e 22% recebem o benefício da aposentadoria (GOMES, LIMA, SOARES, ARAÚJO. 2010. p. 2).

Segundo os mesmos estudantes, 100% dos produtos comercializados são produzidos na propriedade do feirante, cuja maior propriedade mede 26 hectares. Dos produtos comercializados, 89% são frutas e hortaliças, os outros 11% são leguminosas, raízes, alimentos (bolo, tapioca, bejú) e galinha. Também foi observado que os preços dos produtos são semelhantes aos praticados na feira convencional (GOMES, LIMA, SOARES, ARAÚJO, 2010).

Em alguns momentos os agricultores se reúnem para debater o andamento das atividades da feira (Figura 24). O principal problema apresentado, no período da pesquisa, esteve relacionado às questões climáticas. Além da estiagem, verificou-se a dificuldade na obtenção de algumas sementes para o plantio.

Fig.24. Reunião da Pós-Feira Agroecológica de Solânea



Fotografia: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A feira agroecológica, hoje coordenada pela ONGIFA, tem aberto um diálogo para que a coordenação passe a ser do STR, contudo fixando a continuação da parceria ONGIFA-STR, respeitando assim, o estatuto próprio da feira agroecológica.

Sobre a UFPB, destacamos que no município vizinho, Bananeiras, há o campus III da Universidade Federal da Paraíba. Neste campus se situa o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Apesar de estar localizado em Bananeiras, devido à

conurbação com Solânea, o campus III da UFPB tem um de seus portões voltados para a região limítrofe entre os municípios. Ressaltamos que, em especial, na área das ciências agrárias, há o curso de graduação em Agroecologia, assim como um mestrado em Agroecologia.

Os professores do curso mantêm o contato direto com os agricultores, assim como com o STR, ONGIFA e AS-PTA. Além de prestar assessoria, professores também apoiam, assessoram e estudam a feira agroecológica de Solânea. A UFPB-Bananeiras é relevante para o campesinato solanense, pois faz dele um laboratório vivo, cujas experiências enriquecem tanto estudantes como camponeses. Foi comum, durante a pesquisa, perceber professores citando os nomes das lideranças e camponeses de Solânea, assim como as lideranças e camponeses fazendo referências a professores. Lógico que nem todos os professores atuam em Solânea, e seus projetos têm, na maioria dos casos, um caráter mais técnico, tendo em vista que a formação dos professores, majoritariamente, é em Agronomia.

Devemos citar também a atuação da EMATER e da Secretaria de agricultura do município, como agentes da agricultura municipal, contudo as ações destas entidades não marcam com relevância e nem possuem como carro-chefe o viés camponês/agroecológico, mas auxiliam timidamente ou minimamente os outros agentes aqui citados.

As parcerias apresentadas não fazem de Solânea “o paraíso agroecológico”, mas dão o contorno e a indicação de uma transição agroecológica. Cada agente aqui apresentado tem seus objetivos, práticas e ações que em algum momento podem, inclusive, ser diferente do parceiro, contudo, ainda assim, o objetivo comum permanece: a agroecologia como fortalecedora das relações e ações da reprodução e permanência do campesinato, contribuindo para a fixação do homem no campo. .

Neste capítulo, descrevemos as diversas ações dos agentes atuantes junto ao campesinato solanense. Apresentamos seus objetivos, suas histórias, suas práticas, suas metodologias e proposições. Contudo estes não agem sozinhos, necessitam de um agente para que de fato possam atuar: *o Camponês*. No próximo capítulo elencamos as ações práticas descritas neste capítulo, atentando para um fator chave do papel da agroecológica na especificidade solanense: *a convivência com o semiárido*.

6. A Agroecologia e a Convivência da unidade camponesa com o semiárido na construção do Território de Esperança.

6. A Agroecologia e a Convivência da unidade camponesa com o semiárido na construção do Território de Esperança.

Nos capítulos anteriores, foram analisadas a organização atual da produção camponesa no município de Solânea e a atuação dos agentes externo. Busca-se aqui discutir como as novas técnicas produtivas e organizacionais têm contribuído a construção de práticas de convivência com a seca, tendo como base a prática agroecológica. Questiona-se também se essa dinâmica sinaliza ou não para a constituição da utopia de um “território de esperança” entre os camponeses desse municio.

6.1. Do combate à seca à convivência com o semiárido

A literatura brasileira retrata a visão do Nordeste brasileiro, mais especificamente do semiárido nordestino, como um lugar de problemas, região da fome, da seca, da miséria, do atraso. Descrição essa que atendia os interesses das elites políticas locais que justificavam tais fatores como sendo provenientes das condições climáticas e pedológicas. Obras literárias como “Vidas secas” de Graciliano Ramos (1938) e “Os Sertões” de Euclides Cunha (1902), assim como a tela do pintor Candido Portinari - “Criança Morta” (Fig. 25), que retrata magistralmente o impacto da seca sobre uma família de retirantes, de certa forma contribuíram para consolidar a visão de que o problema nordestino estava relacionado com as limitações do seu quadro natural.

Figura 25 – “Criança morta” (Candido Portinari)



Fonte: <http://masp.art.br>

Já o médico e geógrafo Josué de Castro em sua obra “Geografia da fome” (1946) fornece uma visão crítica da questão da miséria no Brasil, trazendo à tona a exploração dos sertanejos e concentração de terras como sendo causas principais da pobreza. Ele desmistifica a seca como explicação dos problemas já elencados do/no semiárido.

O uso político da seca vem sendo reproduzido até os dias atuais, transformando-a no “cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina” (Castro, 1968, p. 90). Essa percepção tem orientado as formas de intervenção no semi-árido, com a idéia do combate à seca seus efeitos. (SILVA, 2003, p. 369. grifos nossos)

A visão do problema nordestino embasada nas limitações do quadro natural levou à formatação de políticas de combate à seca, que tinha como eixo central o armazenamento de água, a chamada “solução hidráulica”. A solução do problema nordestino residia na implementação de ações que envolviam a técnica de engenharia hidráulica. A política de combate às secas é institucionalizada com a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), em 1919, e posteriormente, em 1945, em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). O uso do termo “**contra a seca**” denota com clareza o objetivo principal das políticas a serem postas em prática e nos traz a compreensão dos meios empregados nesta política. Podemos verificar que, ainda antes, e, ao longo do processo de modernização da agricultura a seca foi “enxergada” como causa do subdesenvolvimento nordestino. Desse modo, se a seca é tida como uma calamidade que está na raiz dos problemas regionais, ela deve ser combatida com o aumento da oferta de água.

Embora essa visão tenha sido descartada com a publicação do GTDN⁴⁸, ela ainda subsistiu em vários programas governamentais para o Nordeste, a exemplo do Projeto Sertanejo. Só a partir das últimas décadas é que começa a ser construída, efetivamente, um novo posicionamento face à questão da seca. Em vez de combatê-la, deve-se aprender a conviver com ela.

Segundo Silva (2006), o encaminhamento de convivência com o semiárido foi sendo montado a partir de iniciativas tanto de centros de pesquisa, como a Embrapa, quanto das ONG que vêm desenvolvendo trabalhos nas na região do semiárido

⁴⁸ O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criado por JK, publicou em 1958 o relatório intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, sob a coordenação de Celso Furtado. Nesse relatório, Furtado defende a tese de que o problema nordestino é o seu subdesenvolvimento em relação ao Centro-Sul do país. A seca é vista como um dos elementos desse problema, mas não como o seu fator determinante.

brasileiro desde o início da década de 1980. A proposta teve um estímulo expressivo com a criação da Articulação no Semiárido (ASA), em 1993, por ocasião da III Conferência das Partes (COP III) da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas, realizada em Recife-PE. A ASA reúne atualmente cerca de 800 organizações não-governamentais, igrejas e movimentos social, dentre essas organizações está a AS-PTA como já mencionado,. Trata-se de um espaço de articulação política da sociedade civil organizada com a finalidade de:

Contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido; a conservação, o uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; a quebra do monopólio do acesso a terra, água e outros meios de produção; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido. (ASA, 2001, p.71)

Nesse contexto, as práticas agroecológicas são vistas como alternativa tanto de convivência com a semiaridez, como também como alternativa ao modelo de agricultura vigente, isto é, como reforço à agricultura camponesa.

É possível fazer um contraponto entre os procedimentos do “*combate à seca*” e da “*convivência com o semiárido*” com a ajuda das Figuras 26 e 27. De um lado a reprodução da tela “Retirantes” de Cândido Portinari, que retrata uma família de retirantes nordestinos por ocasião da ocorrência de uma seca. Essa tela, da mesma forma que a tela “Criança Morta”, anteriormente discutida⁴⁹, expõe com dramaticidade o problema vivenciado pelos retirantes nordestinos, associando seca com pobreza, flagelo e morte. O retrato é tão dramaticamente marcante, que até hoje a imagem de retirantes sofridos é perpetuada na mente de muitos cidadãos brasileiros, inclusive dos próprios nordestinos. Notamos que diante da imagem de Cândido Portinari (Imigrantes), é inevitável pensar na seca como uma calamidade social que é preciso **COMBATER** para que cenas como a retratada não se perpetuem.

Em oposição, a figura 27, retrata e registra um momento valioso na família de Luiz Souza, uma reunião em volta da mesa farta. Nela os membros e os animais⁵⁰ da família apresentam-se bem nutridos e, aparentemente, sadios. A imagem dessa família, residente no Nordeste semiárido, nos fazem refletir que a região semiárida apresenta

⁴⁹ Essas duas telas fazem parte da série de quadros de Portinari sobre os retirantes nordestinos.

⁵⁰ Destacamos e comparamos o cachorro na imagem 27, com o cachorro Baleia narrado na obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. O *Baleia*, cachorro de estimação da família retirante é descrito como magrelo que durante a narrativa do romance, chega a óbito devido a fome que passou. Já na imagem supracitada, verificamos um cachorro, aparentemente, saudável.

elementos que demonstra ser possível uma **CONVIVÊNCIA** com a semiaridez. Ao invés da seca ser combatida deve-se aprender a conviver com ela. Afinal, como combater um fenômeno climático.

Fig 26. Os retirantes, de Cândido Portinari



Fonte: <http://masp.art.br>

Fig.27 Família de Luiz Souza e Eliete Pereira⁵¹



Fonte: Revista Agriculturas (2007)

Destacamos, mais uma vez, a região do Curimataú do município de Solânea. Uma região semiárida. Durante a pesquisa conseguimos visualizar diferentes paisagens. Dentre elas as representadas nas figuras 28 e 29, que expõem dois momentos diferentes de um mesmo lugar. Tomando como referência a casa ao fundo da imagem, notamos que o lugar é o mesmo. A imagem 28, registrada em junho de 2009, capta um momento hídrico considerado bom para a região. Na figura 29, registramos a paisagem do Curimataú em plena estiagem, mas já apresentando nuvens que traziam a esperança de chuvas em maio de 2013. A visão dessas duas imagens coloca a pergunta: como a agroecologia pode ajudar na convivência com a semiaridez?

Figura 28: Curimataú de Solânea em 2009



Fonte: Trabalho de campo

Figura 29: Curimataú de Solânea em 2013



Fonte: Trabalho de Campo

⁵¹ Seu Luiz Souza e D. Eliete, são agricultores experimentadores, desde o início da atuação da AS-PTA em Solânea. Ambos são referências da agricultora solanense. Participando inclusive do programa Globo Rural, como destaque de convivência com o semiárido (ver anexo 2).

6.2 Experiências de tecnologias de convivência com a seca

Na verdade, a convivência com o semiárido tem sido um desafio para os camponeses, que contam com a assistência e apoio dos agentes citados no capítulo anterior, cujas ações e projetos se apresentam como alternativas para o convívio sadio e produtivo com os fatores naturais da região semiárida. Com essa assistência foi possível construir experiências exitosas de convivência com o semiárido, de preservação da natureza e reprodução camponesa. Dentre essas experiências, podem ser registradas:

6.2.1 Utilização de cercas vivas

A cerca viva consiste no uso de plantas vivas para construção de demarcadores dos limites da propriedade (Fig. 30), assim como das suas divisões internas.

Fig. 30. Utilização de cerca viva.



Fotografia: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

O uso da cerca viva, além ser econômica por não necessitar da compra das estacas e arames, permite os benefícios de um reflorestamento. “O plantio da cerca viva bombeia água e nutrientes de camadas profundas do solo e aumenta o sombreamento” (ALMEIDA E FERNANDES, 2002, p. 160). Dentre outros benefícios descritos estão: sustentação do solo, quebra-vento para o roçado, melhoria da umidade local, a volta dos animais nativos e reserva de ração animal. A esse respeito Almeida e Fernandes afirmam:

O Uso de quebra ventos reduz a transpiração e respiração dos cultivos. Aumenta o sombreamento, diminui danos nas folhas e, por consequência, otimiza o uso da água absorvida em processos produtivos. (ALMEIDA E FERNANDES, 2002, p. 160)

Sobre o uso da cerca viva o agricultor Luiz Souza comenta que:

Eu aprendi lá na Bahia. A importância da cerca viva é que, quando você vai plantar uma cerca natural mesmo feita de plantas nativas (a sabiá, pereiro, gliricídia, mandacaru, imburana), ela é uma cerca que vai evitar você fazer despesas na compra de estacas. E outra coisa também, a cerca viva quando você planta ela serve para o roçado, pois ele é uma espécie de quebra vento. E a gente sabe que a evaporação na nossa região Nordeste é uma evaporação muito quente, e quando você trabalha com a cerca viva, ela já vai fazer uma sustentação muito grande do solo. Ela [a cerca viva] evita a perda da umidade e também evita a própria praga destruir sua plantação, pois quando você usa a barreira de quebra vento já evita as pragas passar pra dentro do seu roçado. (Depoimento de Luiz Souza, trabalho de campo 2013)

Segundo Seu Quinzin (Antônio Pereira, Presidente do STR-Solânea em 2008), “a cerca viva traz benefícios à flora e à fauna, pois o reflorestamento também traz *os bicho* de volta. Dá pra caçar...”. Cada agricultor utiliza a cerca viva com a planta que achar melhor.

O seu livro “*Manejo das Árvores nas Propriedades Rurais*”, editado em 2007, relata experiências agroecológicas, e narra os diferentes usos da cerca viva no Curimataú de Solânea. Segundo ele, Dona Joana do Sítio Corrimboque fez sua cerca viva de macambira⁵², com a finalidade de proteger sua plantação de palma ao observar que os seus bodes estavam destruindo sua plantação. Dona Conceição do Sítio Varjota utiliza avelós⁵³ tanto para a proteção e sombreamento do roçado como o leite extraído do avelós para o tratamento de impingem⁵⁴. Gerson do Sítio Salgado dos Souza, filho de Luiz Souza e Dona Eliete, planta 3 tipos de cerca viva: Uma de Cardeiro⁵⁵ (mandacaru), outra de imburana⁵⁶ e pinhão⁵⁷, e outra de palma de espinhos (MENEZES e PETERSEN, 2007).

Outra planta utilizada na cerca viva, que ressalta sua multifuncionalidade, é a Gliricídia⁵⁸. Ela é uma planta oriunda dos países da América Central e que se adaptou ao Nordeste por ser uma planta resistente à seca e de crescimento rápido (MENEZES e PETERSEN, 2007).

⁵² *Bromélia laciniosa*

⁵³ *Euphorbia tirucalli*

⁵⁴ Impingem é a micose que atinge a pele. (Disponível em <http://www.saudemedicina.com/impingem-tratamento-micose-de-pele/> acessado em: 12/06/13)

⁵⁵ *Cereus sp*

⁵⁶ *Commiphora leptophloeos*

⁵⁷ *Jatropha sp*

⁵⁸ *Gliricídia sepium*

A Gliricídia pode ser plantada em todos os lugares da propriedade, no roçado, nas cercas, nos bosques. É usada como estaca viva, madeira, lenha, adubo verde, arborização, banco de proteína, silagem, uso medicinal, controle de ratos e suas folhas servem para abelhas. Mas cuidado: A Gliricídia verde pode ser tóxica para os animais que não remoem, como galinhas, porcos, jumentos, burros e principalmente cavalos. A Gliricídia é uma árvore de tamanho médio, que pode chegar até 12 metros de altura. Como cerca viva ela vai muito bem e tem a vantagem de não engolir o arame. Com o manejo da poda você pode tirar estacas bem linheiras a partir do segundo ano. Quando plantada em áreas de roçados, a poda é feita no início do inverno e o material tirado é colocado no solo ou guardado para os animais na forma de silagem ou de feno, para utilizar no período da seca (MENEZES e PETERSEN, 2007, p.18).

A utilização e disseminação da cerca viva apresentam-se como de suma importância devido a suas múltiplas funcionalidades que vai desde o “simples cercado” à reserva de alimento para os animais no período de estiagem.

6.2.2 Formas diversificadas de armazenamento e melhor aproveitamento da água

Dentre essas formas podem ser ressaltadas: as **barragens subterrâneas**, as **cisternas de placa**, a **cisterna calçadão** e os **tanques de pedras**.

Tendo em vista a semiaridez e a intensa evapotranspiração do Curimataú, que faz com a água evapore com maior rapidez, a barragem subterrânea tem se apresentado como uma estratégia bastante eficiente (veja Figura 31). Trata-se da construção de uma parede na direção oposta ao “*caminho da água*” na propriedade. Abre-se uma vala até encontrar a rocha dura, impermeável, pois nesta região os solos são rasos.

Fig.31. Utilização de Barragem Subterrânea



Fotografia: Raphael Tavares M. Pereira

O livro *Águas das chuvas: promovendo vida no semiárido*, editado por Menezes e Petersen (2007), define barragem subterrânea como:

Barragens construídas em rios ou riachos abertos que ficam vazios no verão. Para tanto, abra-se uma valeta em nível de uma margem a outra do rio ou riacho até encontrar o chão duro e impermeável. Depois, com lona ou barro batido, fecha-se a valeta para que a água não passe. Assim forma-se um lençol de água, podendo plantar no local ou até abrir poços pra usar essa água para o consumo da família ou das plantas. (MENEZES e PETERSEN, 2007, p.18)

Almeida e Fernandes (2002) definem a barragem subterrânea como:

Um pequeno nicho de alta fertilidade relativa – cerca de 0,1 ha - manejada integralmente em função de preservar e incrementar a segurança alimentar da família. É espaço intensivamente cultivado de forma diversificada, associando no leito e nas bordas da barragem produções alimentares de ciclo anual e bianual, incluídas várias espécies de hortaliças, grande variedade de frutíferas e forrageiras para sombreamento e arraçoamento animal (ALMEIDA e FERNANDES, 2002, p. 150)

A barragem subterrânea se torna uma local da propriedade em que se pode plantar ou até mesmo abrir poço. Tendo em vista o umedecimento do solo, ela possibilita o cultivo de lavouras inclusive em momentos de estiagem. Um dos agricultores que possui uma barragem subterrânea a define como uma esponja.

A barragem subterrânea é mais pra você trabalhar com plantação, ela é uma sustentação de água por mais tempo. **Eu considero a barragem subterrânea com uma esponja** (...). Então você ali, quanto termina o inverno, você vai ter uma sustentação de terra molhada pra você ter sua produção no tempo da seca. (Depoimento de Luiz Souza, trabalho de campo 2013)

No que se refere à barragem subterrânea, o agricultor José Francisco da Silva, conhecido Zé do Pedro, do Sítio Bom Sucesso no Curimataú de Solânea, um dos agricultores pioneiros e referenciais na região no tocante ao manejo da água na propriedade, descreve como fez sua barragem subterrânea:

Eu aproveitei o riacho que passa perto de casa. Cavei uma valeta em nível de um canto a outro do riacho. Até dar no chão duro que a água não passe. Depois forrei com uma lona preta, de canto a canto, e soquei com barro a valeta. Ali virou um grande baldo de chão adentro. Ficou só meio metro acima do riacho. Quando o inverno chega, a água que ia embora, fica na terra represada no riacho. Lá nós planta fruteira e planta medicinal, sem precisar aguar. Fica molhado o ano todo. (depoimento do agricultor José de Pedro. Solânea, junho de 2009).

Zé de Pedro afirma que a barragem subterrânea é relevante em sua produção, pois mesmo em 2005, ano de pouca chuva na região, ele conseguiu produzir além de capim e plantas medicinais, os itens da tabela 12 abaixo:

Tabela 12 – Produção na barragem subterrânea de Seu Zé de Pedro, em 2005.

Produto	Kg
Batata doce	500
Macaxeira	600
Jerimum	1.000
Melancia	600
Pimentão, tomate, coentro.	80
Mamão	1.000
Pinha	1.000

Fonte: Menezes e Petersen, 2007.

Elaboração: Pablo Melquisedeque S. e Silva

Outra tecnologia social para a captação e armazenamento de água muito difundida não só no município de Solânea, mas também em todo o semiárido brasileiro, sobretudo devido ao Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), são as cisternas de placa. A cisterna de placa é:

Uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptável a qualquer região. A água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados das casas. De formato cilíndrico, coberta e semienterrada, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para uma família de 5 pessoas beber e cozinhar, por um período de 6 a 8 meses – época da estiagem na região. (ASA⁵⁹)

A origem dos recursos para a construção das cisternas de placas (figura 32 e 33) vem de diferentes lugares: há agricultores que compraram o material para a construção com seus próprios recursos, há aqueles que participaram de um Fundo Rotativo Solidário (FRS), há os que advêm do P1MC, além de outras fontes. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social⁶⁰, já foram construídas financiadas pelo MDS mais de 554,9 cisternas no Brasil.

⁵⁹ http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5622&WORDKEY=Cisterna

⁶⁰ Informação disponível em: <<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoagua/cisternas>>> acessado em 05/06/2013

Figura 32 – Cisterna de placa 1



Fotografia: Carlos Friederich F.L. M. Vaz, 2008

Figura 33 – Cisterna de placa 2



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2009

Seu Francisco, do Sítio Gruta de Santa Tereza, resalta a funcionalidade da cisterna tanto por trazer a água para próximo à propriedade, mas também pela qualidade da água.

A salvação aqui é a cisterna, se num fosse a cisternas nós *tava* bebendo água salgada, há uns vintes anos a água era tudo doce e de 2000 pra cá a água tá tudo salobra. (depoimento do agricultor Seu Francisco. Solânea, 2008).

Outra cisterna utilizada e difundida, no semiárido brasileiro, é a cisterna calçadão. A cisterna calçadão (figuras 34 e 35) difere da cisterna de placa por alguns fatores. Ao invés da construção de calhas sobre as casas, é construída uma grande calçada de cimento e a água que cai sobre essa calçada é direcionada por uma cisterna que tem a capacidade maior que a cisterna de placa. Segundo a ASA, a cisterna calçadão,

Capta a água de chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m², construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, raspa de mandioca, entre outros. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos, plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais. (ASA⁶¹)

O principal fomentador da cisterna calçadão é o Programa Uma Terra e Duas águas. Este programa beneficia os agricultores que já têm um reservatório de água e um lote de terra. para que se obtenha um segundo reservatório.

⁶¹ http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5626&WORDKEY=Cisterna-Cal%

Figura 34 – Cisterna Calçadão parte 1



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Figura 35 – Cisterna Calçadão parte 2



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Outra forma de armazenar água é o tanque que pedra (figura 36), que consiste no barramento da água através de paredes e/ou fissuras naturais, ou não, nas rochas expostas e lajedos. Em alguns casos, o solo foi retirado para deixar a rocha exposta e assim armazenar água. No caso da figura 37 e 38, a água é “direcionada” para uma fissura natural existente na rocha.

Fig. 36 – Tanque de pedra 1



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Fig. 37 – Tanque de pedra 2



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2008

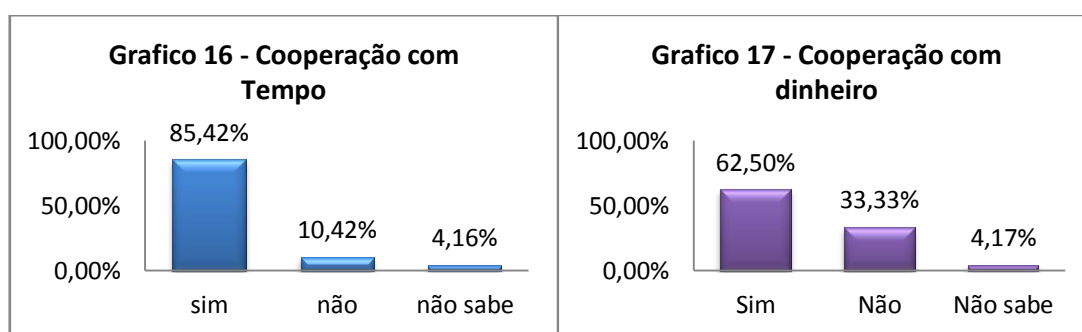
Fig. 38 – Tanque de pedra 3



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2008

A construção de cisternas (de placa, ou calçadão), tanques de pedra, barreiros, barragens subterrâneas, dentre outras atividades, fortalecem e resgatam o saber do camponês. A construção desses reservatórios, na maioria das vezes, é feita através de mutirões. Convém lembrar que o mutirão é também um momento de confraternização da vizinhança, em que aquele que recebe a ajuda oferece comidas e bebidas.

O mutirão é uma das formas de solidariedade camponesa. Durante a pesquisa, questionados sobre a possibilidade da ajuda do agricultor a um projeto da comunidade não beneficiasse ele ou a sua família diretamente, mas beneficiasse outros membros da região, 85% dos agricultores responderam que ajudariam tanto com tempo, já sobre o dinheiro, 62% ajudaria com dinheiro, conforme os gráficos 16 e 17.



Fonte: Pesquisa de Campo. Solânea, 2009.
Elaboração: Pablo Melquisedeque Souza e Silva

A partir de 2011, uma tecnologia de armazenagem de água ganhou notoriedade. Trata-se da cisterna de polietileno, que faz parte do programa, do governo federal “Água para Todos”. A cisterna de polietileno também é chamada de cisterna de PVC ou Cisterna de Plástico.

Apesar de, por enquanto, não haver nenhuma indicação de que o município seja contemplado com esta tecnologia, as organizações já se posicionam contra a cisterna de plástico, pois além de mais cara, originar grandes lucros à empresa construtora da cisterna de plástico, gera menos empregos e desconstrói todo o processo formativo do caráter social e político que envolve a construção das cisternas de placas.

Os movimentos e organizações sociais se manifestaram contra o uso desta cisterna por uma série de razões que vão desde aspectos técnicos (a exposição das cisternas de plástico ao sol provoca a sua deterioração) a aspectos políticos, pois o controle da distribuição das cisternas pelas prefeituras aponta para o retorno, reforço e/ou ampliação da *indústria da seca*. A ASA tem sido a principal combatente da cisterna de plástico,

apontando-a como armadilha⁶² para o semiárido brasileiro. É fato que o processo de construção de uma cisterna de placa, assim como de outras técnicas de armazenagem de água, não é a fria obtenção de um bem ou objeto, mas a construção de relações sociais que causa além dos benefícios da obtenção a água, a redução da dependência do caráter político da apropriação dos recursos hídricos, ou seja, gera autonomia.

6.2.3 Formas alternativas de irrigação

A irrigação tem sido apontada como uma alternativa para a região semiárida (PALHETA, S/D; COELHO, 1985). No entanto, a adoção desse procedimento encontra fortes restrições tais como insuficiência de água, custo da energia. Face a essas dificuldades, tem-se procurado técnicas alternativas, tais como:

6.2.3.1 O umedecimento do solo com o uso de garrafas pet – Trata-se de uma técnica de irrigação por gotejamento (Fig. 39). Seu Francisco descreveu a tecnologia, uso de garrafas *pet*, como sendo semelhante à aplicação de soro. A economia de água e de energia são os principais benefícios desta técnica.

Eu peguei uns 100 vasilhames de *coca [cola]*. Faço um buraco no pé da fruta, encho de cabeça pra baixo. Passa 3, 4 dias. Fica no chão de cabeça pra baixo. Economiza na energia e na água. Se fosse irrigar é muita água, isso é uma alternativa. É igual a um soro, a gente bota e fica aguando. (depoimento do agricultor Seu Francisco. Solânea, 2008).

Fig. 39. Uso de garrafa Pet para umedecer o solo



Fotografia: Raphael Tavares M. Pereira

⁶² Panfleto – Disponível em <http://www.moc.org.br/download/10-11-2011_Documento%20Cisternas%20de%20plastico.pdf> acesso em: 25/05/13

6.2.3.2 Canteiro econômico - Galdino (2013) descreve o canteiro econômico (figura 40) de Lucenildo, do Sítio Saco dos Campos no Curimataú de Solânea:

Os canteiros econômicos foram feitos de tijolos com extensão de 6m por 1,20m de largura e 0,25 a 0,30m de profundidade, revestidos por dentro com uma lona plástica. Um cano de PVC em forma de “U” com furos são responsáveis pela distribuição da água na terra já preparada com o composto orgânico que funciona como adubo. (GALDINO, 2013)⁶³

Fig. 40. Canteiro econômico



Fotografia: Pablo Mequisedeque S. e Silva

O canteiro econômico, como o nome sugere, é um pequeno espaço em que se produz com custos reduzidos. No canteiro econômico é produzido, principalmente, hortaliças. Esta é uma tecnologia social simples, de baixo custo e adaptada para regiões semiáridas, devido à utilização de pouca água durante todo o tempo de produção das hortaliças.

6.2.3.3 Sistema mandala de irrigação - A mandala caracteriza-se por ser uma nova alternativa para a agricultura camponesa de base familiar, por se tratar de um modelo alternativo de irrigação (veja Figura 10). É fundamental para o sucesso do empreendimento a assistência técnica. Ela está presente na difusão da concepção da filosofia do projeto, na construção e implantação do projeto, na orientação técnica do plantio e no processo de comercialização. Ela ajuda o manuseador na implantação e

⁶³http://www.editorarealize.com.br/revistas/semlica/trabalhos/Poster_idinscrito_242_87f9ae931a49f4b36e028f3ac67d6f89.pdf

manuseio das plantas e do uso da água, proporcionando o não desperdício dos recursos. Esta assistência é mais intensa no começo da implantação. Esse sistema consiste em tanque central em forma de cone e em nove filas de canteiros circulares. A água é puxada de uma fonte externa para esse tanque e a partir dele a água é bombeada para a rede de canos (veja Figura 41).

Fig. 41. Mandala



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, Solânea, 2009.

Em torno de tanque é colocada uma cerca, onde são criadas algumas aves e no tanque há a criação de peixes. A vantagem da mandala é que ela garante um fluxo monetário de renda semana, no caso da produção ser bem planejada. Como desvantagem, tem-se o custo elevado com energia e o requerimento de fonte permanente de água (TARGINO et al., 2006).

6.2.4 O manejo das plantas e árvores

Em Solânea, verificamos formas variadas do uso da plantação na propriedade. Há árvores e plantas que servem: para a formação da cerca viva, descrita anteriormente; para a alimentação humana e animal; para a formação da cobertura vegetal; para produção de adubo e de defensivo agrícola natural; para o uso medicinal e ornamental, dentre outras coisas.

Dentre as plantas utilizadas para a produção de defensivos agrícolas podem ser ressaltadas: a calda da mandioca ou manipueira⁶⁴, a Calda Bordalesa⁶⁵, a calda de angico, a calda do fumo, o uso do Nim⁶⁶. O Nim é usado, principalmente, no combate as pragas.

⁶⁴ Manipueira, nome indígena brasileiro do extrato líquido das raízes de mandioca, é um suco leitoso extraído por compressão da mandioca ralada, durante o processo de fabricação da farinha de mandioca.

O Nim é uma planta que se desenvolve bem nas regiões semiáridas, por ser resistente à seca e suportar temperaturas elevadas, adaptando-se facilmente a diferentes tipos de solos. As substâncias encontradas nas folhas e semente do Nim podem ser usadas na defesa natural contra muitas pragas e doenças de plantas e também de animais. Controla lagartas, gafanhotos, besouros, pulgões, ácaros, mosca branca, bicudo do algodoeiro, e as pragas de grãos armazenados. No tratamento dos animais é usado como carrapaticida e como vermífugo. Funciona como repelente e, quando aplicado diretamente no inseto pode matar ou provocar deformações. (MENEZES e PETERS, 2007, p. 19).

Durante as entrevistas, os agricultores citaram e descreveram como se usa e produz o extrato do Nim.

O nim, a gente deixa apodrecer na água, depois dá um banho no gado. Põe a folha de molho dentro da água por 8 dias, pra ficar bem curtida. Você tira e dá uma coada com aqueles panos bem fininhos. Põe na aguadeira, no pulverizado, sem veneno e pode aguar. Agora, é um cheiro medonho que ninguém aguenta, não ofende, mas o cheiro desagradável (depoimento do agricultor Seu Francisco. Solânea, 2008).

Outro manejo importante é o plantio consorciado (figura 42). Com este plantio “diminui a exposição do solo à insolação direta, reduz sua temperatura e explora diferencialmente a umidade do solo, além de reduzir a evapotranspiração” (ALMEIDA e FERNANDES, 2002, p. 160).

Fig. 42. Plantio consorciado



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva

Este líquido costuma ser praticamente desprezado, sem qualquer aproveitamento econômico. Mas a manipueira foi testada como nematicida e, posteriormente, como inseticida, fungicida, bactericida e acaricida e revelou que, além de ser barato, controla muito as pragas sem os riscos de toxidez dos produtos comerciais (MENEZES e PETERS, 2007, p. 15).

⁶⁵ A calda bordalesa é uma das formulações mais antigas e eficazes para o controle de fungos que atacam plantas. Ela foi descoberta quase por acaso, no final do século XIX, na França (MENEZES e PETERS, 2007, p. 29). Esta calda é a mistura entre a calda extraída do cal e do sulfato de cobre.

⁶⁶ Nome científico: *Azadirachta indica*.

Observamos, portanto, a valorização de árvores nas propriedades. Há árvores na recuperação de áreas degradadas, nos roçados, nos quintais, na plantação de palma. São recursos utilizados para estocar forragens, produzir matéria orgânica para o solo, além da utilização da lenha nos fogões ecológicos.

6.2.5 Fogão ecológico

Trata-se de um melhoramento do fogão a lenha tradicional, que consome menos lenha e tem acoplado um forno. Para o uso e confecção do fogão ecológico (figura 43) são usados menos recursos financeiros e menos recursos naturais, além de preservar uma das tradições camponesas, as comidas preparadas no forno à lenha. Segundo a AS-PTA, mediadora do intercâmbio que levou as mulheres para conhecer essa tecnologia:

Para as mulheres beneficiadas, o equipamento trouxe muitas vantagens, sobretudo para a saúde, em função da diminuição da fumaça e da fuligem, além de não sujarem as panelas e as paredes das cozinhas. Também avaliam que os ecofogões permitem uma economia financeira para as famílias por reduzir o uso de lenha, gás e carvão⁶⁷.

Fig. 43. Fogão ecológico



Fotografia: Pablo Mequisedeque S. e Silva

6.2.6 Uso das plantas medicinais e ornamentais

O cultivo de plantas ornamentais, além ser um “lazer”, é uma renda complementar para a renda familiar. No caso de D. Irene (ver anexo 3), do Sítio Bom Sucesso no Curimataú de Solânea, ela vende as suas mudas e plantas tanto no seu

⁶⁷ <http://aspta.org.br/2011/05/ecofogoes-trazem-melhorias-para-a-vida-de-mulheres-agricultoras-da-borborema/>

próprio estabelecimento, como na ONGIFA. D. Irene conta que se inspirou a fazer seu viveiro de mudas a partir de uma visita na AS-PTA, ela usa a “fibra” do agave para fazer o sombreamento.

Se não fosse isso aqui [sombreamento feito com sisal] as plantas não escapavam não. O sol é quente demais. Isso aqui [sombreamento feito com sisal] eu vi na AS-PTA, só que lá é diferente. Lá é coberto com aquela tela. Eu disse: Ah, já sei o que vou fazer. Eu não tenho tela, mas tenho o pendão do agave. Por isso que é bom sair pra visitar. (Depoimento de D. Irene, do Sítio Bom Sucesso, Curimataú de Solânea, Trabalho de campo, 2013).

Conforme a figura 44, verificamos que ela construiu um andar, um balcão, como forma de economizar água, pois no momento em que ela rega as plantas que estão no balcão, acaba regando as que estão abaixo também, evitando assim o desperdício da água.

Esse balcão aqui é uma ideia minha. Eu inventei esse balcão, por que quando eu aguava aqui nas plantas só aguava as daqui. Era mais água que eu gastava. Aí eu inventei esse balcão por que quando eu ago aqui, as daqui debaixo já ficam aguadas também. (Depoimento de D. Irene, do Sítio Bom Sucesso, Curimataú de Solânea, Vídeo Vivendo Experiências, ASA, 2002).

Figura 44 – Plantas ornamentais e plantas medicinais



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

6.2.7 Armazenamento

De início, cabe destacar que o processo de armazenamento é uma prática que faz parte da cultura camponesa, sendo inclusive utilizada como objetivo de políticas governamentais. O que há de novo é a forma de gestão e a difusão desse conhecimento entre os pequenos produtores. Dentre essas formas de armazenamento duas podem ser ressaltadas: o banco de semente e os silos de forragem

6.2.7.1 O banco de semente

O banco de sementes (figura 45) também recebeu o nome de “sementes da paixão”. As sementes são armazenadas em silos e em garrafas *pet*, que são vedadas com o auxílio de produtos naturais, a exemplo da pimenta do reino, casca de laranja, entre outros. Os bancos de sementes podem tanto ser individuais quanto comunitários, nesse último caso, eles são organizados por associações de pequenos produtores ou por ONGs. Antes do armazenamento as sementes são, selecionadas e tratadas por meio naturais. Outro fator a ser observado é que tais sementes são livres de agrotóxicos, diferentes das sementes modificadas geneticamente, as sementes transgênicas.

Figura 45 – Banco de sementes do Assentamento São Francisco III



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

O banco de sementes não é apenas armazenagem de sementes, mas ele envolve três dimensões importantes: a) a preservação genética da variedade das sementes, representando uma reação ao processo de “uniformização” das sementes, comandada pelas grandes empresas que controlam a produção de sementes na atualidade; essa prática garante instrumento de independência dos pequenos agricultores em relação ao poder político local, como será detalhado melhor a seguir; e c) mecanismo de fortalecimento das relações de solidariedade e de autogestão dos pequenos produtores rurais.

Além de preservar a diversidade genética, as sementes da paixão também reforçam a autonomia camponesa, pois antes da formação dos bancos de sementes parte dos agricultores recebiam as sementes doadas pelo governo, gerando uma dependência política. Os agricultores assistidos pela AS-PTA e pelo Polo Sindical da Borborema descrevem o problema da dependência política:

Um problema das sementes doadas pelo governo gerava dependência dos agricultores, eles passavam sempre a ser dependentes dos políticos locais, dos políticos dos municípios. Isso pra gente tem sido um problema muito grande. (Depoimento do agricultor Nelson Anacleto, STR- Lagoa Seca, no vídeo “Sementes da Paixão”, 2009).

Segundo João Miranda:

A gente ia pro prefeito e ele dizia: *chegou tantas toneladas de sementes pra prefeitura*. Aí dizia: pra receber a semente tem que levar o título [de eleitor]. Aí nós saía de casa sem dinheiro nem pra um café e pegava uma fila de 500, 600 ou 1.000 agricultores e recebia uns 2 quilos de semente. Aí trazia aqueles 2 quilos e plantava um cortinho de terra bem pequenininho, o resto da terra ficava perdido sem ter o que plantar. (Depoimento do agricultor João Miranda, Município de Remigio, no vídeo “Sementes da Paixão”, 2009).

O agricultor Pedro Pereira afirma que:

A politicagem era assim. Entrega para o agricultor 5 quilos de semente. *Não, não quero devolução não. Você fica pra você*. Mas quer você sempre escravizado nos pés dele. Quando vinha as estiagem, a gente ficava com a mão na frente e outra atrás. (Depoimento do agricultor Pedro Pereira, Município de Lagoa Seca, no vídeo “Sementes da Paixão”, 2009).

Além da dependência política tinha também a dependência tecnológica, pois as sementes distribuídas pelo governo são adquiridas das grandes empresas que as manipulam.

Em Solânea são preservados uma variedade das sementes de feijão de arranque, macassa e fava conforme a tabela 13. Foram localizados e identificados 67 variedades de feijão de três espécies sendo, 28 variedades de feijão de arranque⁶⁸, 22 de feijão macassa⁶⁹ e 17 de fava⁷⁰ (ALMEIDA E CORDEIRO, 2002).

Tabela 13 – Solânea: Diversidade de sementes de feijão e de fava

No Curimataú (Sitio Bom Sucesso)	No Agreste (Sitio Barrocas)	No Brejo (Sitio Filgueiras)
Feijão de arranque: Mulatinho de cacho Carioca meia rama Cariocão Mulatinho legitimo Mulatinho bage rocha Carioca de cacho Feijão preto	Feijão de arranque: Mulatinho de cacho Mulatinho de rama Mulatinho vagem rocha Carioca de rama Carioca de cacho Carioca pintadinho Carioca bico de ouro	Feijão de arranque: Mulatinho de cacho Mulatinho vagem rocha Mulatinho bico de ouro Mulatinho enxofre Mulatinho carrapato Mulatinho Palhinha Mulatinho Cavalo claro

⁶⁸ *Phaseolus vulgaris*

⁶⁹ *Vigna unguiculata*

⁷⁰ *Phaseolus lunatus*

	Chaveta de cacho Chaveta de rama Gorgotuba ou gordo azul Figo	Carioca de meia rama Carioca de cacho Carioca de banco Carioca de rama Preto de Elian Moça gorda Feijão fava Feijão preto quixabinha Feijão figo Gorgotuba ou gordo azul
Feijão Macassa Cariri Vermelho do banco Sempre verde Pau ferro Macaíba Riso do ano Barba de guiné Viajante Rabo de tatu Marreiro Corujinha Azulzinho Canapú	Feijão Macassa Riso do ano Viajante Rabo de tatu Marreiro Mijo em pé	Feijão Macassa Sempre verde Pau ferro Macaíba Do banco Barba de guiné Corujinha Meia rama vage rocha
Fava: Cara larga Mororó Bacurau Vovó ou orelha de vó Eucalipto De moita		Fava: Cara larga Mororó Mulatinha Vovó ou orelha de vó Eucalipto Olho de peixe

Fonte: Diagnóstico da diversidade de feijões, AS-PTA e Sindicato. ALMEIDA E CORDEIRO, 2002

Em uma carta lançada pela ASA, Polo Sindical da Borborema e AS-PTA, são feitas críticas ao assistencialismo na distribuição dessas sementes.

A distribuição em larga escala de algumas poucas variedades de semente não adaptadas às condições ambientais e socioculturais das diferentes regiões repete o erro histórico dos programas públicos que em nada contribuíram para promover autonomia das famílias agricultoras. Além disso, seu caráter assistencialista e distributivista desvaloriza e desmobiliza as estratégias de autogestão comunitária de sementes aumentando a vulnerabilidade e gerando mais dependência dos agricultores em relação aos insumos vindos de fora. (Panfleto ASA, 2011)⁷¹

Quando as sementes não são distribuídas, elas voltam para a EMATER. Uma das bandeiras de luta da ASA é, exatamente, incluir os bancos de semente comunitários no processo de compra de sementes por parte das autoridades governamentais. Isso reduziria, de um lado, a dependência em relação ao oligopólio formado pela empresas

⁷¹Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/temas-prioritarios/biodiversidade/progrmas-de-distribuicao-de-sementes-um-rotulo-novo-numa-garrafa-velha/detail> Acessado em: 25/08/12

produtoras de sementes e, de outro lado, seria um reforço substancial a essa iniciativa. Reforçamos que a semente da paixão é para o agricultor instrumento de autonomia e de enriquecimento da sua produção. Como afirma Dona Terezinha, do Sítio Videl, em Solânea: *O banco de sementes é uma riqueza pra todos nós. Eu planto esse ano e guardo um pouquinho para no outro ano plantar de novo. É uma semente pura, num é essas com veneno não.*

Além dessa forma nova de silagem de grãos com a utilização das garrafas pet, a silagem de grãos era feita tradicionalmente em silos de metal (normalmente de zinco, veja Figura 46), inclusive a distribuição desses silos tem sido objeto de distribuição por parte do governo.

Fig. 46. Silo



Fotografia: Pablo Mequisedeque S. e Silva

6.2.7.2 Silos trincheiras

O silo trincheira tem sido utilizado para garantir alimentação para o gado nos períodos de estiagem. Trata-se de uma trincheira cavada no solo, forrada com lona plástica e preenchida com a forragem cortada. Depois de preenchida e bem socada a forragem, a trincheira é vedada para garantir a fermentação e preservação da forragem. Esta prática traz ao agricultor a segurança alimentar para os seus animais, sobretudo, nos períodos de estiagem. A silagem de forragem valoriza a criação, além de não forçar a venda do animal por ocasião dos períodos de estiagem. Seu Luiz Souza, afirma que:

O programa de silagem, é um programa que vem fortalecer o homem do campo, antes se tinha o conhecimento, mas não sabia usar o banco de silagem. Através de visitas de intercâmbio que tivemos em Ouricuri (PE), vimos que o homem do campo que tinha suas 4 ou 5 vacas, suas cabras, suas ovelhas podiam usar a silagem do tamanho que quisessem. Então, antes o que acontecia era que se vendia os

animais na época da seca, por um baixo preço, com os animais magros, por que não tinha alimentação para dá. Hoje, quando termina o inverno e você se preparou para fazer sua silagem, na época da seca mesmo, de novembro, dezembro para a chuvada de janeiro e fevereiro, você está usando uma silagem de boa qualidade e seus animais vendendo por um melhor preço. (depoimento do agricultor Luiz Souza. Solânea, 2013).

Há também o desenvolvimento de uma consciência ecológica propiciada pela assessoria sindical e da AS-PTA. De acordo com um agricultor da região do Brejo, antes ele era um “*destruidor*”, pois queimava e devastava muito para poder plantar, mas com o novo modelo de organização da produção implantado e que conta com a assistência da AS-PTA, ele passou a produzir lavoura permanente, ou seja, as fruteiras, além de consorciar as outras culturas, plantando para o consumo próprio, para o gado e o excedente os seus filhos vendem na feira agroecológica de Solânea junto com a ONGIFA.

Ressalta-se a importância da ação sindical que também tem proporcionado aos pequenos agricultores intercâmbios e viagens para o reconhecimento de experiências alternativas de produção agropecuária exitosa. Durante as entrevistas era comum os agricultores afirmarem que incorporaram as suas práticas algo que aprenderam nas visitas de intercâmbios. Alguns produtores se destacam por receberem muitos agricultores em sua terra, inclusive, possuem livro de visitas. Seu Luiz Souza resume e simplifica a relevância dos intercâmbios afirmando que:

Fizeram uma visita na minha propriedade e quando chegaram foi feito um diagnóstico na minha propriedade como se encontrava a minha propriedade...fui convidado a participar e plantei umas cem mudas de árvore. Quando comecei, muitos agricultores diziam que eu estava doido. **Começamos a visitar outras regiões. Estado da Paraíba mesmo, Pernambuco, Sergipe. Essas visitas de intercâmbios que trouxe grandes resultados para mim e minha família.** (depoimento do agricultor Luiz Souza. Solânea, 2013).

As experiências agroecológicas aqui descritas mostram a capacidade endógena desses agricultores, de se mobilizarem e agirem coletivamente na busca de uma melhor condição de vida, inclusive enfrentando as adversidades do clima semiárido. Os projetos desenvolvidos com o apoio do STR e da AS-PTA não representam o fim de todos os problemas e dificuldades da comunidade rural, mas são iniciativas que apontam para uma nova realidade dos agricultores, dando valor ao trabalho e a relevância dos seus conhecimentos, que os dão mais oportunidade de reproduzir sua família, seu modo de vida, ainda que em uma região marcada e conhecida pela migração, pobreza, fome,

miséria e seca. Ou seja, a agroecologia tem apontado um caminho para a convivência com o semiárido.

Corroborando a constatação feita ao longo da pesquisa do papel relevante desempenhado pela AS-PTA na construção de uma nova dinâmica produtiva e organizativa entre os camponeses de Solânea, uma parte expressiva dos trabalhadores (43,7%) dos chefes de família entrevistados considerou essa atuação como importante e muito importante. Chamou a atenção, também, o fato de 47,9% dos pesquisados terem declarado não ter conhecimento da atuação da AS-PTA ou considerá-la sem importância tinham sido beneficiados por ela através da construção de cisternas de placa, em alguns casos, portavam camisetas ou bonés de divulgação dessa instituição.

6.3. Construção de um Território de Esperança

Os elementos de convivência com o semiárido verificados na composição do campesinato solanense corroboram para o seu fortalecimento. Tais elementos também auxiliam no processo de conformação do território camponês cuja agroecologia se apresenta como ferramenta norteadora deste processo.

Esse território, já debatido no 1º capítulo, ganha através da agroecologia características de luta, resistência, reprodução e transformação social camponesa. Tais características se assemelham ao território denominado por Moreira e Targino (2007) de “Território de Esperança”.

Moreira e Targino (2007) entendem o termo território como polissêmico e apreendem ele como múltiplo. Buscando dar unidade às múltiplas compreensões do território. Moreira e Targino (2007) o compreendem como:

a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido concordamos com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho. (MOREIRA; TARGINO, 2007, p.4;5).

Deste modo, podemos compreender que o território que é fruto de luta de resistência e de ocupação ocasionada pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais, universidade e ONGs, representa uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Torna-se um território novo, gerado com base na utopia e na esperança (MOREIRA, 2006).

Moreira e Targino (2007) reforçam que o Território de Esperança:

Representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semiárido (na Paraíba), desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experimentada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986:281). Território em movimento, vivo, que experimenta um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas”(MOREIRA; TARGINO, 2007. p.5)

Ao observar a história da conjuntura agrária do município de Solânea, a atuação das ONGs, movimentos sociais e alternativas de convivência com o semiárido, verificamos que há, portanto, a construção de um território de esperança, ou seja, a pesquisa nos indica que a experiência vivenciada por agricultores familiares de Solânea sinaliza para a constituição de um Território de Esperança, embora que, como toda utopia, a sua concretização não se dá de forma linear, mas envolve contradições e recuos. E mais, nem mesmo a sua concretização é garantida. Porém ela aponta para uma possibilidade, uma alternativa de organização da produção que supere o ditame da exploração do trabalho e que se fundamente nos princípios de solidariedade e de busca da preservação da vida.

Moreia e Targino (2007) analisam os caminhos para a consolidação de Territórios de Esperança no semiárido se dão a partir das “tecnologias alternativas” ou apropriadas.

Nesse sentido, destaca-se, na direção da agroecologia, o reflorestamento, o uso de adubos orgânicos e outros biofertilizantes, além de defensivos alternativos como a manipueira, a urina de vaca, as plantas atrativas de insetos em substituição aos defensivos químicos, difundidos largamente na pequena produção agrícola. Na linha do manejo dos recursos hídricos, distinguem-se as barragens

subterrâneas, as cisternas de placa, os poços, os tanques de pedra, as passagens molhadas e, recentemente, a disseminação da mandala. (MOREIRA; TARGINO, 2007. p.15)

A troca de experiências, ou seja, os intercâmbios entre camponeses constituem uma valorização do conhecimento camponês. Essa valorização favorece e fortalece a circulação de informações, da construção e consolidação da consciência política dos camponeses envolvidos. Via de regra, esses intercâmbios só ocorrem devido à capacidade organizativa dos agentes envolvidos na construção de uma transição agroecológica. O intercâmbio permite ao camponês enxergar num semelhante a ele a possibilidade de mudanças concretas na sua realidade, surgindo um pensamento “*se deu certo com ele, pode dá certo comigo também*”.

Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante que tem uma realidade parecida, vendo quais são as possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem. Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. (OLIVEIRA, 2005. p.103)

Moreira e Targino (2007) elencam outros elementos para a consolidação do Território de Esperança no semiárido. Dentre eles destacamos: o Banco Comunitário de Sementes, como forma de valorizar a tradição camponesa e distanciar-se das práticas modernizantes de uso de agrotóxicos e/ou as sementes geneticamente modificadas; as feiras agroecológicas, que se tornam instrumento de autogestão, sobretudo da produção.

Autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e a liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e, sobretudo o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo. (MELO NETO, 2005.p.92)

Podemos afirmar que as características e ações apresentadas neste capítulo e nos anteriores, demonstram que existe uma possibilidade do campesinato existente em Solânea caminhar para que transição agroecológica possa conviver com o semiárido e através disso construir e consolidar um Território de Esperança.

Solânea - PB

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. Considerações Finais

A trajetória desta pesquisa permitiu estudar o campesinato do município de Solânea, sua forma de organização, seus parceiros, o uso da agroecologia e as estratégias de convivência com o semiárido. Foram pesquisas de gabinete, pesquisas de campo, debates e reflexões que nos fizeram descobrir em Solânea um nicho de um campesinato em fortalecimento e em transição agroecológica.

Na formação do município de Solânea encontramos os traços históricos comuns das questões agrárias nacionais, contudo o fato da maior parte do seu território municipal estar situado numa região semiárida dá a ele características peculiares.

Como um município do Agreste Paraibano, Solânea teve o processo histórico de ocupação do seu espaço agrário atrelado desde seu surgimento à policultura alimentar e à pecuária e posteriormente à atividade algodoeira, do fumo e do agave no século XX. Logo sua agricultura esteve relacionada com as expansões e retrações do mercado dominante. Com a modernização da agricultura o padrão estabelecido pelo mercado foi a monocultura, o latifúndio, a mecanização, a inserção dos insumos químicos, dentre outras práticas de marcantes impactos sociais e ambientais.

Este cenário gerou concentração de terra, concentração de renda e exploração do trabalho. Em contrapartida, a expansão e retração do mercado, assim como a divisão por herança, fracionaram as terras. Sendo assim, de forma contraditória, o capital criou condições para que a agricultura de base familiar, ou seja, camponesa, ganhasse território. Foi comum, durante as entrevistas, os camponeses afirmarem frases como: *“Sou nascido e criado aqui, nessa terra. Eu trabalhava no agave (puxava agave ou era bagaceiro). Meu pai tinha essas terras e dividiu pra gente”*. O capital ora se expandiu frente à agricultura camponesa, fazendo uso dela, ora ao se retrair nos momentos de crise proiciu o fortalecimento do campesinato. Portanto, é possível afirmar que, em Solânea, é possível identificar cenários do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital.

Oliveira (1997; 1999) aborda a temática do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital, a partir da dialética, das contradições existentes na formação social capitalista. Segundo ele, a disputa de interesses das classes sociais, gera para a classe social dominante o território.

Entendemos nessa pesquisa, o campesinato como classe social. Apesar de teóricos como Kautsky e Lênin postularem a desintegração do campesinato devido à expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo. Todavia a observação do espaço agrário de Solânea, em conjunto com o entendimento dos teóricos narodnistas de que o campesinato está baseado na *produção de pequenas mercadorias, ausência de relação de exploração entre os próprios camponeses e a produção baseada na unidade familiar*, nos faz compreender que o campesinato existe e persiste. Destacamos outra característica do campesinato, vislumbrada pelos narodnistas como aspecto de fortalecimento para a agricultura camponesa, que são as *ações solidárias e coletivas dos camponeses*.

A agricultura camponesa de Solânea se baseia: a) na *produção de pequenas mercadorias*, sendo a maior parte do produto líquido destinado à reprodução da própria unidade de produção; b) na *ausência de relação de exploração entre os próprios camponeses*, pois não foi encontrado entre os entrevistados nenhum agricultor assalariado, notamos que há apenas contratação informal e temporária (diária); c) na *produção baseada na unidade familiar*, verificamos que o trabalho familiar é a força motriz das unidades produtivas; d) nas *ações solidárias e coletivas dos camponeses*, há registros de formação de Fundo Rotativo Solidário, Banco de Sementes, mutirões para construção de barragens, cisternas e entre outras.

Essas características ganharam forma e força, devido à ação do que chamamos de agentes agroecológicos. No Brasil, o importante processo de redemocratização, a partir dos anos de 1980, reabriu as oportunidades para os debates e as articulações dos sindicatos, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Isto possibilitou o avanço das ações voltadas para o campo de ONGs como a AS-PTA. Essa Organização não Governamental, que surgiu com o crescimento da FASE e articulou-se com o Polo Sindical da Borborema, marcou consideravelmente o campesinato solanense.

Não podemos esquecer que este terreno foi preparado pela ação da igreja através das CEBs. Os camponeses que apresentaram discursos mais politizados afirmaram ter participado das CEBs, inclusive uma das lideranças do STR de Solânea acompanhou algumas vezes a mãe nas reuniões das CEBs. Outra ação da igreja, importante para o município foi a Catequese Familiar, que se tornou ONGIFA. Um discurso frequente dos camponeses que participaram das CEBs e da Catequese Familiar foi: “*Lá a gente aprendeu a ORAÇÃO, ORAR mais AÇÃO. Não adianta só rezar, tem que agir. Então a gente partiu pra ação*”. Dona Terezinha lembrou, vagamente, que estudou alguma coisa

sobre Moisés, na Bíblia. A história de Moisés é narrada, principalmente, no livro do Êxodo, contando a história de luta do povo hebreu, que se *libertou* da escravidão do Egito e *partiu em luta na busca da terra* prometida. Qualquer semelhança **não** é mera coincidência.

Deste modo, agentes externos como a AS-PTA, ONGIFA, ASA, Polo Sindical da Borborema, UFPB, dentre outros que têm como base o trabalho centrado na família e na produção camponesa por um viés agroecológico, apresentam-se como de importância fundamental para a resistência, a permanência e a recriação do território camponês. Através da disseminação das práticas agroecológicas, da integração dos camponeses em redes de solidariedade, da prestação de cursos de formação técnica e cidadã, estes organismos têm obtido importantes resultados na retenção do homem no campo, na proteção ao meio ambiente e na consolidação do território camponês em Solânea.

Além disso, a introdução de tecnologias poupadoras de água e outras de aproveitamento de água como as barragens subterrâneas têm contribuído para o desenvolvimento de formas de convivência com a seca, propiciando a permanência do homem no campo em áreas susceptíveis à seca e à desertificação. Dessa forma os agentes agroecológicos contribuem para o fortalecimento do território camponês e para o fortalecimento da territorialidade camponesa não apenas em Solânea como em grande parte do Agreste e do semiárido paraibano.

Estes agentes agroecológicos demonstram um interesse de interagir e dar visibilidade aos seus trabalhos ao editar livros, produzir vídeos, folhetos, revistas e desenvolverem ações que articulam com os camponeses, mas também com a academia, aproximando-se de pesquisadores e estudantes. Apesar disso é necessário estreitar ainda mais o papel da academia no estudo da construção do conhecimento agroecológico para refletir sobre o processo da produção agroecológica a partir da sistematização de experiências concretas.

É fato que a agroecologia em Solânea vem mostrando que a quebra do paradigma da modernização é possível e que a natureza, antes vista como empecilho para o processo produtivo, pode ser encarada como fonte permanente de vida. Por outro lado, ela demonstra através de sua ação, que a valorização do camponês pelo próprio camponês, pelos técnicos, pela academia, pelo Estado e pela sociedade só fortalece as relações camponesas e o território camponês frente às investidas do capital.

Não acreditamos que a agroecologia seja a revolução ou renovação para o campesinato, pois este papel já é do próprio camponês, possuidor do conhecimento para

a produção agrícola, sobretudo para a produção alimentar, e tem como grande aliado a força de trabalho familiar. Mas, sem dúvida, a agroecologia é uma ferramenta fundamental para a resistência camponesa, pois através dela tem sido sistematizada a ação e disseminação das práticas camponesas, que correm o risco de serem abandonadas, de sido engolidas pelas práticas da modernização da agricultura.

A agroecologia apresenta-se como uma técnica e ciência que valoriza o conhecimento camponês. Embora, muitos camponeses não saibam o que é a agroecologia, epistemologicamente, contudo a naturalidade do *ser* camponês o torna agroecológico.

Não podemos maquiar a realidade, Solânea não é o paraíso agroecológico. Nem todos fazem a agroecologia, tecnicamente pura. O que podemos afirmar é que o campesinato em Solânea tem possibilidades concretas de fazer a transição agroecológica. Ou seja, o campesinato solanense tem dado amostras de que segue rumo à agroecologia.

Outro fato a se observar é que o que antes era combate passa a ser convivência. É o conhecimento endógeno, a capacidade organizativa da sociedade frente às políticas públicas que vem dando visibilidade a essa (eco)lógica. As experiências agroecológicas têm função fundamental para a fixação do homem do campo, em especial, no semiárido. As chamadas tecnologias socialmente apropriadas deixaram de ser experiências e tornaram-se realidade. As tecnologias, como por exemplo, as cisternas de placa do PIMC e do P1+2 trazem segurança e autonomia para o camponês que antes tinha que buscar água, nem sempre de qualidade, a quilômetros de distância e muitas vezes dependiam das “politicagens” para obtenção desse líquido essencial à vida.

Os aspectos apresentados nos remetem ao conceito, que tem sido debatido por Moreira (2006), o Território de Esperança. Moreira e Targino (2007) aprofundaram a discussão sobre o Território de Esperança, opondo-o ao Território de Exploração no semiárido paraibano. Eles apontaram os elementos de ruptura com a forma de organização socioeconômica dominante, trazidos à tona por trabalhadores, movimentos sociais, ONGs e universidades, sendo esses elementos: a) formas alternativas de convivência com o semiárido; b) intercâmbio do saber camponês; c) experiências de cooperação camponesas, como o banco comunitário de sementes; d) as feiras agroecológicas; e) valorização da mulher; f) valorização ambiental.

As características levantadas por Moreira e Targino (2007) assemelham-se aos aspectos encontrados no campesinato solanense. O campesinato solanense ao fazer uso

da agroecologia como ferramenta para a convivência com o semiárido, tem trilhado caminhos que podem levar à constituição de um Território de Esperança.

O campesinato de Solânea não é homogêneo, E nem muito menos representa um protótipo de perfeição. Ele comunga das dificuldades e contradições da formação social capitalista, que é a dominante. Os camponeses que hoje se destacam e são apontados como referência, inclusive com destaque em jornais agrícolas nacionais, foram os mesmos que a cerca de 20 anos atrás, e para alguns ainda hoje, eram chamados de loucos, mas que vislumbraram nas “novas” práticas uma mudança, uma transformação, uma esperança.

A análise aqui efetuada permite afirmar que esse é o caminho para o campesinato exista, resista, sobreviva, se recrie e transforme: a luta, a ação, a convivência, a cooperação, o sonho, a realidade, a utopia, enfim, a esperança.

Solânea - PB

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

ALMEIDA, S.G.; FERNANDES, G. Conversão agroecológica em uma propriedade familiar no Agreste paraibano: monitorando os impactos econômicos. IN: Agricultura familiar e agroecologia no semiárido: avanços a partir do agreste de Paraíba. SILVEIRA, Luciano Marçal da; PETERSEN, Paulo; SABOURIN, Eric (Org.) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ALMEIDA, Rosemeire A. A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ALIMONDA, Héctor. **Una nueva herencia en Comala. Apuntes sobre la ecología política latinoamericana y latradición marxista**. *En publicación: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana*. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006. Disponível em: <http://www.unich.edu.mx/clacso/publicaciones/Lostormentosdelamateria%20.pdf> (Acesso em: 10/10/12)

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989

ARAUJO, Wolhfagon Costa de. **Um olhar sobre Tancredo de Carvalho e outros solanenses**. Solânea/João Pessoa. CSTDC- IHGS. 2003.

ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro). **Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semi-Árido**. Recife: ASA, 2001.

BASTOS, Laiton de Oliveira. **“Solânea, idade da razão”**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec / Polis, 1987

BRITTO, F, B, de. **O conflito pelo uso da água do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - PB**. João Pessoa. UFPB (Dissertação de Mestrado), 2008.

CAMARGO, Paula. **Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato**. Revista agrária, São Paulo, nº 7, pp. 156-181, 2007

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia-conceitos%20e%20principios1.pdf>>

CARVALHO, Tancredo de. **Memórias de um Brejeiro**. João Pessoa, 1975.

CARVALHO, C. X. de. **Agroecologia, Movimento social e Campesinato no Agreste paraibano**. Campina Grande, UFCG, (Tese de Doutorado) 2008.

CARVALHO, Horacio Martins de. **De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária**. Curitiba, 26 de fevereiro de 2009

O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. Curitiba, Março de 2012

CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CICOUREL, A. *'Teoria e método em pesquisa de campo'*, in Desvendando máscaras sociais, 2ª edição, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro 1980.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.

_____, A. **Sobre a teoria dos sistemas económicos não capitalistas**. In Silva, J. G. da; Stolcke, Verona (org) questão agraria. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação (Mestrado) PPGG/UFPB. João Pessoa, 2011.

COSTA, Rogério Haesbaert. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DEMATTEIS, G. **O território: uma oportunidade para repensar a geografia**. In: SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 07-11.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. – Rio de Janeiro, 2006.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA – ABA. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/Estatuto-ABA.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). Camponato e territórios em disputa. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

_____. **Sobre a tipologia dos territórios**. In: SAQUET, M. A. SPÓSITO, E.S.(Org). Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009, p. 197-216.

FREIRE, Cleityane. FRANÇA, Diego. e SILVA, Pablo. **O CAMPESinato ENQUANTO CLASSE SOCIAL: algumas considerações sobre as estratégias de sua reprodução no Agreste da Paraíba**. 2011 (mimeo)

FREIRE, Adriana Galvão. ALMEIDA, Silvio Gomes de. (2005). **Estratégias e práticas de acesso ao mercado das famílias agricultoras**. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, 2005, pp. 24-28.

GALDINO, Marciosuel Tavares; **Implantação de Canteiros Econômicos na Comunidade Sacos dos Campos Município de Solânea-PB**. VII SEMLICA (Semana da Licenciatura em Ciências Agrárias). Catolé do Rocha, 2013.

GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Editora Marco Zero e Editora UNB, 1990.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudança na economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordeste. Brasília: IPEA, 2001.

GOMES, João Carlos Costa. *Bases Epistemológicas da Agroecologia*. IN **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1ª Ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GOMES, R. N.; LIMA, L. K. S.; SOARES, J.P.; ARAÚJO, A. E.; **Feira Agroecológica: Uma Alternativa para Comercialização de Produtos Oriundos da Agricultura Familiar na cidade de Solânea – PB**. II Congresso Cearense De Agroecologia. Fortaleza. 2010

GUZMAN, Eduardo Servilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, E. S. *Origem, Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável*. In: **Reconstruindo a Agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997. p.19-32

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. In *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.1., 2001. IFB. Tecnologia em Agroecologia. Disponível em: < <http://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/1746-graduacao-de-tecnologia-em-agroecologia> > . Acesso em: 12/03/2010.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2006. Disponível em http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html. Acesso em 25/03/08 .

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba**, 1995-96.

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba**, 2006.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Vol. II. Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1985.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos – 23. 2003

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. (Tese de doutorado) UFRRJ – 2007.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. Campesinato e território em disputa. São Paulo, Ed. Expressão Popular e UNESP, 2008.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MARIANO NETO, Belarmino. Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações. (Tese de doutorado) UFCG. Campina Grande-PB, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo, 1995.

MEDEIROS, Creginaldo C. de, **Quem Somos – Breve História da ONGIFA**. Solânea-Pb, 2012. (mimeo)

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978.

_____. **Os Agrestes**. Recife: Sudene, 1980

MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, José Brendan, MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.

MENEZES, R. S. C.; PETERSEN, P. F.; (Org) **Águas das chuvas: promovendo vida no semiárido**. (Experiências em Agroecologia. Agricultura Familiar no Semiárido, 1). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. **Manejo sadio do solo**. (Experiências em Agroecologia. Agricultura Familiar no Semiárido, 2). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. **Manejo sadio das plantas**. (Experiências em Agroecologia. Agricultura Familiar no Semiárido, 3). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. **Manejo das árvores nas propriedades rurais.** (Experiências em Agroecologia. Agricultura Familiar no Semi-Árido, 4) Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS Território da Borborema – PB. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf> acesso em: 12/05/2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Emília. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização.** João Pessoa: GAPLAN, 1988.

_____. A natureza no estado da Paraíba. João pessoa: texto didático, 1999.(mimeo).

MOREIRA, Ivan Targino. **Evolução recente da população paraibana.** João Pessoa: CME/UFPB, Texto para discussão n. 64, 1989.

MOREIRA, Emília. **Território, desenvolvimento rural e práticas agrícolas sustentáveis em áreas com risco de desertificação no Brasil, Portugal e Cabo Verde.** João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2009.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. “**Capítulos de geografia agrária da Paraíba**”. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.

_____. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano.** Revista Nera, ano 10, n.10, p. 72-93, Presidente Prudente, janeiro/junho de 2007.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **A Convivência-com-Semi-Árido como estratégia de desenvolvimento territorial: uma discussão conceitual.** In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu (MG). Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1990.

Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In CARLOS, A. F. A. *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Rosângela Alves. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, J. B., MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos.** Maceió: EDFUL, 2005.

PALHETA, Iraci Gomes de V. **As políticas de irrigação no Nordeste:** uma análise crítica. Disponível em: citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/download/261/241

PAULINO, Eliane T. *Geografia Agrária e Questão Agrária.* IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder.** FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

PETERSEN, Paulo. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. **Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência da assessoria do Pólo Sindical da Borborema.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, Jun. 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS, O candeeiro. Ano 3, Nº 24, setembro 2009. Solânea-PB

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1980.

ROSA, Pedro Paulo. **Agroecologia e campesinato: pela valorização do conhecimento tradicional que possa levar à uma gestão do território assentada em bases culturais.** Disponível em: <

http://www.egal2009.easyplanners.info/area06/6201_Rosa_Pedro_Paulo.doc> Acesso em: 14/05/2010)

SABOURIN, Eric. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba**. Revistas Estudos Sociedade e Agricultura. p. 37-61. 2001.

SALES, Éricka. **“A agricultura familiar no município de Solânea (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial”**. Brasília - UnB. 2010 (Dissertação de mestrado)

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ª edição. São Paulo. Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

SANTOS, Thiago Araújo. **“Agroecologia como prática social: Feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba”**. São Paulo-USP. 2010 (Dissertação de mestrado)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SILVA, S.S; MILTON SANTOS: **concepções de geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ. v. 2, n. 18. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>> acessado em: 20/05/2013.

SAUER, Sérgio; TUBINO, N. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 131-148, 2008.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. S. Paulo. Duas Cidades.1979

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRS, 1999.

SILVA, José Graziano da. (coord). **Estrutura agrária e produção de subsistência no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasilense, 1985.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C (Coord.). **RIST – Relatório de Impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

SILVA, Roberto. M. A. da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385. 2003

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território: um olhar sobre o Cariri Paraibano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2006.

SILVA, Pablo M. S. **Espaço agrário e a agricultura camponesa no município de Solânea-PB**. João Pessoa-PB. 2010. (Monografia)

SILVA, P. M. S., FREIRE, C. S., TARGINO, I. **A contribuição da ONGIFA na agricultura camponesa do município de Solânea-PB** In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; PETERSEN, Paulo; SABOURIN, Eric (Org.) **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido: avanços a partir do agreste de Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. **Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território**. Agriculturas, v. 7, n. 1, 2010, pp. 13-19.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação- **Milton Santos, um revolucionário**. In Debates, OSAL 251, Ano VI, No. 16, Jan-Abr, 2005

SOUZA, Marcelo José L. (1995). **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Iná Elias de Castro et ali, Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, pp. 77-116

SOUZA, V. F. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara – SP**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2001.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C.G. **Problems in participant observation**. *American Journal of Sociology*, 60, p. 343-354, 1955.

VILELA, S.L.O. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, 1990

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedadee Agricultura** (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

TARGINO, I. et al.. Mandala e sustentabilidade da produção familiar: um estudo de caso. In **Anais do Seminário luso-brasileiro caboverdiano sobre agricultura familiar em regiões com riscos de desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

TARGINO, Ivan. **O processo de povoamento da Paraíba**. João Pessoa: DE/UFPB, 2013.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

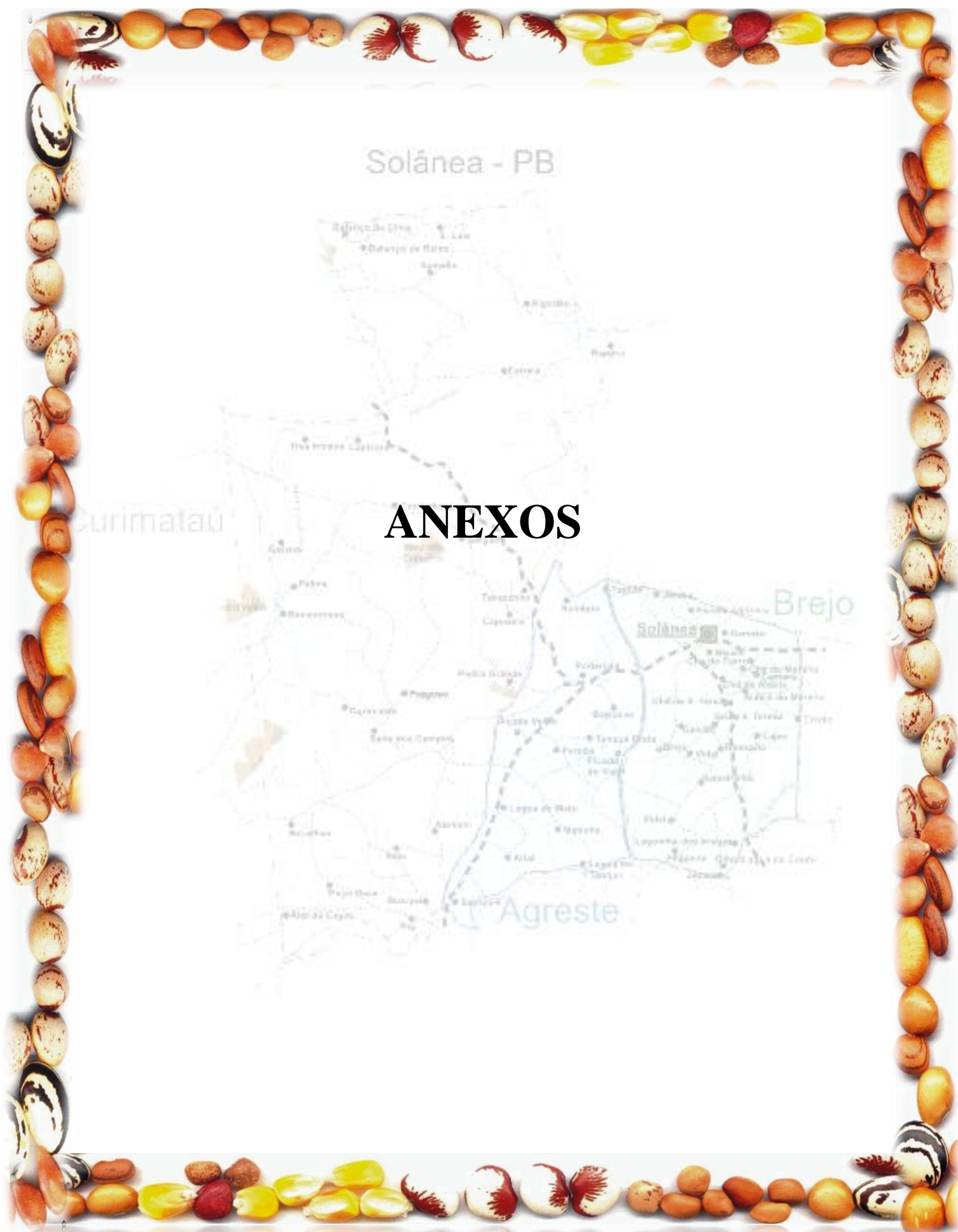
VAZ, Carlos Friederich Lopes, LIMA JUNIOR, G. S, Júnior, Nazareno Serafim Cerino, SILVA, P. M. S. **A luta pela terra na Fazenda Carvalho: um exemplo de persistência/registância camponesa no Brejo paraibano** In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Niterói, 2009.

VIEIRA, Manoel. **Do Sítio Caboclo ao assentamento Nossa Senhora das Graças: território de exploração versus território de esperança**. Dissertação (Mestrado) UFPB/PPGG. João Pessoa, 2011.

WEID, Jean. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. (Textos para Debate, 57). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997.

Sites consultados:

<http://www.ibge.gov.br/>
<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/SOLA203.pdf>
www.aspta.org.br
<http://www.ieham.org>
www.territoriosdacidadania.gov.br/o/890598
<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>
<http://www.sebrae-sc.com.br/credito/default.asp?vcdtexto=1182&%5E%5E>
<http://www.agricultura.al.gov.br/programas/credito-fundiario>
<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>
<http://www.incra.gov.br/portal/>



Anexo 1- Candeeiro – Multirão e a atuação da ONGIFA



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

O Candeeiro



Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 3 | nº 23 | Setembro | 2009
Solânea- Paraíba

Uma família organizada para o manejo da água

Francisco, o Nego, e Cláudia são agricultores familiares e moradores de Bom Sucesso, no Curimataú de Solânea-PB. São casados desde 1993 e de lá para cá, vêm trabalhando juntos na construção de uma vida melhor. Do roçado mais produtivo que botaram juntos brotaram seus 6 filhos: Simone, Sâmara, Sérgio, Sueli, Sandy e Sonaly que já são seus companheirinhos de vida e de construção da melhor convivência com o meio em que vivem.



Francisco lembra que comprou essas terras ainda antes de se casar, em 1989. Na época, havia uma casa velha e uma lagoa de onde ele e mais umas oito ou dez famílias vizinhas tiravam toda a água do sustento. Essas águas serviam para tudo: beber, cozinhar, era a água do banho, do cuidado da casa e dos bichos. Geralmente, essas águas duram até setembro, e em ano bom de inverno pode chegar até dezembro. Desde que comprou o terreno, todo ano ele zela pela lagoa. A mantém sempre limpa e sempre aumenta um pouquinho.

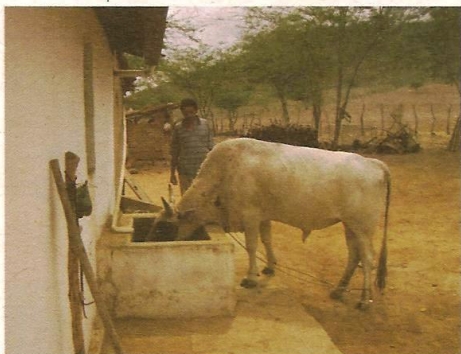
Em 1996, conseguiram construir a casa nova e junto dela, construíram um pequeno barreiro para acumular a água do inverno. Já no primeiro ano o barreiro deu bom, então resolveram aumentá-lo. E desde então vêm sempre lutando para que cresça. Esse barreiro acumula toda a água que desce do terreiro. Suas águas servem para o gasto de casa e também para matar a sede dos animais.



Em 1998, a família construiu sua primeira cisterna de placas capaz de acumular 18 mil litros de água através de um fundo rotativo solidário da comunidade. A água da cisterna é guardada para beber e cozinhar. Em 2002 a cisterna chegou a sangrar e a experiência foi tão boa para a família que resolveram construir outra cisterna em 2004, também através do fundo rotativo solidário. De lá para cá, os invernos não foram tão

generosos, mas ainda mantém suas duas cisternas meadas. Para cuidar que não nasçam mosquitos da dengue ou qualquer outro inseto, mantêm nos dois reservatórios piabas. Ainda sempre zelam por sua limpeza. Recentemente, limparam uma das caixas que chegou a secar e depois dividiram a água da outra cisterna para não deixar o reservatório seco.





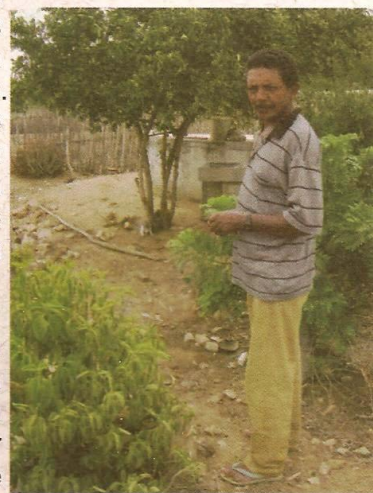
Em 2008, Nego começou a construir um segundo barreiro. A família de Nego e Cláudia além do roçado, criam gado, cavalo, ovelhas, galinhas, patos, guinés e gansos. Para evitar o pisoteio dos animais em suas terras, eles a dividiram em vários cercados. Cada época do ano, eles conduzem os animais para uma área. E o desejo da família é construir um barreiro em cada cercado. O mesmo estão fazendo no terreno de herança que têm também em Bom Sucesso. Nesse terreno, plantam forragem para os animais, já foi construído um barreiro para facilitar o trato.

O ano de 2007 não foi muito bom para acumular água. Nenhum barreiro ou cisterna encheu e a lagoa ficou meada. As águas armazenadas para o gasto chegaram até o mês de setembro. Desde outubro/novembro do ano passado, a família vem se abastecendo diariamente das águas do açude de seu Assis, um antigo morador de Bom Sucesso. De lá, Nego traz todos os dias 240 litros de água para o gasto da casa e dos animais. A água que traz é colocada numa caixa de cimento aonde os bichos vêm matar a sede e também distribui para os recipientes que são organizados por Cláudia. Só quando a água de seu Assis vai ficando mais grossa é que vão separando seu uso, reservando apenas para os animais.

Durante o inverno, quando a água ainda está muito barrenta, a água da cisterna pode ser usada com mais frequência para outras atividades da casa. E quando as águas vão ficando mais limpa, as águas das cisternas são economizadas o máximo possível. São utilizadas apenas para beber. Para Nego a água que Deus manda, rende mais, fazendo referência a duração das águas de sua cisterna e ainda às águas trazidas pelos carros-pipa num projeto do exército brasileiro.

Em 2007, na região de Bom Sucesso, Goiana e Palma foram eleitas sete cisternas para abastecimento semanal de água. A família de Nego e Cláudia também vêm usufruindo dessa água. De dois ou de em três em três dias, Nego ainda busca 240 litros de água da cisterna da sede da associação que é abastecida pelo exército. Essa água irá se somar as águas do uso doméstico. Quando a água do exército chega a casa, também logo é distribuída nos potes administrados por Cláudia, junto com a água que veio do açude de seu Assis. Essa água é usada principalmente no banho, na lavagem de roupa da família, no asseio da casa. Só evitam beber essa água, por sentirem um gosto muito forte de cloro.

Se por um lado, avaliam que essa água é pouco preservada pela comunidade. Por outro, também avaliam que a situação da água vem mudando muito na região. Antigamente, ninguém podia ouvir uma zoadá de carro, todos já saíam correndo para pegar seus bichos, juntar suas latas para buscar água. Hoje a vida é





muito mais tranqüila porque além de quase todo mundo já possuir uma cisterna na porta de casa, a água do exército é mais certa, não tem que ficar mais sujeito a água da prefeitura.

Toda a água usada na casa e na cozinha é conduzida para os pés de planta e de pau que ficam na faxina ao lado de casa. Assim conseguem fazer safrejar quase o ano inteiro a acerola, ainda têm o limão, a cajarana e até plantaram um pé de uva, de mamão e de caju. Também mantêm na faxina várias plantas de remédio: capim-santo, hortelã, da folha grossa, pra tudo, e ainda têm

tomate cereja e muitas outras plantas. Para aproveitar melhor a umidade, construíram dentro da faxina a lavanderia.

A família também observa a passagem das águas pelo roçado. Plantaram um pouco mais de 0,5 hectare de palma forrageira consorciada com gliricídia, leucena, maniçoba e vem permitindo o rebrote de várias plantas nativas. Observam que a jurema preta é uma ótima planta para se consorciar com a palma. Nego ainda avalia que a palma é uma boa reserva de água. E conclui que o gado precisa de menos água quando come essa planta como ração.



Tem feito rodízios entre as áreas de cercado e de roçado para que consigam melhorar a estrutura da terra e assim permitir que a água passe mais devagar, infiltre e molhe melhor o chão. Quando o gado ficava em um canto só, conta Nego, o chão ficava tão pisoteado que ficava quase como um terreiro. A água batia e corria direto. Depois de fazer o rodízio a terra deu uma fofada. No primeiro ano ainda ficou ruim de pegar molhado, mas já no segundo, passou a molhar mais.



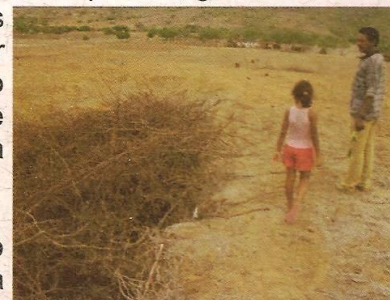
Plantam de três a quatro hectares de roçado de milho, feijão macassa, feijão de arranque, fava, gergelim, amendoim, girassol, fava de moita, jerimum, rama de batata-doce, capim e sorgo para os animais. E todos os anos, separam e guardam suas próprias sementes para plantar.

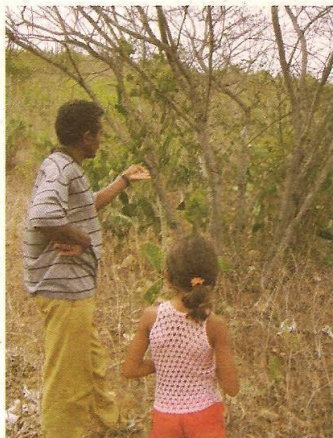


Como seu terreno é meio enladeirado, as chuvas de 2004 abriram de um dia para o outro um rego enorme que chegou a dividir as terras em dois pedaços. Desde então, vêm colocando pedras, gravetos, folhas para que possa novamente fechar, mas ainda aguarda a chuva para completar o serviço. Também por aqui e ali, Nego e Cláudia vêm construindo barreiras de pedra para quebrar a velocidade da água.



Observaram que as algarobas dentro do roçado estavam ajudando a secar a





terra, principalmente nos anos de pouco inverno. E em 2008 a família resolveu tirar a maior parte das árvores. Só não acabou com tudo porque entendem que essa árvore é uma boa ração e não se pode esquecer dela não, afirmam.

Por meio do trabalho do mutirão, tentaram fazer um esboço de uma barragem subterrânea em seu terreno para testar a experiência. Que, aliás, a família avalia como uma experiência bem sucedida apesar de não terem construído de forma correta. Pretendem futuramente investir nessa experiência. E com a feira agroecológica de Solânea, também já estão com o projeto de plantar batata-doce para a venda, aproveitando a umidade das terras próximas da lagoa.

Se tomarmos como média um carro-pipa de 8 mil litros, a família acredita que num ano bom de inverno são capazes de armazenar o equivalente a 100 carros de água na lagoa, 15 carros no barreiro mais antigo e mais 2 e 6 carros-pipa nos outros dois barreiros. São capazes de armazenar 36 mil litros de água para beber nas duas cisternas de placas. Possuem atualmente a capacidade de armazenar 1 milhão de litros de água. E durante o verão, ainda consomem mais 72 mil litros que abastecem a comunidade.

Para a família, a água dos animais ainda é a mais difícil. Nego conta que para a água de beber a gente pode fazer um esforço qualquer que logo arruma: pode conversar com um vereador, na prefeitura, pode vender um animal para comprar um carro de água, pode partilhar com o vizinho. Mas para os animais ainda é uma questão difícil, por isso acredita que a solução é cavar buraco. E tem cinco anos que vem trabalhando nessa idéia junto ao grupo de mutirão organizado pela ONGIFA - Organização Não Governamental de Integração da Família. São 9 famílias que vem trocando dia de serviço no sentido de aumentar os reservatórios de água. Juntos já aumentaram ou construíram 19 barreiros na região.

É com muita alegria que a família vai contando as novidades de como a vida tem mudado nos últimos anos. De primeiro a gente ficava muito aperreado atrás de um carro de água. Depois da cisterna a vida já ficou mais tranquila. Antes não dava para fazer viagem, não tinha como armazenar água. Hoje já temos ao lado de casa. Aqui a gente já tem um vaqueirozinho, meu menino já ajuda a dar a comida para os bichos, conta Nego. Antigamente eu era sozinho no roçado, agora com os meninos crescidos, a Cláudia é a minha companheira de trabalho. E continua, a experiência do mutirão também vem sendo uma grande ajuda. Antes eu era sozinho, hoje o trabalho de mutirão conseguiu transformar a nossa vida. São 9 pessoas para me ajudar a aumentar o barreiro, para conservar a lagoa, para construir novos barreiros, novos projetos.



Anexo 2- Luiz Souza e Dona Eliete – Compartilhando experiências



A experiência de Luiz Souza e Eliete

No inverno a gente planta, no verão a gente cria



A família possui um roçado bastante diversificado de onde tiram o alimento da casa e dos animais



Roçado de Eliete Sítio Salgado do Souza

Seu Luiz Souza e dona Eliete são grandes mestres na arte de fazer agricultura. A água, a terra, os animais e as plantas foram as escolas que a vida lhes deu. Juntos desde a década de 1970, foram aprendendo a lavrar as terras secas, mas férteis, do Curimataú de Solânea para produzir o alimento e o sustento da família. Foi assim que criaram seus 5 filhos. De todos, apenas Gerson, o mais velho, optou por seguir a arte dos pais e hoje divide o trabalho na terra.

Quando o casal assumiu as terras onde mora, encontrou o chão bastante enfraquecido pelo plantio intensivo do milho, feijão, algodão e do agave, e pelo pisoteio da criação do gado. A paisagem já estava bastante desmatada pela venda da lenha ou pela produção de carvão, quando as propriedades da região foram obrigadas a cercarem seus limites, dificultando ainda mais a criação dos animais. “Nessa época, a gente fazia coivara e colocava fogo para plantar a terra.

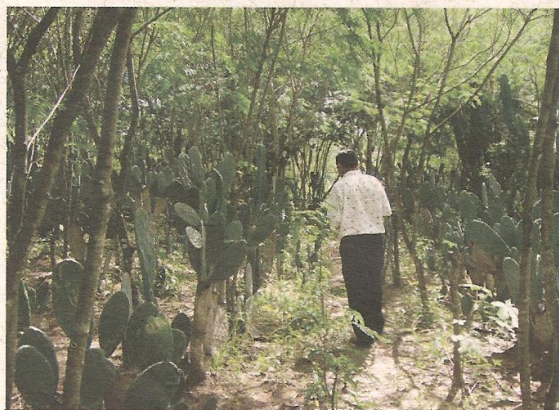
A gente ficava satisfeita em plantar quando o roçado estava todo limpo”, relembra dona Eliete.

Acreditavam que a produção estava indo muito bem até que passaram pelo período seco de 1990 a 1993. Nessa época, os estoques de alimento, de sementes, de água e de forragem acumulados nos anos anteriores praticamente acabaram. E para manter o rebanho, acabaram por consumir o único pedaço de mata que ainda existia por ali. Foi nessa época que Luiz e Eliete se integraram ativamente nas atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea e participaram de muitas atividades de formação. Além de vários diagnósticos e intercâmbios para conhecer novas experiências, como também, de oficinas e seminários. A cada nova visita, voltavam para casa para olhar suas terras, o regime das águas, as plantas e experimentar o que viram.

Para interromper o ciclo de degradação que suas terras viviam, a primeira medida foi aumentar as



PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS



A família de Luiz e Eliete não se preocupa só em produzir muita forragem, mas também em guardá-las

plantas dentro do sistema produtivo e assim, aumentar a quantidade de matéria orgânica para fortalecer o solo. Plantaram diversas espécies de plantas em todas as áreas da propriedade: nas cercas, nos roçados, nos campos de palma.

A família possui um roçado bastante diversificado de onde tiram o alimento da casa e dos animais. Na área do roçado, eles plantam milho, feijão (macassa, mulatinho e carioca), fava, batata doce, amendoim, jerimum, melancia, gergelim e girassol. Ainda plantam, o guandu, gliricídia, leucena e sorgo. Essas plantas, além de ajudar a melhorar a terra, servem de alimento para os animais. E para manter a terra sempre forte, a família também conserva aquelas árvores que nascem no terreno como o jucá, feijão-bravo e juazeiro.

Desenvolveram diversos tipos de cercas vivas utilizando o mandacaru, palma de espinho, imburana, macambira, gliricídia, tornando as cercas um local de produção e armazenamento de forragem. Construíram uma e depois mais duas barragens subterrâneas, sendo que a última foi construída pelas mãos de Eliete e de seu filho mais novo. Nas barragens, plantam uma variedade de árvores frutíferas, hortaliças e legumes, além de plantar capim elefante, sorgo e capim-gramaão estendendo também a produção de forragem para o período de estiagem.

Para reconstituir as áreas de pastagem nativa, dividiram o pasto em quatro cercados: 2 para cabras e ovelhas e 2 para o gado. No caso das cabras e ovelhas,

lhas, primeiro, deixam os animais em um deles e, após as plantas produzirem suas sementes, mudam os animais para o outro cercado. No ano seguinte, eles invertem.

Até o final de setembro ou início de outubro os animais são criados nos cercados. Após a colheita de todos os roçados, os cercados são abertos e os animais são soltos para pastar livremente. Nesse momento, os animais se alimentam dos restos do cultivo enquanto naturalmente fertilizam o solo. A partir de novembro, os animais começam a receber nos currais, a forragem estocada e raquetes de palma. No curral, a família armazena o estrume que é distribuído nos roçados no momento de preparo da terra.

Estocagem

A família de Luiz e Eliete não se preocupa só em produzir muita forragem, mas também em guardá-las. Fazem silagem da folha e da ponta da gliricídia, maniçoba, guandu, sorgo, milho e também daquelas plantas que nascem no inverno. Um dos silos é preparado somente com a palhada do milho e serve exclusivamente para alimentar os cavalos. Em 2011, foram armazenadas aproximadamente 60 toneladas de forragem em 04 silos.

Ao longo do ano, as criações de porcos e galinhas aumentam ou diminuem de acordo com a disponibilidade de alimento. "A criação é a poupança do pequeno agricultor, porque se o agricultor não cria, ele não tem possibilidades de ir em frente, porque é dos animais dele, da pequena criação, da galinha, até chegar a outros animais maiores, que ele tira a manutenção para cuidar da agricultura", ensina Luiz Souza.

Luiz e Eliete avaliam que a integração entre a agricultura e a criação, é a chave para os bons resultados alcançados pela família. Os animais ajudam a agricultura no inverno e a agricultura ajuda os animais no verão. Com o aumento da diversidade de plantas, do volume de produção de matéria orgânica e distribuição na propriedade, o sistema produtivo aumentou muito sua capacidade de resistência frente às irregularidades do clima. "Na seca de 2005 e 2006, os vizinhos acabaram com a palma, chegaram até a colocar os animais dentro do campo de palma. Trouxeram forragem até do brejo, mas só que lá também estava faltando. E para a gente foi suficiente. Até sobrou palma", conta Luiz.

EXPEDIENTE

O boletim Partilhando Experiências é uma publicação do Caatinga com o apoio da Rede ATER NE, e patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Texto: Comunicação AS-PTA - Fotos: Arquivo AS-PTA - Revisão: Elka Macedo - Diagramação: Mário Pires - Tiragem: 1.000 - Gráfica: Provisual - e-mail: caatinga@caatinga.org.br - Endereço: Avenida Engenheiro Camacho, 475, bairro Renascença - Ouricuri/PE - www.caatinga.org.br



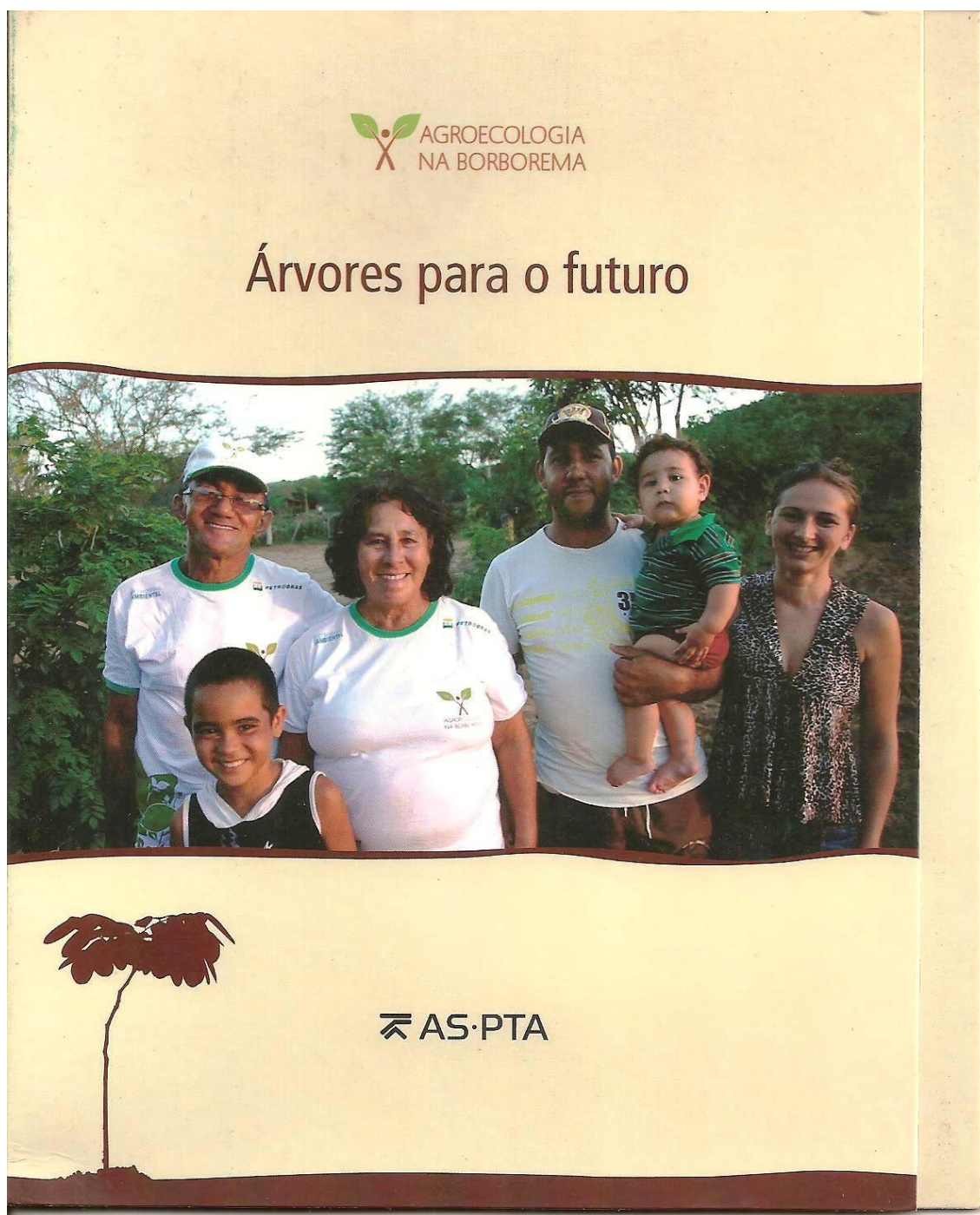
Patrocínio:
Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Apoio:



CAPA DO DVD – Arvore para o Futuro



LINK: GLOBO RURAL VISITA SOLÂNEA

<http://www.youtube.com/watch?v=0-J-ONVYsbk>

Anexo 3- Candeeiro – Dona Irene e as plantas medicinais

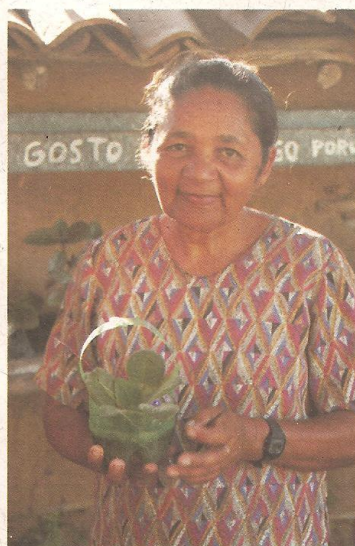


Dona Irene: a conquista do conhecimento e da liberdade por meio do amor às plantas medicinais

A criatividade e a dedicação de dona Irene ao trabalho no arredor de sua casa já são conhecidas em todo Território da Borborema. É com muito zelo e uma incessante curiosidade que dona Irene transformou as poucas plantas que tinha na época de seu casamento numa enorme diversidade de espécies e num quintal de beleza tamanha que salta aos olhos. Em 2010, foram contadas mais de 40 plantas medicinais e um sem número de plantas ornamentais que são vendidas todas as semanas nas feiras de Solânea.

Dona Irene nasceu, cresceu e criou sua família nas mesmas terras que foram de seu pais e avós, no sítio Bom Sucesso, no Curimataú de Solânea (PB). Casou-se com José Pedro há 35 anos, e juntos tiveram 6 filhos. Dois já casados lhes deram duas netas, outros ganharam o mundo, em casa mora só o filho mais novo, o Jandeilson.

Com um jeito tímido e meigo, dona Irene vai contando histórias de sua vida passada, que relembra com sofrimento. Mas, com perseverança e uma grande vontade de conhecer as plantas e as pessoas, foi aos poucos construindo uma nova trajetória.



Da infância, relembra que só foi andar aos 5 anos, e logo aos 9 anos começou a trabalhar no roçado. Estudou até a segunda série, seu pai tirou todos os filhos do estudo para trabalhar: estudo não tinha futuro, dizia ele. Ainda hoje guarda uma *queixa* por isso.

A vida no Curimataú era muito mais sofrida do que nos dias de hoje, relembra Irene. Aos 20 anos, me casei com um bêbado. Já pensou? Eu com exemplo de meu pai e não tomei posição, casei com um bêbado também. Ai começou a minha luta! Quando ele bebia, chegava valente em casa.



Eu nunca deixei de trabalhar. Trabalhava no agave quando era solteira, e quando me casei continuei no mesmo trabalho para ajudar em casa, para cuidar dos filhos, porque o que ele ganhava só dava para a boia mesmo. O trabalho no agave me maltratava muito, continua Irene. José puxava o agave e eu cortava no campo. O filho mais velho ficava com os menores e outro, o André, ia comigo cortar o agave. Acordava todos os dias à meia noite para cozinhar o feijão para levar cozinhado,



porque lá não tinha lugar para fazer. Comia gelado. Era um aperreio. Mas se eu ficasse em casa era pior. Esse dinheiro que eu ganhava ajudava muito.

No sábado era varrer o terreiro meu e de minha mãe e catar lenha. Os meninos eram pequenos e tinha que catar a lenha para a semana inteira. Passava a semana juntando as roupas e no domingo passava o dia inteirinho lavando. Quando aqui não tinha água, ia para Saco dos Campos, comunidade vizinha. Quando ficava grávida, não era diferente. Só deixava de ir para o motor naquelas semanas que estavam pertinho de nascer. Quando inteirava os 40 dias de

resguardo, já entregava o menino para a minha cunhada, ou para o filho mais velho e ficavam os meninos lá que nem Deus criou batata.

Depois de certo tempo, perto de ganhar o derradeiro menino, minha mãe ficou doente, aí tive que parar de trabalhar. Não pude mais trabalhar para cuidar das duas casas. Depois que eu saí do agave, do meu trabalho, eu fiquei sem ganhar meu dinheirinho. Foi um período muito difícil, às vezes meu menino precisava de um chinelo, ou mesmo eu, e não tinha. Amarrava uma imbirá de agave no pé porque ninguém tinha um chinelo para andar.

Foi nessa mesma época que Socorro Raimundo começou a organizar grupos de reza em Bom Sucesso, realizando celebrações à noite. Aí eu dizia: vou para a celebração mais os meninos. Meu marido não queria ir e nem queria que eu fosse. Não deixava eu ir não. E eu dizia: eu vou, pra rezar a gente sai! Ninguém vai para bar, não vai para outros cantos, vai pra rezar. E vamos também. Aí de vez em quando ele ia. Mas depois esse grupo passou a rezar e promover ações de valorização da vida. No início, começamos discutindo sobre plantas. Eu mesmo fiquei com um bocado de plantas, de pé de árvore. Até que fui convidada a viajar para fazer uma visita de intercâmbio.

Meu marido não queria de jeito nenhum. Quando eu saía para viagens, Ave Maria! Ficava com uma raiva! Quando eu chegava, ele não falava nem comigo. Mas mesmo assim eu fui enfrentando. Meus meninos eram a mesma coisa do pai. Não gostavam também não, era do mesmo jeito. Ficavam falando besteira, diziam que eu saía de casa à toa, que não tinha futuro essa minha viagem. Quando chegava em casa, eu dizia: aconteceu isso e isso, isso foi muito bom, aconteceu assim e assim, mas eles nem ligavam. Não tomavam ouvido. Não era nada!

Na primeira visita que eu fui, foi em Areia. Eu passei 3 dias. Eu gostei de ir por





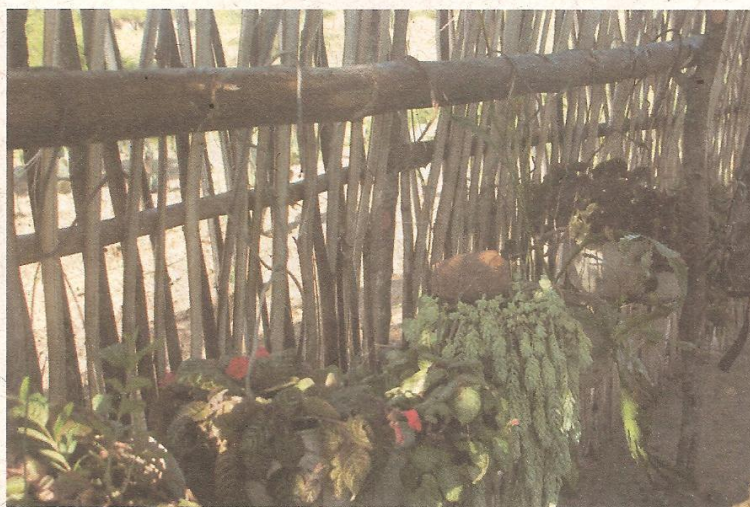
causa do conhecimento. Fiquei conhecendo as pessoas. Fiquei muito feliz nessa primeira vez que eu saí. Na segunda visita a gente foi conhecer um senhor que se chama João Miranda lá em Remígio (PB). Lá eu gostei muito do roçado dele, estava muito bonito no tempo que a gente foi. Aí eu fiquei gostando mais ainda das visitas. Depois fui lá em Lagoa Seca na casa de dona Arlinda. Gostei também. Ela tinha muitas plantas lá. A gente trouxe muitas plantas de lá. Aí fui gostando. Sempre, sempre que a Catequese e a AS-PTA chamavam para eu ir a uma visita assim, eu já ficava muito contente. Só que meu marido ficava muito bravo pra não deixar eu ir.

A comadre Socorro sempre me incentivava. Sempre falava com ela que ele não gostava, mas ela respondia: mulher, vá, que vai ser muito bom, você vai gostar da sua viagem, você fale com ele direitinho. Ela sempre dizia isso. Chegava no marido e falava com ele: tal dia tem uma viagem para mim. Mas tu já vai?, ele perguntava. Mas eu quero ir homem, respondia, porque é muito importante para nós. Porque através das minhas viagens que eu arrumo conhecimento com as plantas. Ele cansou de dizer: eu não abro nem a porta quando você chegar! Aí meu Deus, passei muita dificuldade.

Quando pensa que não, me chamavam para participar novamente. Tem uma visita para você em tal canto. Chega me dava um arrepio pensando nele logo. Aí eu ficava por ali e falava: tem uma visita para eu ir. Sempre eu convencia.

Meu interesse nas visitas era de arrumar plantas, porque eu não tinha quase plantas. Minhas plantinhas eram poucas. Cada visita que eu ia arrumava uma mudinha de planta. Minha faxina era bem pequenininha, aí fui aumentando por causa das plantas que foram aumentando.

Eu sempre tomava remédio de farmácia, mas não dava muito valor. Às vezes até tinha medo dele estar vencido, tinha medo dele ofender ainda mais. E depois das plantas, Graças a Deus, comecei a tomar chás e me senti melhorando ainda mais do que com os remédios de farmácia. Eu tenho até um exemplo do meu filho que teve um problema sério mesmo, era sério, de diarreia. Ele tomou o chá e graças à Deus, ficou bom sem precisar de ir para o hospital. Foi aí que tomei mais gosto pelas plantas. Isso logo no começo do trabalho. Aí pensei: se tivesse ido para o hospital, teria ficado internado, ia tomar só soro, é o que eles dão. E em casa mesmo ele se curou, através das plantas. E foi através das minhas visitas, das viagens que eu fazia. Se não fosse, eu não tinha o conhecimento de nada. Cada visita que a gente ia, era um conhecimento que a gente trazia: uma planta servia para isso, outra planta servia para aquilo. E a gente tinha a





planta em casa e não sabia para que servia e nas visitas a gente ficava conhecendo que a planta servia para tal doença.

Se eu tivesse ficado na conversa do meu marido, não teria saído para canto nenhum e hoje não tinha conhecimento nenhum, de nada, de nada mesmo! Ainda que tivesse uma plantinha em casa, eu não saberia pra que serviria. Até para plantar um pé de árvore ele não dava valor. Agora eu tenho várias plantas lá na faxina e sei pra que elas servem. A gente nunca vai para o hospital, só em caso sério mesmo. Mas essas doencinhas, a gente cura em casa mesmo.

Depois que parou de beber, ele até começou a achar bom minhas saídas. Ele até começou a me ajudar nas plantas, no estrume, na água. Até para levar as plantas para a feira ele me ajuda. É bom ela sair para conhecer, confirma Zé Pedro. Antes achava ruim porque ela não trazia nada para a casa, mas depois entendi que ela buscava era informação. Como ela iria aprender a plantar assim?

Zé Pedro, que antes só observava, hoje colabora na manutenção das plantas do arredor de casa. Hoje eles possuem uma cisterna da água de beber e uma cisterna calçadão que facilita o cuidado das plantas. É ele ou os meninos que cuidam da comida e da mãe de Irene enquanto ela está na cidade ou em suas visitas. Depois de deixar recomendado o que fazer, Irene sai tranquila e com a certeza de que as coisas ficarão em ordem dentro de casa.

Quando vinha visita na minha casa, meu marido se escondia para não ver o povo. Depois foi mudando, foi tomando conhecimento das coisas. Comecei a dizer para ele: o povo chega aqui e pensa até que eu sou viúva, isso é muito feio. É melhor você se apresentar quando chegar visita aqui. Aí ele foi se apresentando. Agora minha filha, o povo vem aí e ele é o primeiro a sair de casa para receber.

A feira foi outra melhora muito boa para minha vida. Comecei fazendo mudas pra dar, pra trocar, mas virou um bom negócio. Comecei levando toda semana as mudas para uma banca que ficava na porta da Catequese, em Solânea. Depois passei a participar da feira agroecológica todas às sextas-feiras. Mas agora eu participo também da feira livre aos sábados. Comprei uma banca na feira com mais três amigas por R\$ 750,00. Ai... ainda me lembro que quando comprei o banco fiquei com medo do que o marido iria achar. Mas não foi uma surpresa quando ele me apoiou? Hoje em dia, Graças a Deus, o que não falta é um chinelo para andar, porque eu tenho o dinheiro para comprar. Aprendi a vender na prática. No começo foi difícil, mas com o tempo vai se pegando o jeito. Nunca pensei de arrumar tantas amigas na rua. Nunca esperava que elas pudessem chegar e me abraçar.

Depois do trabalho melhorou muito, muito a minha vida, porque eu tomei muito conhecimento com as pessoas. Teve um senhor que veio aqui e falou que estava me encontrando a primeira vez, mas que já me conhecia através de um vídeo que ele assistiu. Eu disse: ai como eu estou importante!

Realização:

Apoio: